

Alcino Joaquim Marques da Silva

1 3 8 3 no alvorecer da pátria

(Dissertação de Mestrado em
História Medieval e do Renascimento
Apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto)

Porto
Faculdade de Letras
2004

Foi no início do Verão de há três anos que algum desconforto profissional me tornou receptivo ao incentivo de uma amiga para o retorno às lides académicas e ao satisfazer de uma vontade longamente adiada.

Encontrada a forma de compatibilizar o novo com o antigo desafio, com a ajuda económica, assaz preciosa, da empresa onde tenho vivido os últimos vinte e três anos, a paciência daqueles a quem sempre tenho pedido um adiamento de compromissos familiares que nunca deviam ser protelados e com a colaboração, os conselhos, os ensinamentos e as directrizes do Prof. Luís Miguel Duarte, aqui estou a tentar ser útil à análise histórica de uma época marcante, talvez determinante na caminhada deste País ao longo dos séculos.

Se o objectivo que me propus for alcançado, os meus agradecimentos a todos os que me permitiram chegar até aqui; mas se, porventura, não chegar ao destino, ficam os agradecimentos com a mesma grandeza.

Abertura...

Objecto e objectivos

Foi no início desta caminhada que quase sem querer tropeçámos com o título de um trabalho do nosso orientador, intitulado “Os Melhores da Terra”, que nos fez aguçar o engenho no sentido de desenvolver algo na mesma direcção, mas procurando os contrários, ou seja, os “piores da terra”, só que escasseando as fontes, assim como a nossa disponibilidade académica, pouco tempo após, a ideia que parecia boa, começou a esboroar-se. Foi então que tivemos essa sensação de que as revoluções são o cadinho onde tudo e todos se encontram, sejam os melhores, sejam os piores. Daí até olharmos para os acontecimentos de 1383 foi quase um instante. Só que, na timidez do nosso escasso saber, este momento da História revela-se gigante. Como poderíamos nós, recém-regressados a estas lides, agarrar tamanha revolução de forma a cativar a atenção para uma qualquer ideia ou hipótese ainda não trabalhada, foi a pergunta que durante algum tempo sustentámos no pensamento. Sem dúvida que os incentivos do Prof. Luís Miguel Duarte acabariam por se tornar decisivos para que finalmente enveredássemos por este caminho da nossa História.

Definido o objecto, importava ainda conceber o que estudar e como fazê-lo, sabendo nós de antemão o quanto já o tema foi tratado, analisado e dissecado pela nata dos nossos historiadores, quantas obras e teses foram já elaboradas, quantas ideias construídas, quantos caminhos apontados, o sem número de reflexões e hipóteses desenhadas. Começámos, também nós, por reflectir sobre o muito que foi escrito, para onde apontavam as ideias determinantes, quais os aspectos passíveis de discordância, o que os diversos estudos não esclareceram, as dúvidas que persistem. Procurávamos com atenção, “...no terreno concreto da investigação, (...). Por onde começar?”⁽¹⁾, qual a vereda por onde nos infiltraríamos nesse cenário de deslumbramento que são todas as revoluções que impulsionam uma nação.

Nação. Foi um dos momentos em que nos detivemos a pensar, a questionar, a construir esses pontos de interrogação que devem ser uma constante no caminhar dos homens pela vida e necessariamente na construção do presente que será passado e por consequência, lugar da história, “procurar essa selecção fundada sobre interrogações”⁽²⁾. Interrogações, porque a história ao ser investigação ⁽³⁾, mais saber do que ciência ⁽⁴⁾,

leva-nos a conjecturar, a aproximar acções, a analisar causas, a reflectir sobre os efeitos, a obter explicações que nunca serão em absoluto comprovadas. A revolução dezembrina, incentivadora de paixões, havia arrastado gentes e insuflado a nação, quer dizer, um conjunto territorial bem definido e consubstanciado em interesses comuns e homogéneos, muito para além do território de qualquer senhor feudal. Esta foi outra palavra mágica que nos transportou para mesteirais, burgueses e burguesia. Foi a revolução um acto da burguesia de Trezentos ou um mero golpe de estado em que mudaram apenas os actores no palco do poder? Uma revolução burguesa não seria, pois essa tardaria ainda cinco séculos, mas foi uma revolução da burguesia, da “...burguesia comercial-marítima”(5).

E se logo na reflexão nos permitimos essa ousadia de concluir, então quem eram esses homens, esses burgueses e que traziam de novo que justificasse a mudança, que a fizesse realçar quando procurássemos no conjunto dos documentos, na junção dos factos acontecidos? “Seriam também, para além da burguesia, “...os proprietários dos concelhos que utilizavam trabalho assalariado e os pequenos produtores independentes”(5)?

Movíamos-nos por estes caminhos quando deparámos com essa ideia, a princípio abstracta, da pátria. Faria sentido procurar o conceito de pátria e de patriota em época tão recuada, numa sociedade de ordens, de interesses feudais tão profundos, no espaço em que o sagrado não dava tréguas ao profano(6)? Será que encontraríamos esses símbolos que formam um todo abstracto mas palpável, visível? Poderemos afirmar que “...unidos pela língua (...) pela estrutura socioeconómica”(7) sê-lo-íamos também “...pela ideologia”(7)?

Diremos que aqui nesta época se encontrará o essencial de toda a nossa vivência. De facto, são estes séculos paradigma de acontecimentos, de actos, de intenções, de novidade, do brotar de algo que nascia, aflorava e em alguns casos só muito depois despontaria à luz do dia, apareceria de corpo inteiro, pleno de vigor e de ardor. Com a pátria será algo parecido. Este sentimento, incluído entre os nobres valores das comunidades, vai surgir do interior das cidades e assim sendo, naturalmente que da alma daqueles grupos, daquelas camadas que lhe darão corpo, seja a arraia-miúda, sejam os mesteirais, sejam os burgueses, essas oligarquias mercantis que vão encontrar interesses comuns numa união contra o estado vigente, ou seja, a toda-poderosa nobreza feudal nuns casos, senhorial noutros, mas independentemente das variantes produtivas e das relações de vassalagem, eram os detentores do poder, mesmo que entre eles houvesse um rei, quer dizer, mesmo que um entre todos estivesse no cimo da pirâmide, só que as cidades, essencialmente estas, vão reivindicar que o poder de esse *primus inter pares*, passe a ser abrangente a toda a sociedade, a toda a co-

munidade e que certas camadas façam também parte desse poder, com direitos e que estes se constituam de forma diferente. No fundo, será isso que dirão em 1383, só que a nobreza ao trazer para a cena do jogo a questão da independência do reino e este cada vez menos se prendia com as fronteiras feudais, territoriais e mentais, mas cada vez mais com fronteiras que significavam comércio, troca de produtos e interesses mais longínquos, vai puxar para a disputa algo mais vasto que já se entende por independência. Claro que esta pode ser do território, pode ser ainda de território e nação, mas quando estas duas componentes se juntam, tem de necessariamente arrastar a pátria, esse sentimento interior, essa sensação de pertença, essa consciência de cidadania.

Fomos explorando, separando aqui e ali, recuando e tornando a avançar, hesitando, voltando a reforçar opiniões, fomos construindo um pequeno muro, o qual passado algum tempo, apesar de estreito parecia ganhar alguma solidez. “A mentalidade popular das cidades, porém, como longínqua antecessora da cultura burguesa, permanece em Portugal um tema de estudo praticamente desconhecido.”⁽⁸⁾ Avisados por José Mattoso, entrámos receosos nas portas das cidades medievais na procura desses sentimentos, sintomas e símbolos que nos poderiam levar até à pátria. É verdade que não os encontrámos com essa percepção com que hoje os olhamos, mas estavam lá, vislumbrava-se com nitidez o seu embrião transportado no seio dessa burguesia que se movimentava, que se afanava pelas ruas das urbes que cresciam ao ritmo do comércio. Foi assim que pusemos mãos à obra, encontrado que estava o objectivo a perseguir. Mas havia uma tese para construir, para sustentar e para defender se tão longe chegássemos. Se construímos essa tese outras doutes opiniões o dirão, mas como se poderá ler nas páginas seguintes, procurámos com as interrogações, as dúvidas, a polémica, dissertar e tentar ajudar a perseguir caminhos, outros para além dos muitos já alcançados. Se o objecto é a revolução de 1383, o objectivo, visível aqui e ali, ao longo do texto, será demonstrar que a burguesia que se revoltou transportava novos valores, novos símbolos, novas ideias, representava uma nova mentalidade, no interior da qual vinha esse conceito novo que é a pátria, daí intitularmos este trabalho como o seu alvorecer.

Estrutura

Procurámos ser simples e objectivos por imposições metodológicas pessoais e para maior facilidade na compreensão do texto. Seguimos assim o roteiro inerente a todas as revoluções, quer dizer, procurámos as causas, seguimos as consequências e detectámos os efeitos. Se pretendermos doutra forma, o trajecto começou pelo princípio, deteve-se

no meio e acabou no fim. Levando um pouco longe de mais esta nota, poderemos ainda pensar que foi pelo antes, o durante e o depois que seguiu a caleche da nossa procura.

Começámos por situar Portugal no século que antecede o desenrolar da revolta. Analisámos a sociedade nas suas diversas componentes, como se caracterizava, que bloqueios fizeram germinar o desejo de mudança, quem compunha a estrutura social e como se decompunham os diversos estratos. Avaliámos a possibilidade de estarmos perante uma sociedade em que a ordem trinitária já não respondia à estrutura económica e, rasgada nos pontos mais frágeis, abria-se por pressão para outra organização social. Fomos ao encontro das comunidades urbanas que o comércio enriquecia e que lentamente começavam a ostentar o resultado desse labor. Encontrámos os germes da revolução e seguimos o rastilho que foram semeando até ao Outono de 1383.

Num segundo momento, aceitamos o convite dos burgueses de Lisboa e fomos ao encontro das suas reivindicações, assistimos ao preliminar da insurreição e acompanhamos os seus diversos momentos, primeiro, guerreiros e depois, já na paz, legislativos, no sentido de conduzi-los e consubstanciarem a mudança. Vimos como os novos senhores construíram uma dinastia, reforçaram interesses, encaminharam outros, foram precursores de um mundo novo, mais dinâmico, mais aberto, mais afoito aos tempos e aos interesses mercantis, assentes numa nação, enquanto reforçavam o sentimento nacional que conduziria ao florescer da pátria, pese embora as resistências de poderes perdidos, de interesses dominados, de símbolos desvalorizados, como inconformados os senhores do passado, procuravam, num voltear da história, recuperar prestígio e poder, sobretudo político, para mais facilmente alcançarem o restante.

Após isso e decorridos que estavam cem anos, olhamos para o caminho percorrido e procuramos medir os efeitos, a direcção seguida e onde Portugal se encontrava agora depois de tantas alterações, de tantos combates, de tanta saga e tanto sobressalto. Respondemos que sim à pergunta, se valeu a pena?, embora sabendo de antemão que tal conceito não cabe na análise histórica. Foi mais a intenção, o colocarmo-nos no lugar de todos aqueles que tiveram de percorrer uma tão longa estrada e com eles, vermos se hoje, ao recuarmos o nosso olhar seiscentos anos, lhes prestamos o tributo devido e merecido a tão grande esforço de construção da nossa história comum.

Fontes e Método

Num primeiro momento, sentimo-nos tentados a socorrer-nos apenas das análises já existentes numa espécie de revisitar o tema, trabalhar sobre e não a partir de. Afinal os estudos existentes sobre a matéria em apreço são já suficientes para permitir uma reapreciação dos acontecimentos sem necessidade de mergulharmos nas fontes. Diga-se em abono da franqueza com que abordámos este trabalho, o tempo disponível, sem ser o limitador essencial à escolha, diminuía a utilização dos recursos. Acresce que todos os trabalhos conhecidos, de uma forma ou de outra, visitaram as fontes, e não lhes faltam as citações e em muitos casos, até, transcritas em parte e quando não, comentadas. Mas seguindo a ideia que “à medida que o tempo passa, os materiais históricos enriquecem e os critérios de selecção dos factos históricos transformam-se,”⁽⁹⁾ adquirimos o alento suficiente para nos lançarmos nesta tarefa. Porém, é forçoso realçar que pese embora as limitações com que nos abalançámos, não desejámos retirar seriedade ao que aqui começámos a desenvolver em forma escrita e, após reflectirmos, decidimos que em nome desse trabalho sério que pretendíamos era imperioso também mergulharmos no estudo das fontes, pelo menos das mais fundamentais, por muito pouco que fosse esse recurso.

Desde logo, Fernão Lopes. Di-lo João Gouveia Monteiro ao apontar as suas Crónicas como uma “fonte decisiva” ⁽¹⁰⁾. Di-lo também Luís Sousa Rebelo ao considerar que “constituem o corpus historial” ⁽¹¹⁾. Referem-no também quase todos os outros historiadores que sobre este período da história trabalharam. Não podíamos fugir assim ao seu estudo e à sua análise, pelo que muito do que escrevemos, muito do que reflectimos, teve por base as Crónicas de D. Fernando e D. João I e a imensa certeza de que ficará neste trabalho a lacuna de outras Crónicas e de outras fontes não intervirem de forma directa neste balanço, mesmo sabendo que “as crónicas medievais calam (...) um certo número de factos notáveis”⁽¹²⁾. Para além desta base documental contemporânea da revolução, traçámos uma rota que passou pelos trabalhos de Armindo de Sousa, onde bebemos a ideia de pátria e da estrutura, João Gouveia Monteiro, Maria Ângela Beirante, Maria José Ferro, António Borges Coelho e necessariamente, A.H. Oliveira Marques, José Mattoso e trabalhos daqueles que foram meus ilustres professores no âmbito da licenciatura e da preparação desta tese.

Quanto ao método que seguimos, passou antes de mais pela apreciação crítica, fosse das fontes, fosse da reapreciação das teses já defendidas. Crítica essa tendo por base o

princípio de questionar a história, a reflexão feita, a tese avançada, a conclusão extraída. Procurámos de seguida expor o nosso ponto de vista, mais de uma forma interrogativa do que afirmativa. Mesmo onde parecemos afirmar, estaremos muito mais a deixar a dúvida, servindo-nos tantas vezes da afirmação conclusiva como forma de gerar polémica ou discussão. Dentro do princípio de que “a história é sempre, até certo ponto, uma construção do historiador” (13), esta será, certamente, a nossa visão distante dos factos. Fizemo-lo com a convicção profunda e a humildade necessária de que poderíamos desta forma contribuir para o enriquecimento da análise desta época, desta revolução e para a compreensão das acções que motivaram os homens a quem de facto competiu fazer história, os seus personagens directos, aqueles que beneficiaram ou amarguraram com os resultados das alterações profundas que então ocorreram, procurando não cair, nem na tentação do romance (14), nem na visão doutrinária dos factos(15), mas guardando a paixão(16) razoável e suficiente para pesquisarmos o quadro mental da época de forma a melhor pressentirmos o murmurar desse rio subterrâneo(17) que percorreu a sociedade de então. Procurámos escutar-lhe os sons, orientámo-nos pela direcção que seguia e tentámos chegar ao oceano nessa corrente de sentimentos e actos que os homens deixaram ao longo do leito. Hoje, outros dirão do resultado desta tentativa de olhar para a história que de seguida se inicia.

Não peço nada
Só desejo que uma manhã
Quando os meus olhos ainda estiverem fechados
O mundo inteiro mude
*Yukio Mishima**

E mudou naquele dia de fim de Outono quando Álvaro Pais cavalgou desenfreado pelas ruelas de Lisboa, garganta cheia, gritando a plenos pulmões, fazendo saltar das casas esse povo miúdo, cansado, extenuado, mas vivo, que num clamor galgou as calçadas e assomou às portas do palácio real, protegendo o Mestre de inimigos que ainda não identificava com clareza, mas sabia existir.

Mudou, melhor dito, deu um salto num longo movimento de mudança que não cessava de crescer, ao mesmo tempo económico, social e político. Aqueles que naquele seis de Dezembro longínquo agiram em resposta ao chamamento, movidos por esse impulso tão comum aos que nada têm, de saberem identificar os sinais do que é novo, da mudança, não sabiam que estavam a fazer história profunda, a desenhar os contornos de um rio que não pararia de engrossar ao longo do tempo.

Séculos depois, ao debruçarem-se sobre os acontecimentos, os historiadores procurariam ler naquele brado de revolta que subia do Tejo para o castelo se estávamos perante uma sublevação apenas, ocasional, temporária, fruto de um momento, ou de uma revolta popular que uma situação conjuntural havia despoletado como faúlha em tempo de verão, ou ainda, como interrogou Luís de Sousa Rebelo, uma “movimentação revolucionária ou só um movimento insurreccional?”

Sabemos que a crise na sociedade portuguesa era profunda, agudizava-se com o correr dos tempos, aumentavam as contradições entre os diversos actores sociais e pressentia-se que algo poderia ocorrer, havia a necessidade de que algo ocorresse. Crise dinástica, interpretaram alguns, mas na verdade se havia crise na dinastia não era certamente de sucessão. Esta estava assegurada por compromissos senhoriais bem definidos que a nobreza medieval era pródiga em alcançar, sobretudo quando pressentia que os seus interesses podiam de alguma forma ser beliscados. Sabemos o quanto o casamento medieval dos filhos dos senhores que então dominavam o poder servia para acréscimo

de riqueza e reforço desse mesmo poder. Casamento entre as famílias, tantas vezes sinónimo de senhorios, como entre os poderes reais de fronteiras de reinos cujo limite era o poder desses mesmos senhores. Daí a naturalidade com que a nobreza aceitou o oferecimento da filha-criança de D. Fernando como esposa de D. João do reino de Castela. Estava por isso a sucessão assegurada e à morte do rei e na menoridade da menina, sucedeu-lhe a mãe como Regente, até que aquela tomasse posse do reino. Não havia assim qualquer crise nesse transferir das rédeas do poder, a crise só existiu porque nasceu de algo muito mais profundo que conduziu a esse movimento insurreccional. É verdade que, rapidamente descontrolado ou fora do domínio de quem o concebeu, degenerou em revolução, saiu à rua das cidades e vilas e ganhou os campos como se obedecesse a um comando sincronizado, activo e único, o que não era totalmente verdadeiro.

O que de facto apareceu nas ruas de Lisboa nessa tarde outonal foi um sentimento profundo de descontentamento social com motivações económicas que subjectivamente reclamava poder político, isto porque outro caminho não havia para alterar um estado de coisas que o grupo social amplamente maioritário já não podia suportar. Grupo social heterogéneo, fruto dos avanços e das transformações desse século XIV que foi ganhando poder económico, que detinha a posse de um bem que se revelava cada vez mais precioso e necessário, o dinheiro sim, esse dinheiro que se mostrava como uma nova linguagem de poder que aparecia como uma das novidades centrais da época, juntamente com as tentativas de centralização política, aliás, novidades que se complementavam, se ajustavam e decorriam da mesma necessidade social (18). Dizemos heterogéneo porque nele estamos a incluir os mercadores cujo poder era notório, como os letrados, os mestirais e aqueles que verdadeiramente nada tinham de seu. Um feliz acaso, ou um voltar da história vai juntá-los a caminho do palácio enquanto o Mestre, vencendo a sua indecisão e na sombra dos claustros do paço, matava o valido da rainha-regente, ajustando assim contas com medos antigos e alimentando um plano germinado pela burguesia lisboeta e do qual viria a ser uma peça determinante para o acesso daqueles às estradas da governação. Nascia assim no meio do clamor a revolução que iria mudar o mundo português. Totalmente? Nunca nenhuma revolução muda o estado de coisas totalmente, pelo menos a longo prazo, só fracturas sociais excepcionais o permitem e aquele ainda não era um desses momentos da história, mas vai mudar o suficiente para as consequências serem bem visíveis nos séculos subsequentes.

Essa burguesia embrionária que detinha o poder nos concelhos municipais, que dominava o comércio, interno e externo, este essencialmente marítimo, que cada vez mais nos campos tomava posse da propriedade, que já tinha os seus próprios inimigos nesse grupo de mesterais que se tornava dia a dia mais reclamante, exigente, vai, juntamente com outros interesses representados por homens de letras e de profissões que ganhavam foros de cidadania, suportados por essa massa de gente esfarrapada que saltava das valetas da capital do reino, imprimir um movimento social que modificará a correlação de forças, substituirá a filosofia do poder e imporá novos símbolos à sociedade. Digamos que ao longe vislumbrar-se-ão as portas da Era Moderna. Como escreveu Armindo de Sousa, “em 1484 o *Regnum* de D. Dinis é um «Estado Moderno»”(19).

“Se em 1325 é permitido do afirmar que há território e passado, mas ainda não há consciência de nação colectivamente advertida pela população global, em 1484 há território, passado, nação e pátria, tudo fortemente «com-sentido» e condensado em «Portugal» e «Portugueses». Construiu-se Estado – parturição muito lenta. Em 1484 o *Regnum* de D. Dinis é um «Estado Moderno», organizativamente complexo e seguramente centralizado.”

Tentamos dar razão ao ilustre historiador aqui citado, pois esta era a grande questão da tese que aqui se quis construir, quer dizer, a pátria nasceu entre 1325 e 1484 e que 1383 foi o terreno fértil onde medrou.

De forma mais aligeirada, Oliveira Marques, [“Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, Vol. IV da Nova História de Portugal, dirigida pelo autor e Joel Serrão, Editorial Presença, Lisboa, 1987, pág. 13] dirá algo parecido, “O Portugal de finais de Quatrocentos, mesmo sem a expansão ultramarina, pouco tinha a ver com o Portugal de D.Dinis.” Diz mais, que se entrava numa nova época e que o mundo medieval terminara. Não é tão incisivo, não aborda a especificidade, mas extrai a mesma ideia conclusiva.

Se os burgueses-mercadores eram uma *classe*, nesta época, será assunto inesgotável. Armindo de Sousa com argumentos que reputamos de sólidos para aí se inclinará. Falará de uma burguesia socialmente abrangente que alcançava não só o espaço urbano como também o rural (20). Ângela Beirante analisa o seu conteúdo social com base no testemunho de Fernão Lopes e distingue com dificuldade os diversos interesses no interior deste grupo (21). Baquero Moreno não comunga daquela visão de classe. Analisando o conteúdo das cortes na centúria de Quatrocentos, defende a ideia que tal só terá ocorrido sensivelmente 100 anos após a revolução. Prefere então chamar-lhe antes “importantes grupos humanos” (22). Grupos humanos seriam vários, importantes depende do que falamos. Económica ou politicamente, ou as duas componentes, ou antes pelo número? E nessa importância que representavam então os mesterais? Seriam também eles um importante grupo humano? Que desempenharam um papel relevante e

até aqui e ali determinante nos acontecimentos revolucionários não nos parece duvidoso. Se isso era sinónimo de poder económico é que já pode ser menos certo. Certo é que os mercadores tinham alcançado ao longo da centúria um poder económico considerável e, por consequência, adquiriram um cada vez maior peso político; e esse peso saía sem dúvida reforçado do facto de conseguirem fazer convergir no mesmo sentido todo um conjunto de interesses que claramente os distinguia na sociedade de então. Classe, ou não, esse poder era indelével.

E mais, começavam claramente a aparecer, aqui e ali, valores traduzidos em símbolos que mostravam estarmos perante um movimento social diferente do dessa nobreza cavaleiresca que tinha construído o Estado cada vez mais nação. É verdade, cada vez mais nação, porque essa identificação desenhava-se então já com nitidez; mas essa burguesia nascente que certamente ainda não possuía essa noção de classe, mas tinha-o de interesses, iria impulsionar a nação para algo mais profundo, para esse sentimento de pátria. Portugal que era já um Estado, traduzido num reino com fronteiras definidas, cujas variáveis, ao longo do tempo, seriam mínimas ou mesmo insignificantes, ganhou corpo de Nação unificando o território e no seu interior as gentes, as quais se traduziam num corpo largamente maioritário e bem caracterizado. É esse Portugal, onde os diferentes eram já minoria, que irá conhecer esse sentimento tão burguês de pátria, ou seja, há um manancial de interesses que já impõem medidas que salvaguardem e defendam o território, as gentes e os bens, já não estamos no limite do senhorio, do reinado, do território, mas antes nesse valor abstracto da pátria. Vai sentir-se que já não se luta, nem se morre, somente por um senhor, mesmo que rei, mas antes e, sobretudo, por um espaço comum onde os interesses dos grupos se sobrepõem ao interesse do grupo. Este será, em nosso entender, um dos aspectos distintivos do novo. Dois anos depois bem se poderia dizer, sem nos afastarmos deste quadro medieval, que em Aljubarrota já se combateu e morreu pela pátria. Embrionária, ainda sem rosto, mas já sentida. Não é verdade que nos momentos que antecederem a batalha os seus chefes militares fizeram discursos de incitamento e emulação em nome de uma justa causa (23)? Os interesses feudais não tinham causas justas, apenas as causas dos senhores e era por estes que os restantes morriam. Já não eram actos de vassalagem ou fidelidade que predominavam, mas ressaltava já o conceito de Portugal e portugueses (24).

“Na luta de resistência, que com esta coincide e para além dela se prolonga, Fernão Lopes regista a irrupção de um verdadeiro sentimento nacional. Este é bem diferente do sentimento de fidelidade que obriga o vassalo a seguir na guerra o seu senhor,” (24)

Esta foi uma das questões que procuramos explorar e demonstrar como essencial na explicação do novo. Esta mudança qualitativa nas relações sociais vai gerar novos valores. A fidelidade ao senhor, transformada

em sentimento nacional o que é quase o mesmo que dizer, sentimento pátrio. Ora a pátria da nobreza não existia. Pátria, eram os seus interesses no interior das suas terras, nas quais era dono e senhor, desde as formas de produção à administração da justiça, passando por esses laços económicos e de vassalagem que a tornavam proprietário das populações inseridas no seu território. O limite deste era a sua pátria. Se necessário para que isso se mantivesse podia mudar de senhor, mesmo que de outro reino. Afinal era o que se aprestavam a fazer se a burguesia e os mestirais não lhe têm saído ao caminho em Dezembro de 1383. Mas sentimento nacional era algo bem distinto, implicava um território mais vasto, no qual as leis que se aplicavam eram de natureza régia, ou dito de outra forma, da administração central, do estado e, teoricamente, destinavam-se a todos. Substituíam-se o mando de uns quantos, por o mando de um como representante de todos. Claro, que ainda no interior do quadro feudal, mas com diferenças distintivas reclamou a revolução. E conseguiu-o.

No morro de S. Jorge, morreu-se já por algo mais do que fidelidade, morreu-se por um sentimento, por valores que extravasavam o domínio do feudo e alcançavam o da cidade, o da pertença a algo colectivo e não individual. Era uma parte do novo que nascia. De facto esses mercadores endinheirados que se movimentaram naquele entardecer e primeiramente visíveis no tropel de Álvaro Pais após noites e dias conspirativos iriam ser, ainda sem o saber, o embrião dos outros que de seguida, entre infinitos de azul, iriam dar novos mundos ao mundo.

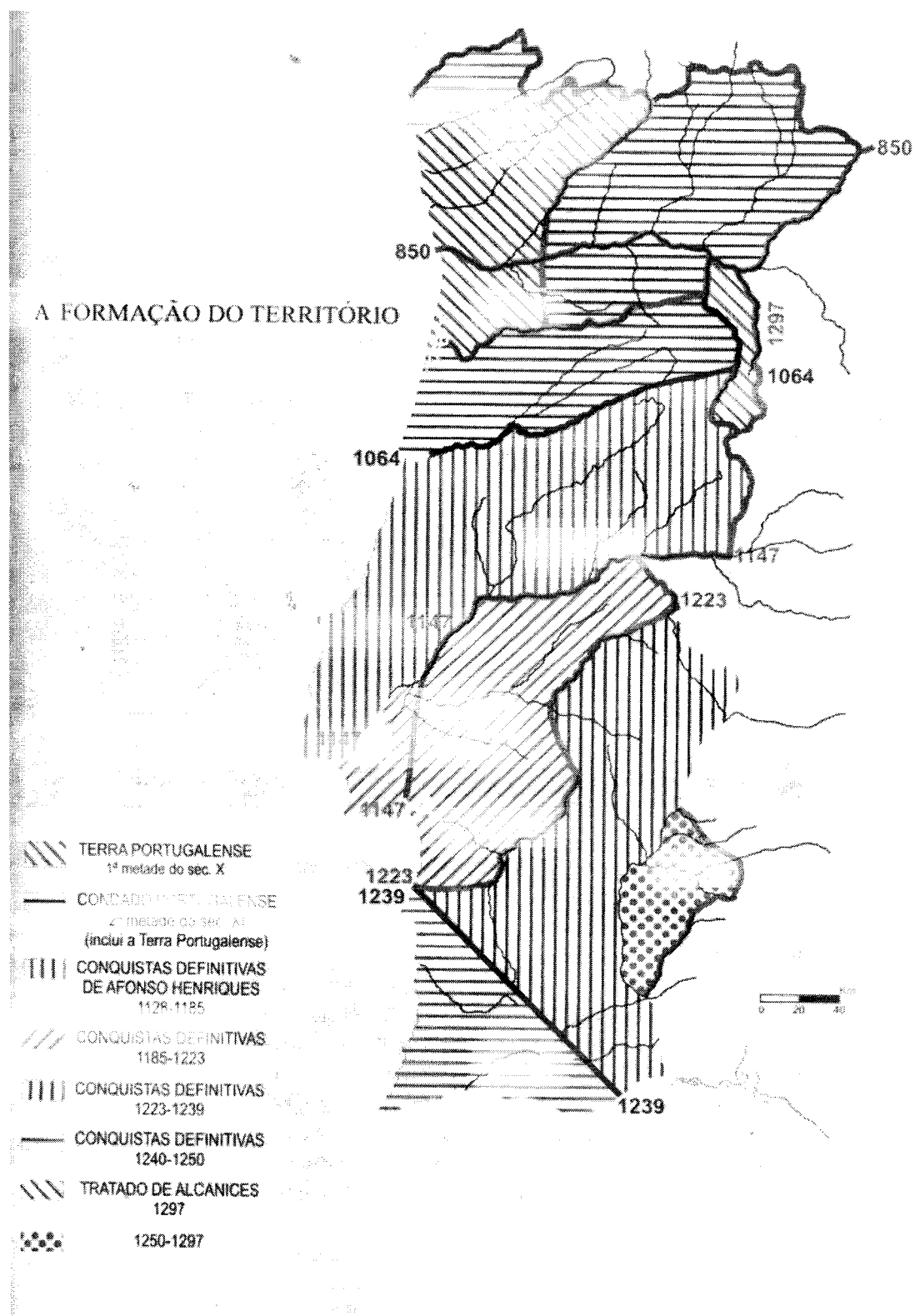
Podemos pois afirmar com segurança que “mal caiu a tampa do caixão sobre o cadáver de D. Fernando (25)”, seguindo as palavras de António Borges Coelho, um movimento insurreccional ganhava força, entrosamento, assentava ideias, traçava caminhos, criava objectivos e desejos de vitória. Das suas causas e consequências falaremos nas páginas seguintes.

“Em suma, «mal caiu a tampa do caixão sobre o cadáver de D. Fernando, estalou a Revolução».” (25)

Podemos questionarmo-nos se os acontecimentos terão tido uma causa-efeito tão célere ou se o autor não estará antes a seguir um roteiro marxista como paradigma de todas as revoluções. Sim, é verdade que podemos. Mas prosseguindo pelo caminho do autor, sempre diremos que para estes acontecimentos ocorrerem é necessário entre outras coisas que se cumpram elementos fundamentais definidos pelos autores deste tipo de teses e esses elementos permitirão, não só caracterizar a situação, como defini-la substantivamente. Em 1915, Lenine especificava os três traços principais que permitiam identificar uma situação revolucionária: “1) La impossibilidad para las clases dominantes de mantener inmutable su dominación; tal o cual crisis de “las alturas”, una crisis en la política de la clase dominante, que origina una grieta por la que irrumpen el descontento y la indignación de las clases oprimidas.

Para que estalle la revolución no suele bastar com que «los de abajo no quieran», sino que hace falta además que «los de arriba no puedan» seguir viviendo como hasta entonces. 2) Una agravación, superior a la habitual, de la miseria y de los sufrimientos de las clases oprimidas. 3) Una intensificación considerable, por estas causas, de la actividade de las masas, que en tiempos de «paz» se dejan expoliar tranquilamente, pero que en épocas turbulentas son empujadas, tanto por toda la situación de crisis, como por los mismos «de arriba», a una acción histórica independiente” in, “Problemas del movimiento comunista-Algunas cuestiones teóricas y metodológicas”, Editorial Progreso, Moscú, 1975, págs. 113 e 114). Com as necessárias adaptações pensamos que encontramos estes sintomas nos acontecimentos de 1383. A nobreza e o sistema económico em que assentava o seu poder estavam claramente em crise e emperravam o desenvolvimento de novas soluções, nomeadamente ao nível do comércio e da agricultura. O tempo era de inovação e não se podia conter já no interior do senhorio. Novas formas de poder germinavam no interior da malha urbana de cidades em desenvolvimento crescente e davam vida a um comércio marítimo que cada vez mais se afirmava e rasgava horizontes mais baixos. Camadas sociais afastadas do poder político adquiriam grandeza económica e reclamavam espaço desse poder para darem consistência às suas ambições e engrandecimento económico e uma crise social que fazia germinar ensurdecedores ruídos de revolta e colocavam o país à beira da insurreição. Por último, o poder político senhorial entra em crise por força da sucessão. Digamos que os condimentos estavam presentes, foram-se empolando, ganhando espaço e já só necessitavam de um factor despoletador que podia até ser de carácter subjectivo. Foi a morte do rei e chegou. Aceitamos pois a tese de Borges Coelho de que logo após a morte de D. Fernando a burguesia não descansou. Mês e meio depois do fêretro, a revolta campeava pelas ruas de Lisboa e incendiava a nação. Se pensarmos no ritmo medieval, com facilidade aceitamos a tese do autor. Indo mais longe na interrogação, perguntamos, e a situação revolucionária que então se gerou, transformou-se em revolução? Os autores marxistas defendem que nem toda a situação revolucionária resulta em revolução e que para tal acontecer é necessário que à “la situación en que a los cambios objectivos arriba enumerados se agrega um cambio subjectivo, a saber: la capacidade de *la clase* revolucionaria de llevar a cabo acciones revolucionarias de masas suficientemente fuertes para romper (o quebrantar) el viejo gobierno, que nunca, ni siquiera en las épocas de crisis, «caerá» si no se le «hace caer».” (*idem*, pág. 116). Uma vez mais com os necessários ajustamentos, diremos que deste ponto de vista, a situação revolucionária criada gerou revolução. É neste sentido que também apontou Álvaro Cunhal. “É a agudização dos múltiplos conflitos de classes e a ascensão da burguesia que conduzem a sociedade portuguesa a uma crise revolucionária em fins do século XIV. Organizada fortemente nos concelhos, possuidora de grande poder económico e de maior poder financeiro que a própria nobreza, a burguesia comerciante, assim como a burguesia rural aliada aos artesãos e camponeses, pôde conseguir pela luta a satisfação de algumas das suas reclamações fundamentais e pôde finalmente opor-se decididamente à ordem feudal e reclamar uma participação directa no governo.”, in, “As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média, Editorial Estampa, Lisboa 1975, pág. 47. Armando de Castro abordará também esta temática. Pri-

meio interrogando-se para, de seguida, reflectir e concluir. [“A Revolução de 1383-1385: alguns aspectos centrais de uma interpretação teórico-histórica”, Publicado na revista *História & Crítica*, «1383-1385 e a crise dos séculos XIV-XV», nº 12, 1985, e editado na obra “Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal, Editorial Caminho, Lisboa, 1987]. Começando por questionar sobre o que se pode considerar “uma revolução na teoria da história”(pág. 91), segue identificando o que será a primeira característica como a representação de “uma transformação social profunda, em tocar não só nos detentores do poder político mas implicar «mexidas» de certo tipo nas estruturas sociais”(pág. 93). De facto, por aqui passaram os acontecimentos de 1383. Bem podemos dizer que as mudanças sociais foram profundas no sentido da sua importância na relação com o poder e da sua colocação na sociedade, situação que resulta ainda de movimentos estruturais no âmbito dessa mesma sociedade. Armando de Castro salienta também que uma revolução não pode ser analisada pelo que ocorre no imediato, mas o olhar deve ser lançado para um horizonte porventura mais longínquo onde possa ser observada a “substituição de relações sociais que criem condições para o desenvolvimento do progresso histórico assim definido”(pág. 94). Prosseguindo a sua reflexão, este historiador distingue dois grandes tipos de revoluções, salientando como aspectos caracterizadores de um deles, a obediência a um “processo dinâmico na sua macro-historicidade, que define o progresso (...) e quando, cumulativamente, se verificam transformações em que o elemento subjectivo (...) consegue ainda modificar a estrutura global” (pág. 95). Seguindo estas premissas, acaba por concluir que foi exactamente isto que sucedeu em 1383-1385. Parece assim verificar-se certa coincidência na investigação dos historiadores que, seguindo uma determinada concepção no estudo da história, apontam para factos e aspectos que transformam 1383 numa revolução, diríamos até da burguesia mercantil. Com base em alguns dos seus conceitos, seguimos um caminho próximo, que conclui sensivelmente da mesma forma.



Território definido e constituído no final do século XIII e início de afirmação da Nação, esse embrião de um colectivo humano que vai desabrochar sentimentos interiores que desembocarão necessariamente na ideia de Pátria.

(extraído de GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004.

As causas

Desde a cavalgada afonsina pelos campos de S. Mamede até à consolidação do território tinham decorrido sensivelmente cem anos. Durante esse período de tempo os reis da primeira dinastia tinham deixado as montanhas do norte e rumado em direcção a África. Não ainda essa África continental, mas esse espaço árabe da península. Essa cultura fechada das aldeias de montanha, de Invernos rigorosos, de mosteiros isolados e religiosidade severa, dominada por senhorios feudais onde predominavam e dominavam os laços de vassalagem na disciplina de uma sociedade de ordens, voltou as armas para esse sul de espaços abertos, de convivência mais harmoniosa e tolerante, de cidades que floresciam no meio de uma cultura de que os tempos haveriam de revelar a grandeza, guerreira também, religiosa sem dúvida, mas onde a luminosidade do sol dava outro esplendor a esse ajoelhar do entardecer com o rosto voltado para Meca. Uma sociedade culta, comercial, necessariamente urbana (1), ainda tribal e clânica mas com o vigor já alcançado pelas cidades de artífices, lojistas e mercadores que lhe impunham o ritmo e lhe alteravam a face, que via nascer poetas e filósofos com obras incontornáveis na cultura peninsular e que por tudo isso buscava a paz mais do que a guerra para construir espaços económicos (2).

Foi para aí que os cavaleiros portugalenses voltaram as suas armas e, com avanços e recuos, uma centena de anos volvidos, tinham alcançado o mar algarvio e vislumbravam o continente desconhecido de África. Durante esse século XIII desenharam o território à força da espada e dispuseram de imensos e amplos espaços que só o incentivo de povoamento e a distribuição de terras pelas Ordens Militares iria permitir que tivessem ocupação humana. Os tempos mostrariam que o meio provoca a diversidade e esse Sul seria socialmente bem distinto. Na verdade, a influência da cultura que ali permanecera nos últimos quatrocentos anos não deixava de marcar a diferença, pelo que as comunidades humanas vão rapidamente, nessa rapidez em que a idade medieval sempre mostrou ter o seu ritmo próprio, adquirir características bem discrepantes daquelas que a norte constituíam o reino.

A norte o território da Galiza. Essa outra metade que os interesses senhoriais separaram com uma fronteira, deixando um mesmo povo e uma mesma língua divididos e que, dois séculos depois, seria territorial e administrativamente assimilada por Castela. O Atlântico a oeste, esse oceano que em breve não seria obstáculo a que as populações das

cidades ribeirinhas se lançassem à descoberta comercial da Europa, e com essa atitude viriam a moldar os comportamentos sociais das décadas seguintes, e ainda o mesmo mar a sul, mais cáldo, menos tempestuoso, por consequência mais navegável, que nos vai permitir olhar outros horizontes, desenhar outros objectivos, incentivar-nos à aventura, talvez guerreira mas, sobretudo, comercial. A leste, entre cursos de rios, relevos de montanhas e interesses senhoriais, traçamos essa fronteira que praticamente oito séculos depois sobrevive quase sem alterações.

Tínhamos, pois, construído o espaço territorial, pelo que, sem necessidades belicistas, poderíamos viver o século XIV dedicados ao assentamento de bases sólidas de uma comunidade em expansão. Mas pese embora a ausência de guerra, os tempos não vão ser pacíficos. A sociedade mexia, irá ferver e de quando em vez extravasar sentimentos, interesses, vontades e necessidades de ajustamento. No reino português e na Europa em geral.

A sociedade senhorial e feudal, e aqui fazemos a separação para podermos contemplar o que foi esse feudalismo francês com laivos de pureza e o senhorio português que se pretende diferente, mas como dizíamos, dava sinais de esgotamento, de necessidade de mudanças e adaptações. Aquela sociedade de Ordens perfeita que havia resistido às invasões marítimas, aos assaltos, aos saques, recuada em fortalezas interiores em torno das quais as comunidades, sobretudo rurais, enfrentaram as adversidades dos tempos, assistiu ao lento mas persistente florescimento dessas aldeias que, extravasando as portas das muralhas, se abriram para os mundos mais próximos primeiro, e olharam outros mais longínquos de seguida. Em torno dos mosteiros, no exterior dos castelos, começou a ferver um húmus de vida própria diferente, mais activo, mais dinâmico.

Gimpel fala-nos com veemência de uma revolução industrial no século XI, para uma Europa mais a norte e cujos efeitos só rara e tardiamente nos atingiu, mas reveladora de um movimento ascensional que necessariamente teria de provocar alterações Talvez a sua descrição de “um período de intensa actividade tecnológica”⁽³⁾ possa conduzir-nos a uma grandeza que não se verificou, mas há sinais que são claramente visíveis, como a explosão demográfica, a movimentação de populações, a criação de companhias capitalistas, uma nova organização do trabalho, o aumento do consumo da energia e das colheitas e a procura de novas matérias-primas foram alguns dos aspectos que permitiram melhorar o nível de vida geral e transformar o quotidiano social e económico⁽³⁾. Se o século XII nos mostra uma Europa cada vez mais mercantil que se

ergue em pináculos de catedral para os céus divinos e rompe em vitrais de luminosidade que encham de luz os espaços sagrados e de que Portugal só desfrutará depois de alcançar esse «mundo novo», só podem ser sinais claros de que as fronteiras desse mundo rural, fechado, ordenado, autónomo, religioso e senhorial se estão a romper.

Na verdade, essa agricultura de subsistência, encerrada no interior das suas comunidades, suportada por deveres de vassalagem absolutos, que ignorava o exterior que a rodeava, assente numa cultura imobilista, já não tinha condições para resistir às mudanças do tempo, social, económico e que reclamarão ambos um outro tempo político.

O crescimento demográfico resultante da acalmia guerreira, de anos agrícolas razoáveis, arrastará uma melhoria acentuada das condições de vida e de saúde, criará uma mão-de-obra que se tornará excedentária, quanto mais não seja pelo facto de que o senhorio não conseguirá conter tal crescimento populacional que necessariamente extravasará para o exterior e demandará os centros urbanos.

Por outro lado e como já se deixou dito, períodos de paz ou de ausência prolongada de actividade guerreira trouxeram segurança aos campos, permitiram uma agricultura com resultados visíveis ao nível da produção, ajudados por tempos meteorológicos menos severos, conduzindo a arroteamentos na busca de uma produção mais intensiva, gerando por consequência colheitas acima das necessidades mínimas, permitindo aos camponeses a satisfação mais desafogada das suas obrigações para com os senhores, apesar de as exigências destes aumentarem por vezes na proporção do aumento das colheitas.

Sendo o Portugal medieval um reino essencialmente rural, aspecto que se manteve até tempos bem recentes, não deixarão os municípios de cumprir um papel relevante, bem importante até neste período.

No decorrer de um processo paulatino, mas sólido, os meios urbanos medievais irão através de sucessivas cortes obter um conjunto de direitos, de regalias que, beneficiando as suas populações, criando pólos de liberdade como de forma algo romântica os reconstruiu Alexandre Herculano, não deixarão de marcar a diferença, distingui-los do meio rural que os cercava e influenciar a conjuntura regional primeiro, e estrutural num momento mais tardio. Por força das condicionantes que timidamente expusemos, a população urbana irá aumentar, a sua riqueza também e de seguida naturalmente a sua influência. No seu interior camadas diferenciadas da população irão surgindo,

ampliando o seu espaço, adquirindo valor social e força económica. Em pleno século XIV estes serão factores visíveis e que já não será possível iludir, nem ao poder senhorial, nem ao poder real. Um novo mundo, se o termo é possível, começava a irromper do interior desses centros populacionais, muralhados em muitos casos, encerrados no seu interior ao princípio, mas cedo reclamando outros espaços, outra participação no cenário do poder. Serão os precursores da mudança que se avizinhava.

Sobretudo no Centro e Sul, mais aqui do que ali e no litoral, mais no Porto e em Lisboa, os núcleos urbanos irão assistir ao desenvolvimento de um grupo social voltado para o comércio: mercadores na sua actividade começam a destacar-se pelo peso do seu dinheiro, pela visibilidade das suas posses. Num mundo em que a economia ganhava uma dimensão que rompia com o muro do senhorio, em que muitos procuravam na sua troca e na sua venda um acréscimo aos seus parcos rendimentos, estes mercadores vão ser os intermediários que acalentarão essa circulação de mercadorias. Se, num primeiro momento, assistimos a um movimento interno, não tardará que se faça ao mar, alcance o norte da Europa adquira expressão e volume e transforme o mar atlântico numa estrada de vai e vem alimentadora de grandes negócios. Estes «homens-bons» que em sucessivas cortes reclamarão sempre do poder real, em nome dos concelhos que diziam representar, o que será o mesmo que dizer, em nome dos seus próprios interesses, vão ser os paladinos de um confronto pacífico com o poder régio, mas não tão pacífico com essa classe da nobreza senhorial dona ainda de vastos territórios, de imenso poder e, essencialmente, das armas do reino.

D. Dinis será um dos reis que mais privilégios concederá a esse grupo social da burguesia emergente. Imensas das suas medidas, das decisões tomadas, das leis promulgadas serão favoráveis ao aumento e fomento desse comércio, em especial, marítimo. Decisões essas que os senhores “cavaleirescos” não deixarão de contestar, nas cortes, no paço, com a palavra, com o direito consuetudinário, com a tradição e quando os argumentos se esgotaram, também com a espada desembainhada. A guerra civil que no final do reinado o opôs ao infante herdeiro era sintoma de que o caminho não seria feito de braçados de rosas a cair de forma miraculosa do regaço da rainha. E na verdade, o reinado de D. Afonso IV iria mostrar que esse movimento reivindicativo de avanços sociais com vista a alterações no xadrez político não seria um caminho a direito, nem simples, nem fácil.

Porém, as necessidades impunham que o processo não retrocedesse, o comércio aumentava, os circuitos das mercadorias ampliavam-se, multiplicavam-se os lugares de troca e essas feiras medievais, sem alcançarem a dimensão das europeias, eram também elas sinónimo de um processo novo que estava para além da casa senhorial, da aldeia dependente, dos interesses guerreiros dos *bellatores*. Agora, já estávamos para além da simples troca de produtos. Uma outra mercadoria ganhava dimensão, alcançava poder, sobretudo, dava poder e começava a acumular-se quase e só nas mãos de uma camada mercantil. Falamos de dinheiro, de moeda que, para além de valor facial, tinha também e muito valor real. É esta mercadoria que essa nobreza cavaleiresca vai sentir que em tempo lento lhe vai roubando o poder. Vai lutar, esbracejar, mas com a percepção de que o tempo já não corre a seu favor.

Essa mudança que varre a Europa, que força os de baixo a pressionar os de cima, que vê nascer universidades, que sente ventos de laicismo percorrer-lhe as entranhas do pensamento que, sem abandonar o religioso, semeia dúvidas filosóficas, que assiste à sua Igreja sacrossanta arrastar-se para a dúvida e a divisão, vai ser palco desse conflito entre o velho que se esvai e o novo que surge, tímido, silencioso e sereno, mas dinâmico, perene e disposto a vencer. E não falamos apenas dessa burguesia urbana, comercial e rural, mas também dessa camada de artífices, chamemos-lhe assim, que progresso e desenvolvimento vão gerar, esse «populo minuto» que vai distinguir-se, salientar-se, aparecer nas ruas, no meio da revolução, carente de justiça, defendendo interesses, lutando contra a oligarquia das cidades, contra o «populo grasso»⁽⁴⁾. O crescimento urbano vai impor o aparecimento das artes, dos ofícios, que as necessidades da agricultura impunham e de que os cidadãos precisavam. Será o tempo dos cordoeiros, dos alfaiates, dos calafates e de tantas outras profissões que a cidade vai ver surgir no seu interior. Naturalmente que vão ganhar expressão e reclamar protagonismo e os mercadores, senhores do poder municipal, vão sentir em breve o peso das suas pressões, das suas reclamações do seu desejo de participação. Não pararão de crescer, de obter importância, de ganhar relevância no interior das municipalidades. Digamos que não há actividade onde não apareçam, as ruas adquirem nomes consoante as profissões e o seu labor é agora o nervo central do meio urbano. Aumentam em número, aumentam em expressão social, mas o seu poder económico e a sua representatividade, sobretudo política, ainda está aquém do seu peso na vida da comunidade.

Este século inquieto vai também ser palco de outros actores sociais. A cultura, até aqui amarrada ao interior dos claustros, vai agora palmilhar as artérias citadinas, criar universidades, reclamar um outro espaço, uma outra intervenção, justificar ou procurar justificações para as novas exigências sociais. Os letrados, até aqui remetidos ao clero, aos mosteiros, ao saber religioso, vão extravasar para o exterior do mundo campesino, vão crescer com as torres das catedrais, olhar o conhecimento pelos vitrais do gótico e iniciar o questionamento do que até então aparecia como absoluto. Afinal começava a surgir o tempo do relógio que iria criar uma nova divisão do dia de trabalho e começar a remeter para o interior do espaço sagrado o tempo do sino da igreja. Mudava a cidade, alterava-se a aldeia e era imperioso encontrar suportes, digamos *ideológicos*, para a mudança. Se um novo grupo social surgia, novo ou novos, se um novo ritmo de trabalho nascia, se um novo regime de trocas crescia, necessariamente que uma nova ideologia assente noutros valores, noutros símbolos, noutra cultura, tinha de aparecer. Ainda sem o saberem, muitos desses homens vão ser os garantes de que definitivamente o evoluir dos tempos não teria regresso. Mas nesse espectro a que chamamos letrados ou homens letrados, “artesãos do espírito”, chamou-lhes Jacques Le Goff (5), não se esgotava o mundo muito vasto do que hoje definimos como cultura. Outras artes, outras profissões, colocariam alguns desses personagens numa esfera próxima do poder. Não eram mercadores, não tinham ofícios que se misturavam ou confundiam com os mesterais, não eram pois gente de mesteres, mas por força da sua actividade rondavam a cena do poder, ou dos senhores do poder, tal como um conjunto de fidalgos, quantas vezes oriundos da aristocracia, filhos bastardos ou segundos de uma nobreza que não passava de 1% da população.

Os letrados vão, também eles, ser um símbolo do novo, porque se forjaram nesses meios urbanos, foram fruto de necessidades sentidas pela complexidade da arte de governar, da interpretação das coisas e dos factos e das aventuras da técnica e da ciência que foi inevitável viver. Começa a impor-se a razão sobre o primado do absoluto religioso, desenvolve-se um processo de interrogação sobre ideias há muito concebidas como eternas, o mutável começa a sobrepor-se ao imutável, o infinito ganha terreno ao finito. O autor dir-nos-á a páginas 83 desta obra que “o século XIII é o século das universidades porque é o século das corporações.”, para na página seguinte nos dizer que “É lutando, ora contra os poderes eclesiásticos ora contra os poderes laicos, que as universidades adquirem a sua autonomia”, ou seja, começam a crescer como entidade própria, a reclamar espaço e identidade o que é mesmo que dizer estatuto social que funcionará como alavanca económica para outros voos, por vezes bem elevados. Tanto assim é no nosso caso português que Humberto Baquero Moreno dirá deles em estudo realizado

[“As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal”, pág. 113] que “os letrados, situados fora da nobreza e da própria burguesia, representam um grupo social acentuadamente homogéneo, o qual assume cada vez mais uma consciência bem nítida sobre a sua influência dentro do próprio estado”. A centralização do poder com o consequente aumento da administração vão ver este grupo adquirir dinamismo, influência e usá-la também em seu proveito. Vamos encontrá-los bem antes da revolução, mas com esta, a assumir um papel com grandeza a qual não possuíam até então, como foi o caso do Desembargo Régio documentado por Armando Carvalho Homem em estudo efectuado [“Uma crise que sai da D’«A Crise», ou o Desembargo Régio na Década de 1380”, pág. 37] onde faz realçar que se dá “uma renovação quase total dos quadros humanos – avultando um maior número de letrados entre os novos oficiais”. E não nos detenhamos só a pensar nos homens de leis, dos quais se destaca neste período, por razões conhecidas, o Dr. João das Regras, porque estes intelectuais, se o termo nos é permitido, ou “artesãos do espírito” como tão bem os caracterizou Le Goff, espalhavam-se por mais vastas áreas desde a escrita às artes da medicina. Focamo-nos nos letrados pelo papel político que sempre acabam por desempenhar e, afinal, é de uma revolução que estamos a tratar. Aliás, apesar do uso da razão, uma parte do clero vai acompanhar este movimento evolutivo e desenvolver também ideias próprias sobre diversas questões e temas. A Igreja não tinha percorrido doze séculos para se deixar assim abater face ao primeiro grande embate, mesmo que a ocorrer no campo das ideias. Irá encontrar novas explicações, novas formulações e procurar rebater filosoficamente onde a nova mentalidade parecia inundar todo o espaço. Enquanto isso não olvidava o seu papel político sempre junto e nos corredores do poder, quando não ela própria no seu exercício e, tudo isso, tanto acontecia a nível do Estado ou da administração régia, como no domínio local, do feudo ou da cidade, só que aqui, com mais força e mais ímpeto que a revolução veio abalançar ainda mais. Atente-se nas palavras de Armindo de Sousa quando setenta anos depois fala dos homens do Cabido do Porto [“Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, pág. 58] na luta da cidade contra o seu bispo, “os da Sé – esse escol de intelectuais versados sobretudo em leis, eclesiásticos urbanos bem inseridos no burgo, barões prestigiados e temidos, ricos, experientes e, coisa valiosa, homens que dispunham de meios e aptidões para criar e gerir opiniões colectivas.”. Retomando o fio à meada, dizemos que este grupo foi adquirindo estatuto a vários níveis e o movimento revolucionário vai encontrá-lo em pleno gozo dos privilégios alcançados e alimentá-los ainda mais. Também eles, inseridos no novo quadro mental, vão ser uma parte do moderno que se vai desenvolver. Afinal, não necessitavam, por exemplo, as artes de navegar quem soubesse interpretar e ler o céu e buscasse outras soluções para as armadas que se haviam de formar?

Mas em meados do século, no ano de 1348, uma peste contundente, essa “peste negra” transportada do leste da Europa, mas que estudos recentes situam com origem na Ásia Central (6), vai abater-se sobre uma sociedade higiénica e alimentariamente fragilizada e deixar marcas devastadoras, sobretudo nos meios urbanos mais sensíveis à propagação ao contágio e aos seus resultados nefastos. Apesar dos efeitos provocados no efectivo

populacional com uma queda sensível dos habitantes, este cataclismo terá dizimado perto de um terço da população europeia (7), o desenvolvimento a que se vinha assistindo não vai abrandar, embora necessariamente altere o ritmo. Vai servir, isso sim, à burguesia para a exigência de novas medidas, para a obtenção de novos privilégios, para a tomada de posse de terras da nobreza e o controlo dos salários e do movimento dos trabalhadores, em especial os do campo, retendo-os onde melhor lhes convém. A *Lei das Sesmarias* que D. Fernando irá publicar será o verdadeiro espelho de como essa burguesia mercantil não desistia dos seus intentos.

Se toda a centúria de Trezentos assistiu a um conflito de interesses em que esses mercadores burgueses que cresciam à sombra das muralhas citadinas irão extrair do poder real o máximo de concessões, naturalmente em desfavor da nobreza, o último terço desse século irá assistir a uma crispação desse mesmo conflito em que as partes não hesitarão num braço de força, do qual o rei não será figura imparcial. E não o será porque também ele era parte interessada nesse confronto. Esgotada a guerra, terminada a conquista, ou reconquista se assim o pretendermos, o poder real vai reclamar para si cada vez mais poder, pelo menos mais visibilidade, mais disponibilidade para o seu exercício. O rei era o senhor dos senhores, mas na verdade, para além da sua guarda pessoal era um senhor sem poder armado, dependente dessa nobreza possuidora de imensas terras, de grandes privilégios e de muitos e variados exercícios de mando. Ela podia condicionar e tantas vezes condicionava a acção do paço real. Assim, esse conflito que opunha a burguesia à nobreza tinha o rei como actor e cada vez que este favorecia a burguesia em desfavor dos nobres, reforçava um pouco a Casa Real. Na procura desse espaço que lhe fugia por força das concessões anteriores que a guerra tinha justificado, o rei, sem terras, sem armas, remetido a Lisboa, podia com facilidade ficar confinado às paredes do palácio. Tê-lo-á percebido D. Dinis e mais tarde D. Pedro. Este, ao nomear o seu filho menor e bastardo para Mestre da Ordem de Avis, estava, como bem disse Armindo de Sousa, a transferir para a Coroa as terras imensas dessas Ordens Militares. Não demoraria muito que o tempo viesse mostrar o quão acertada foi para a Coroa esta decisão. Iremos ver como muitos dos bastardos e filhos-segundos se irão unir em torno do Mestre de Avis (8) e como muitos deles provinham das Ordens Militares. Ao assumirem a posse destas, no fundo estavam a chamar a si as terras que o poder central ainda podia dispor para governar, distribuir, ter poder; poder que, naturalmente, reclamaram em plena revolução.

“...em torno do Mestre de Avis agregam-se sobretudo filhos bastardos e secundogénitos, uma boa parte com carreiras feitas no seio das Ordens Militares de Avis, do Hospital, de Cristo ou de Santiago.” (8)

Esta é uma das questões mais interessantes de análise da revolução e certamente conduziu Maria José Ferro à afirmação de que a revolução foi iniciada pela nobreza. Parece facto não questionável que todo este segmento de nobres de segunda que abundavam pelo reino, fruto de amores licenciosos e de heranças que não os contemplavam, sem guerras de conquista que lhes trouxessem feitos e proventos, obrigados a viver na sombra e na dependência, foram germinando rancores e desejos de outros planos que os levassem para outro grau de estatuto social. Os seus desejos, as suas vontades, os seus roteiros acabaram por coincidir com os interesses das oligarquias urbanas e com as sucessivas revoltas dos homens dos mesteres. Aliás, a revolta só podia ter eclodido fruto da convergência de interesses de um conjunto suficientemente amplo e representativo da sociedade então existente no reino. Interesses esses que se separariam a seguir, mas aí já era tarde para a grande nobreza de linhagem, mesmo para aquela recente que D. Fernando tinha engordado patrimonialmente. Estes nobres de segunda é vê-los crescer, enriquecer de forma desmesurada e como pagamento pela sua adesão ao movimento. A revolução não os alugou, mas quando a ela aderiram era isso que esperavam e a pátria, essa que nascia e que temos vindo a procurar realçar, foi de facto generosa; que o diga o Condestável que se tornou um Senhor como outro não existira antes, sentiu-se até no direito de afrontar o poder que havia ajudado a erguer e a consolidar. Talvez não tenha sido fruto do acaso, provir uma parte significativa das Ordens Militares, pois no fundo era para aí que eram encaminhados por quem os tutelava, veja-se o caso do Mestre, facto que acabaria por se revelar importante, pois na verdade, as Ordens eram senhoras de uma parte significativa da terra alentejana. Magalhães Godinho realçará este aspecto quando refere que “a nova nobreza, oriunda de ramos segundos de linhagens ou promovida entre os cavaleiros e escudeiros que serviram durante a crise (e nela destaquemos a nova família real) clama por senhorios, terras, rendas, mercês” e quando menciona as circunstâncias em que se decide ir mar adiante à procura de novos mercados, apresenta D. João I e o vedor da Fazenda João Afonso como “os intérpretes da nova mentalidade e sociedade que saíra da revolução, e queriam certamente satisfazer quer os apetites da pequena e média nobreza, quer as necessidades do comércio e os anseios dos círculos mercantis”[Op. cit. págs 54 e 55].

Enquanto se dirimia aquele conflito e o rei procurava o reforço da sua acção governativa, em torno de si, esse séquito que o secundava ia crescendo em número e em importância e cada vez mais adquirindo preponderância nas decisões reais e reclamando para si uma parcela dessa riqueza que a nação ia produzindo.

De forma simples, podemos dizer que na sombra de uma centralização de poder que o rei buscava para afirmação do seu trono ia crescendo um grupo social de mercadores burgueses a quem também essa centralização interessava, pois não seria com poder retalhado, com impostos diversificados e sobrecarregados, com privilégios particulares que chegavam à possibilidade de poder decidir sobre a vida e a morte das populações,

que os seus interesses comerciais se podiam desenvolver com harmonia e, sobretudo com lucro. Havia, pois, uma simbiose de interesses entre essa burguesia que se afirmava e a Casa Real, aspecto muito visível quando D. Fernando alcançou as rédeas do trono com 21 anos de idade e 16 anos antes do eclodir da revolução.

Seguindo uma vez mais o roteiro de Armindo de Sousa, “herdava um reino em paz e um erário muito rico” (9). Mas recebia também como herança esse conflito latente de interesses que teria forçosamente de gerir e o resultado dessa gestão foi, como hoje podemos verificar a tentativa de sobreviver sobre vários desses interesses ou pelo menos procurando seguir um caminho pelo interior das diversas forças em parada, sem sucesso, como o movimento revolucionário veio a provar.

“Herdava um reino em paz e um erário muito rico. Tudo indicava que, apesar da crise social e económica que se vivia – aliás, comum a toda a Europa – Portugal iria ter um bom reinado: rei dado ao trato com a nobreza, augúrio de paz interna, e neutral nos negócios de Castela, promessa de paz com os vizinhos.” (9)

E no entanto, quase nada disso se passou. Dividiu a grande nobreza ao favorecer mais uns do que outros, o que, em certa medida, pode ter desmobilizado a parte desfavorecida, pese embora as medidas que tomou não contentou os mesterais, como nos mostrou Maria José Ferro, e nunca encontrou o ponto de equilíbrio com a burguesia citadina, comercial e mercantil, donas de facto das grandes urbes do reino. Envolveu-se em guerras medievais de luta pelo poder de outros feudos, em nome próprio ou alheio e, por fim, hipotecou a independência de forma a que os interesses nacionais se vissem a médio prazo sujeitos aos ditames de um outro senhor. Guerras da nobreza classificará Magalhães Godinho, escrevendo que “a Península vê-se envolvida em guerras que não têm fins económicos ou políticos (nacionais), traduzem apenas a conflitualidade inerente à camada superior (alta nobreza) em torno das posições de mando e da possibilidade de se servir do Estado para benefício da linhagem” [Op. cit., pág. 42]. Do seu reinado dirá Oliveira Marques, “...crise na organização da sociedade, crise no sistema político, crise nos valores económicos, espirituais e morais.” [Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV”, Vol. IV, pág. 511]. Assim se poderá melhor compreender que o desenlace teria de implicar fractura, ruptura com o que estava constituído. E houve, apesar do medo dos burgueses e muitas, muitas hesitações da jovem e segunda nobreza aderente. Mas o grande interesse dos primeiros, a vontade dos homens dos mesteres e a força da arraia-miúda haveriam de levar a revolta até ao ponto de não retorno.

Do ponto de vista administrativo é elogiosa a sua governação e as medidas que então tomou perduraram por muitos e bons anos. Entre elas há que destacar as seguintes:

“1373-1375 – amuralhamento de cidades e vilas, tais como Lisboa, Évora, Porto, Braga, Coimbra, Santarém, Viana, Ponte de Lima, Beja, etc.;

1374 – reforma da administração pública e legislação contra abusos senhoriais;

1375 – Lei das Sesmarias, leis protectoras dos mercadores nacionais, leis reguladoras dos privilégios jurisdicionais da nobreza;
1377 – foral da portagem de Lisboa;
1378 – novas leis sobre a reforma da administração pública;
1380 – fundação da Companhia das Naus”(10).

Como vemos, governava em reforço da centralização do seu poder e em benefício desses mercadores que comerciavam e cada vez mais com o exterior. No entanto, apesar destas medidas com grande sentido de Estado, sem que algo o justificasse do ponto de vista do interesse do reino ou das populações, irá dar ouvidos a essa nobreza ansiosa de batalhas para reforço da sua posição que se perdia, e entrar em sucessivas guerras com Castela que irão esgotar a nação, o erário público e debilitar a sua posição. Como escreverá Maria José Ferro, por onde os exércitos passavam, semeavam ventos de revolta. O desastre das suas diversas campanhas militares, as sucessivas insurreições dos povos, “o descalabro económico, a inflação e o alto custo dos géneros”(11) cedo fizeram aparecer as fomes e as arbitrariedades que serão achas de uma fogueira que ardia em fogo lento e constante. A guerra vai permitir aos nobres invadir os direitos dos povos e dos concelhos e os locais de passagem do exército serão pois quase inevitavelmente espaços de sublevação.

Se esta cedência guerreira à nobreza fosse já de si coisa de pouca monta, o rei decide assumir um casamento atribulado com D. Leonor Teles, filha de fidalgos, mulher casada com um dos seus vassallos próximos, apetejada pela beleza e fazendo ascender na escala hierárquica os Teles de Meneses, senhores de vastas terras nesses Trás-os-Montes nordestinos e talvez provenientes de Castela (12), sendo hoje questionável se este casamento resultou mais das paixões arrebatadas do *Formoso* ou de interesses calculados da família. Após o casamento, não vamos encontrar a Leonor agora rainha a praticar uma política de doações que visava em primeira instância beneficiar os seus?

(13) Podemos discordar de qual foi de facto o seu papel na história, mas as opiniões são unânimes em defini-la como bela e inteligente. Ora, precaver o futuro com património era um acto de inteligência e de poder, claro. Interpretou a centralização do poder à sua maneira e de facto, este ia mudando de mãos, mas distribuído e controlado por si. Os senhores continuavam a ser poderosos, o seu património engrandecia-se, mas a rainha possuía a chave dos fios que uniam, ligavam e unificavam estas famílias. Era uma espécie de dupla vassalagem, a hierárquica e a de interesses.

Entretanto, sob a pressão dessa nobreza que temia ver os seus privilégios esvaírem-se, e na salvaguarda da teia que ia tecendo, negociou em 1380, o casamento da filha ainda criança, Beatriz de seu nome, com o rei de Castela. Em vida entregava desta forma o reino em mãos dos senhores castelhanos. Não se pode olhar com inocência para este acto. Até que ponto Leonor Teles não influenciou e condicionou o rei, o qual já não estaria presente no acto da entrega da filha? Não se alcança a resposta, mas pressente-se os meandros por onde se deslocava o pensamento da rainha. Em Évora realizou-se um acto simbólico de entrega, em que a nação, negociada, era entregue a um rei estrangeiro. Com a passagem de Beatriz para o outro lado da fronteira, era o reino que mudava de Paço, era a soberania que se esvaía em nome dessa estirpe que não cuidava de meios para alcançar os seus fins. Pouco lhe importava a independência da nação que aliás tardava em conhecer, do Estado que não queria e da Pátria que não imaginava. Bastava-lhes continuar a mandar no que tinham, sonhar em adquirir mais, mesmo que para isso tivessem de mudar de senhor. Podemos apresentar este tratado como um bom acordo, sem alternativa para o rei português e que salvaguardava os interesses de Portugal. Mas, verdade seja dita, foi negociado por Andeiro em Pinto ⁽¹⁴⁾ e quando se fala de Portugal, referimo-nos à nação construída pela nobreza ou ao Estado e à pátria que os burgueses mercadores desejavam ver nascer? Certamente ao primeiro, pois o galego era a salvaguarda dos interesses dessas famílias feudais que reinavam de facto, ora de um lado, ora de outro da fronteira, se desta forma podemos definir os limites das posses senhoriais.

“O contrato de casamento, negociado primeiro em Pinto e depois em Salvaterra de Magos (2 de Abril de 1383), foi publicado por Arnaut. A firmeza dos negociadores portugueses permitiu que as disposições essenciais do projecto que Andeiro apresentou em Pinto constassem da redacção final do contrato: é garantida uma vantajosa situação política a Leonor Teles e são tomadas precauções para que Portugal não acabe unido a Castela.”⁽¹⁴⁾

Parece-nos que o autor é benevolente, diríamos até, demasiado complacente com o acordo alcançado, pois na prática o negócio feudal entregava o reino nas mãos de Castela. Não vemos como possa concluir que foram tomadas precauções que evitassem tal situação. O futuro iria demonstrar o resultado dessas precauções e não fora o movimento insurgente, e a nação teria desaparecido nos domínios do reino vizinho. Embora procurando um equilíbrio na obra, deixa transparecer uma defesa da rainha-regente. Se é positivo por um lado sustentar essa visão da personagem, pois ajuda a uma melhor compreensão dos factos históricos que viveu e das decisões que tomou e permite uma moderação na análise, a benevolência como forma de defesa pode conduzir-nos ao lado oposto. D. Leonor Teles desempenhou o papel que conhecemos, ou seja actuou de acordo com os interesses que gerou à sua volta e dos quais também se tornou dependente. Quando lhe fal-

tou sustentação, foi das que mais perdeu e o seu papel desapareceu num ápice. Disso se encarregou o sogro a quem tinha chamado em auxílio. Só havia lugar para um de dois Senhores e a rainha-regente não era nenhum deles. Afinal, dos que tinha protegido e beneficiado nenhum se ergueu para a defender. Morreu só, algures em Tordesilhas. Para quem tanto desfrutou, foi solidão a mais.

Sempre podemos dizer que houve uma aceitação geral no país ⁽¹⁵⁾, mas voltando ao que acima escrevemos, essa aceitação só podia ocorrer no seio da ordem feudal e esta já só tinha uma classe, parafraseando João Gouveia Monteiro; vamos chamar-lhe assim para facilidade do discurso, os nobres profundamente ligados ao reino vizinho e que confundiam os seus poderes económicos com os do Estado, pois para eles essas relações encontravam-se ainda no domínio da mais profunda vassalagem. A contrariar essa versão de acalmia, temos as reacções violentas do povo ⁽¹⁶⁾, - e quem era então o povo, nessa época? Os burgueses mercadores e os mesterais, naturalmente -, à proclamação de D. Beatriz como rainha. Isto, claro, na versão de Fernão Lopes tão contestado hoje em dia, provavelmente com alguma razão. É assunto que procuraremos abordar noutra parte da nossa dissertação. Já vimos que havia cento e quarenta anos Portugal tinha o território definido, o tempo de paz e o desenvolvimento comercial e a quase uniformidade das gentes tinham-lhe dado o estatuto de nação e essa burguesia nascente, ainda sem o saber, entre os símbolos que criava fazia despontar o sentimento de pátria. Com esta situação, D. Fernando prometia entregar a independência do reino, pois era já disso que se tratava: já não era só um negócio feudal, um acordo entre senhores, um poder que se comercializava. Não. Era uma nação que se vendia. De forma subjectiva para uns, em termos de objectivos de interesses para outros, estava em questão a independência da Nação, do território, e “Portugal” e “portugueses” começaram a assomar ao discurso das gentes, sobretudo urbanas, incidindo nestes homens dos mesteres cada vez mais insubmissos e nesses mercadores citadinos que sentiam os seus negócios invadidos.

O descontentamento, umas vezes latente, outras evidente, passou a ter mais uma fonte de alimentação e, na parte final do seu reinado, podemos assistir a um poder político e social desagregado onde conviviam a céu aberto, bando armados, assassínios de figuras que representavam o poder, a deserção, entre outros, de escudeiros e besteiros, a não contribuição com remeiros para as galés reais⁽¹⁷⁾, ou seja, claros sintomas de que cada vez mais o poder já quase só existia no palácio. Tal clima tinha de desembocar “num novo rei”⁽¹⁷⁾ como diz Maria José Pimenta Ferro e necessariamente numa mudança qualitativa do poder. Já não chegava mudar quem mandava, se é que nesta altura dos

acontecimentos ainda mandava ou detinha apenas o poder simbólico quem ocupa o palácio real. De qualquer forma, resulta claro no estudo desta autora que a sociedade caminhava para uma explosão previsível que vem de longe, ou não se realizasse já o casamento real no Porto para fugir às sublevações da capital.

João Gouveia Monteiro remete-nos toda esta problemática para as contradições resultantes das mudanças ocorridas no seio da nobreza portuguesa, desvalorizando assim a participação popular e da burguesia. É certo que tece estas considerações no âmbito de Aljubarrota, mas, naturalmente reportando-se ao momento em que D. Fernando se envolve em guerras sucessivas com Castela por imperativos dos seus senhores feudais, seus porque o rodeiam, seus porque detêm o poder de facto, político e armado (18).

“A razão profunda da batalha, que é como quem diz a explicação para a crise de 1383-85, tem hoje de ser procurada, preferencialmente, no seio das mudanças e das convulsões produzidas no interior da nobreza de Portugal desde pelo menos o reinado de D. Afonso IV (1325-1357). É isso, e não tanto a valorização do elemento ‘burguês’ ou ‘popular’ da Revolução, ou os sentimentos de ‘amor ou desamor à Pátria’”.(18)

Não conseguimos subscrever esta tese de Gouveia Monteiro, embora o conjunto de ideias que aqui expressamos tenha sido em muito bebido na taça dos seus conhecimentos transmitidos em diversas obras sobre o tema. Essas convulsões e mudanças teriam conduzido a outro desenlace e a outra solução se a burguesia comercial não desejasse transformações e mudanças e se os mesterais há muito não reclamassem uma fatia do poder local. Os problemas existentes no interior da nobreza foram, também eles, um factor a intervir na mudança, mas cremos não circular longe da verdade se dissermos que não foram os únicos, nem os essenciais e, muito menos, determinantes. Naturalmente que se a nobreza de segundo plano não tivesse intervindo, a solução final, as consequências saídas da revolução haveriam de ser necessariamente outras. Mas esta é já outra questão que consiste em saber, com a revolução na rua, como moveram os seus autores as diversas peças de forma a encontrarem a saída que não afrontasse a nobreza que tinha estado de alguma forma ao seu lado e salvaguardassem os seus interesses. Esse terá sido o momento da cedência, da negociação, mas certamente, partindo de uma posição de força.

Comungamos da opinião que a nobreza, toda a nobreza, vivia momentos difíceis no seu ordenamento social e económico. Social porque a concentração do seu poderio obrigava-a a jogos e disputas e o espaço para esses movimentos era reduzido, pelo que extravasou para o reino vizinho e os movimentos guerreiros do último rei da 1ª dinastia não passaram da intervenção nesses actos de soberba e posse, tal como o autor reconhece ao identificar a posse dos títulos em Portugal (19). Contudo, essas contradições, essas convulsões advinham, sobretudo, da situação da sociedade

portuguesa, reflexo de uma outra mais vasta, continental, que chegava apenas com algum atraso. Não existisse a necessidade dessas transformações, da pressão doutras camadas sociais, de imperativos económicos que exigiam mudanças e o comportamento da nobreza para ultrapassar e resolver o impasse a que chegou teria sido bem diferente. Provavelmente, encontraria soluções no âmbito de um golpe palaciano. Estamos de acordo que a morte do Andeiro foi isso mesmo (20), mas não comungamos da ideia (21) que foi um acto da nobreza, de nobres em busca de soluções para a crise, na salvaguarda de interesses que se prendiam mais com a Nação e o Estado. Se era intenção do ou dos autores que as coisas por aí se quedassem enganados e iludidos andaram, pois como se viu, na sua retaguarda, envolvido na sua sombra, um outro movimento mais longo, mais vasto e mais profundo aguardava esse momento detonador; para outros historiadores foi antes este o grande motor e impulsionador não só do movimento insurreccional, como das mudanças que se seguiram (22).

“A oposição aos castelhanos não seria exclusivamente popular, mas também de parte da nobreza. E esta última iria agir impulsionada por Álvaro Pais. De uma conjura de nobres contra o poder e acção do Andeiro, junto de Leonor Teles, a pretexto da infidelidade desta, sairia o assassinato daquele e o levantamento popular de Lisboa,” (21)

“A acção da nobreza despoletara um movimento popular que a ultrapassaria.”

Nós, que seguimos com tanta convicção os óptimos trabalhos de investigação da autora, vamos aqui discordar, tal como anteriormente com João Gouveia Monteiro, das suas conclusões. Estamos de acordo que Álvaro Pais e os seus pares terão efectuado uma boa leitura da posição social da nobreza, mas da nobreza de segundo plano, digamos, dos bastardos e filhos-segundos, os que eram descendentes de reis, mas que de pouco lhes servia em termos de poder efectivo, fosse político ou económico. E essa boa leitura levou-os a empurrar o Mestre para o assassinio do Andeiro e saberia ainda ganhá-los para os passos seguintes. Este apontamento da ilustre historiadora parece-nos certo, mas a nossa discordância vai no sentido de não se distinguir a nobreza. Na verdade, não podemos aceitar que a morte do Andeiro e o despoletar do movimento insurreccional tenha sido uma acção da nobreza no seu todo ou em parte substancial. Como Maria José Tavares nos mostra, a nobreza estava cindida. A grande nobreza, a que movia as pedras mais importantes, estava interessada noutros jogos e não possuía, nem força, nem organização, nem interesse em golpes palacianos. Quase diríamos que pouco lhe interessava quem fosse o rei, desde que pudesse continuar a governar o seu património, a usufruir das vantagens da sua linhagem e a mandar de facto. Vimos também existir uma outra nobreza, se assim podemos identificá-la, filhos-segundos e bastardos que engrossaram desde o início da nacionalidade e a quem o término da guerra de conquista ou de alargamento do território para sul, não dava nem poder militar, nem poder patrimonial. Era uma espécie de gente que sobrava. Possuíam o nome de família e pouco mais. Quase incluiríamos aqui o Mestre, não tivesse ele sangue de rei e não fosse senhor de uma Ordem poderosa. Talvez por isso foi o escolhido pelos revoltosos, por essa burguesia mercantil que conspirou.

Esta sim, pensou, planeou, organizou e lançou nas ruas de Lisboa as sementes da revolta. Os frutos, com avanços e recuos, haveria de colhê-los mais tarde. A nossa discordância assenta nas próprias afirmações da autora, pois afirma a pág. 75 da obra citada que “inicialmente, os primeiros partidários nobres do Mestre de Avis provinham da média e pequena nobreza, oriundos quer de famílias de linhagem quer da nobreza urbana.” Acontece que este “inicialmente” não deve ser interpretado como despoletador, mas antes do seguir o movimento de revolta. Se alguns, ou muitos deles, estavam já adstritos à actividade conspirativa é difícil dizê-lo, mas certamente não, pois depreende-se e compreende-se que a preparação do acto palaciano terá exigido um certo segredo, um momento sigiloso que terá envolvido apenas uns quantos, caso contrário poderia ter abortado por acção das forças que suportavam o Andeiro e o Paço. E tal ideia aparece ainda reforçada na pág. 83 quando nos é dito que “é um facto que os primeiros apoiantes do Mestre pertenceram à média e pequena nobreza.” Ou seja, vamos considerar este aspecto como inquestionável e, assim sendo, afastar a ideia de que a acção de 6 de Dezembro foi um acto da nobreza e muito menos impulsionado por ela. Teve a participação de uma certa nobreza, mas não daquela que mandava, antes de uma outra que sonhava em mandar e Álvaro Pais e os que o acompanhavam terão tido a inteligência suficiente para perceberem que esses nobres de segundo escalão seriam bem o seu braço armado para chegarem onde queriam e não podiam. O futuro iria dar-lhe razão. Admitimos que outros estratos de uma nobreza mais elevada se juntaram num primeiro momento à revolução e ao Mestre. Por um lado, procuravam a defesa de património perdido ou engrandecimento do que já tinham, vendo neste golpear da rainha-regente uma oportunidade para a consumação dos seus desígnios. Por outro, tentavam influenciar o movimento, tomar-lhe o comando e a direcção para que outros acontecimentos não viessem a degenerar em perdas também para si próprios. Mas certamente que cedo perceberam que já não iam a tempo e não demoraram a afastar-se e a aconchegar-se junto daqueles que representavam ou defendiam as suas verdadeiras causas como concluiu ainda Maria José Ferro, na pág. 73 da obra que vimos a tratar, “A nobreza portuguesa, inicialmente unida contra o Andeiro e contra uma política feita por castelhanos a favor de Castela e antinacional, logo se afastou do Mestre de Avis, ante o levantamento popular de consequências imprevisíveis, pois cedo começara a contestar a legitimidade da rainha regente e de D. Beatriz.”

Armando de Castro, num trabalho sobre o tema [“A Revolução de 1383-1385: alguns aspectos centrais de uma interpretação teórico-histórica”, Publicado na revista *História & Crítica*, «1383-1385 e a crise dos séculos XIV-XV», nº 12, 1985, pp. 39-46 e editado na obra “Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal, Editorial Caminho, Lisboa, 1987], debruça-se sobre este assunto em concreto e, diz-nos que para uma tomada de posição necessário se torna conhecer as estruturas gerais da sociedade de então e que tal deve ser feito despindo-nos dos modelos conceptuais que nos rodeiam no presente. De seguida, acrescenta que os laços de solidariedade entre a classe senhorial são visíveis, perceptíveis e desde logo admissíveis, pois sempre ocorrem, quer neste quer noutro momento histórico. Para além de nos mostrar a essência sobre que assentou a unidade de interesses entre a burguesia e os mesteiros, pese embora a maior moderação dos primeiros, não deixa de afirmar que ambos os grupos tinham consciência da impossibilidade de construírem “uma sociedade assente noutros parâmetros de existência colectiva”. Após o reforço da ideia expressa, acaba por concluir que “no

magma fervente dos movimentos explosivos destes finais do século de Trezentos, se assistiu desde o início a uma «revolução popular e burguesa», em que no ramo popular os artesãos tiveram um papel de vanguarda.”. Após um desenvolvimento sobre aquilo que definiu como os fundamentos do compromisso que permitiu unir os objectivos daqueles grupos sociais e incluir o conceito de independência nos propósitos dos revolucionários, insiste na sua conclusão nos termos que se transcreve: “...foi a capacidade de numa situação tão complicada levar até ao fim os seus objectivos que reside para nós uma das lições mais válidas da revolução que continuamos convencidos poder chamar-se uma *revolução popular e burguesa inserida numa guerra de libertação nacional*.”. Este historiador da economia teve a percepção dessa divisão que atingiu a nobreza e debruçou-se sobre a questão. Após ter escrito que as modificações e os comportamentos no interior de qualquer grupo social decorrentes da tática e até por vezes da estratégia perante os factos que vão surgindo, salienta que o essencial nesta avaliação deve situar-se na separação dos conflitos radicais daqueles que não passam de mera subordinação, destacando que o fundamental é detectar o que os move de forma comum e que em presença de uma convulsão social como a de 1383-1385, os conflitos secundários suspendem-se, aparecendo na superfície os que modelam esses conflitos de forma radical. Por fim, conclui nos seguintes termos: “Que a conduta de uma classe, de uma camada ou de um grupo dentro de uma camada não é posto em causa quando alguns desses membros desse grupo têm uma conduta diferente ou até contrária à posição desse grupo. Comportamentos «desviantes» existem em todas as situações sociais e não são eles que caracterizam as bases de um processo histórico;”. Apesar do tom aparentemente absoluto que introduzimos aqui na nossa opinião, conhecemos a dificuldade em produzir e, sobretudo, sustentar visões definitivas sobre questão tão delicada. Seguindo ainda o roteiro desenhado por Armando Castro, diremos apenas que a nossa intenção foi mais no objectivo de que tal assunto possa crescer com o acicate desta contribuição.

Se seguirmos a “A Revolta dos Mesterais”, podemos constatar que a efervescência social era visível, crescia e evoluía (23), tinha actores bem concretos, os pequenos, os espoliados, os mesterais, esses artífices das cidades, dos concelhos (24) que surgirão nos documentos de forma maioritária, ao contrário da nobreza, entretida nas lutas pelo poder que aqui não nos aparece, deixando assim como incompreendida a afirmação de que não só lhe pertenceu a iniciativa como foi o início e o motor de todo o processo revolucionário (25). Subalternizar o papel dos mesterais, remetê-los para activistas descontrolados que não imprimiam vontade própria às suas reclamações que não empurravam a sociedade e o poder político para caminhos que os beneficiassem, que não fossem de encontro ao que desejavam e almejavam, parece contrariar o papel de reconhecimento que o Mestre de Avis, quando rei, lhes prestou sob juramento e que só pode significar o papel de força económica e social que possuíam (26) e tal foi o valor da promessa jurada que 100 anos após ainda tinha força de lei na cidade de Lisboa (27). De

facto, temos de concluir que se encontraram na linha da frente, com objectivos limitados, é certo, contidos ao interior dos concelhos onde se centrava a sua actividade, mas mesmo assim, estimuladores de uma acção que só deixou de ser sua quando a revolução lhes trouxe o essencial do que pretendiam. São muitos os trabalhos que nos mostram uma efervescência social, um descontentamento, tantas vezes transformado em revolta e desobediência, desde as *Unões Populares*, até aos actos isolados como remanescentes da guerra ou de explosões de violência, tantos sinais evidentes de que a estrutura política já não conseguia responder à pressão social, ambas empurradas por uma situação económica à beira do desastre e da falência (28). Deste período, podemos dizer que tanta instabilidade e tamanha desagregação social só podiam ter um fim, tal como veio a acontecer.

D. Fernando morreu em Lisboa a 22 de Outubro de 1383. Infeliz segundo Armindo de Sousa, e ainda segundo este historiador, “se não foram as guerras em que se meteu, ou para que foi empurrado, o seu governo teria saldo muito positivo”(29).

“Assim se combinaram as coisas. E passados sete meses mais uns dias, D. Fernando faleceu. Infeliz, como já dissemos. Se não foram as guerras em que se meteu, ou para que foi empurrado, o seu governo teria saldo muito positivo. E convenha-se: não teve sorte nenhuma no tempo que lhe coube reinar.”(29)

O termo usado aqui por este historiador para caracterizar o famoso acordo que colocou fim aos conflitos que D. Fernando semeou ou ajudou a semear, parece-nos feliz para caracterizar esse negócio feudal entre senhores dos senhores. “Assim se combinaram as coisas” de facto para se entregar o reino e as gentes que nele habitava, mas o tempo já não era totalmente medieval. Outras conveniências, outros grupos marcavam presença no espaço social e económico e, brevemente, no político também. É verdade que o rei não escolheu o seu tempo, mas poderia tê-lo influenciado para ser melhor ou pior e, aparentemente, a escolha recaiu sempre no conflito e no exacerbar do que era a fonte desse problema. No fundo, ou não quis ou não soube compreender o tempo em que vivia e que para além de fazer leis que poderiam apontar no sentido de encontrar soluções, esses factos só por si não chegavam para responder a tanta reclamação, a tanta exigência e, sobretudo, já não eram suficientes para impedir o desembarque do novo mundo que se aproximava por cima de um mar encapelado, esse mundo de que nos falou Fernão Lopes. Morreu só e infeliz e certamente que há já algum tempo que não governava. Magalhães Godinho será mais cáustico na sua conclusão sobre este momento e escreverá que “D. Fernando, doente à beira da morte, amargurado pela ostensiva traição de Leonor Teles, estava com o remorso consciente de que precipitava o país para o abismo”[Op. cit., págs. 43 e 44].

Os tempos não corriam de feição a grandes hesitações e a muitas aventuras. Havia que governar bem, gerir as dificuldades naturais e evitar que os problemas sociais se avolumassem. Olhando hoje para trás, fica a percepção de que optou pelo caminho mais

agreste. Terá tentado o equilíbrio entre uma nobreza poderosa que reclamava, exigia e o envolvia em laços cada vez mais apertados? É possível. Mas se assim foi, não teve a arte e engenho para contornar essas vontades, tanto mais que, pressionado pelos de baixo, quer dizer, pelo grupo de mercadores que engordava social e economicamente pelas cidades do reino e ainda pela *arraia-miúda*, irá tentar servir ambos com as consequência que se conhecem. Naturalmente que não pôde escolher o tempo em que viveu e os anos que reinou e estes não eram fáceis. Um vento de mudança soprava pela Europa ⁽³⁰⁾ e chegou até Portugal. Um sistema económico que começou a não responder, agravado por pestes que devastaram o tecido social e produtivo, aliado a grupos e camadas da sociedade que medravam para outros voos, levou a opções menos acertadas que lhe granjearam a incompreensão dos seus súbditos, para sermos benévolos na apreciação ⁽³¹⁾. Neste vendaval em que D. Fernando se envolveu, embora legislando por vezes com sabedoria e ao encontro dos tempos, escolheu o caminho da guerra e de interesses senhoriais que o país não tinha condições de sustentar. Podia ter seguido outro rumo, podia ter evitado alguns escolhos e hoje analisaríamos o seu reinado com olhares mais bondosos. Mas não foi assim que decidiu escrever a história, pelo que voltando de novo a Borges Coelho, “mal caiu a tampa do caixão...”⁽²⁵⁾.



Em Aljubarrota, morreu-se por Portugal e pelos Portugueses, o que hoje diríamos pela Pátria e pela Nação. Ao erguerem a independência do espaço e do território como símbolo da batalha, os grupos sociais que defendiam a revolução, tornaram-se verdadeiros patriotas, pelo que bem podemos dizer deles que morreram pela pátria.

Iluminura da “Crónica de Inglaterra”, de Jean de Wavrin, Séc. XV, representando a Batalha de Aljubarrota (British Library, Londres).

Consequências

A revolta estalou. A *arraia-miúda* ganhou as ruas e as suas exigências depressa chegariam ao Paço. Podemos questionar se de facto os acontecimentos se desenrolaram a esse ritmo, se apenas a morte do rei era o obstáculo, mas grande parte das interpretações para aí apontam. É que o ambiente já esboçado, a desagregação social evidente e a sociedade fracturada (1), a crise económica, a iminência da perda da independência, colocavam no tabuleiro do xadrez tais urgências que só D. Fernando, ainda vivo, era impeditivo do detonar do movimento revolucionário que se seguiu (2).

“Elas só vêm comprovar [As cartas régias datadas de 1379 e 1380], juntamente com os levantamentos e acusações de «traição» e «desserviço», que a política de D. Fernando não agradava nem a populares nem a membros da nobreza e que o reino começava a estar dividido.” (1)

“Concluimos que antes de D. Fernando morrer, já o reino estaria dividido.”

O reino que aqui interpretamos pela sociedade, quer dizer, os cidadãos e os seus interesses, individuais e de grupo, essencialmente estes. Um pouco a ideia já expressa, de que os de baixo já não queriam e os de cima já não podiam. Fracturada a sociedade, vão subir de tom as reclamações e exigências grupais, de classes, dirão os marxistas e a afirmação de poder, sobretudo de quem não o tem e dele necessita. A revolução será a saída, a válvula que permitirá encontrar o caminho para a descompressão social. O poder central que continuava a representar os interesses dos senhores, pressionado, não foi capaz de garantir a equidistância. Não foi capaz, ou não lhe foi permitido. Nessa tentativa, vai sucumbir e dar lugar a toda uma estrutura com uma representatividade diferente. Estes sintomas, claramente visíveis ainda em vida de D. Fernando, rapidamente vão crescer, aquando da sua morte, como bem caracterizou Borges Coelho e Gouveia Monteiro o reafirmará.

Desta situação extrairá Magalhães Godinho, para os acontecimentos que se vão seguir, a ideia de que “esta fractura contrapõe um rei português a um pretendente castelhano, e acaba por ser cadinho da formação da consciência da pátria – da comunidade de terra e povo passa-se à incipiente nação”[Op. cit., pág. 48], ou seja, encontrará aqui um dos motivos fomentadores da ideia de pátria e da nação, tal como vimos tentando cimentar neste trabalho.

D. Leonor Teles ainda assumiu a regência e D. João de Castela e D. Beatriz, essa rainha-menina, ainda foram “aclamados pelas cidades e vilas, como era costume e o Tratado de Salvaterra”(3) impunha, mas isso só serviu para alimentar o rastilho que fumegava por todo o reino. Nos dois meses seguintes ainda agiu como governante, como se nada se estivesse a passar pelo país. Recebeu os *homens-bons* de Lisboa e continuou a fazer doações. Seguindo a máxima que pouco depois será atribuída a Álvaro Pais, foi dando tudo que não era seu e, tal como no passado, sobretudo aos seus, só que a rainha regente, ao contrário do Mestre, não prometia nada (4).

A conspiração da burguesia lisboeta não descansava e procurava saídas que pudessem legitimar uma mudança no rumo dos acontecimentos e na sucessão que, como já defendemos, de forma alguma se traduzia numa crise da dinastia, pois o casamento que levou D. Beatriz para Castela foi pensado e consumado legalmente, nem sequer saía das normas que regulava as relações entre os reinos. Como a rainha não podia assumir o trono, este passavam para as mãos da mãe, essa *aleivosa* como lhe chamou o povo. *Aleivosa* ou *Flor de Altura* como seria conhecida pelos seus contemporâneos (5), a sua figura continua a suscitar polémica, não só sobre a pessoa que era, como sobre a forma e os motivos que a fizeram agir. Inocente não foi certamente e quanto à beleza e inteligência como já dissemos, eram elementos de destaque na sua vivência. Pode ser, admitimos como hipótese plausível, que Fernão Lopes tenha deturpado o seu papel nos acontecimentos, adulterado a sua intervenção na história, alimentado calúnias, dado uma conotação depravada à sua vida enquanto mulher (6). A dúvida reside em saber porque motivo o cronista o faria 50 anos passados (7). Justificar a legitimidade do Mestre e por consequência da dinastia tanto tempo passado quando certamente já nada teria recuo, não nos parece ter sido a justificação que moveu a pena do cronista. A revolução tinha triunfado, o Mestre foi rei, governou, sucedeu-lhe o filho e já no fim do reinado deste, quando o país tinha escolhido caminhos, a paz definitiva assinada com Castela, a própria D. Beatriz morta, Fernão Lopes deturparia o relato para legitimar o que o tempo já tinha feito? Admitimos como caminho de investigação, mas do ponto de vista do que possa ser compreensível ao nosso olhar presente, não nos parece hipótese de aceitar, mesmo na circunstância de que pretendia enaltecer, moralmente, a figura do rei eleito em cortes revolucionárias. Por que razão teria preferido, salientar os defeitos de uns para realçar as virtudes e as acções de outros, quando bastaria apenas salientar estas últimas? É que denegrir os opositores, não coloca, só por si, os elogiados numa posição de valorização. Esta advém antes de si próprios, caso contrário, caímos no desconcerto de olharmos para os heróis pelo lado negativo dos que não o foram. Admitimos é como mais provável que Fernão Lopes pudesse ter sido condicionado por duas situações, a saber: por um lado, procurando justificar uma situação que ocorria no momento em que escrevia e não podendo ou não querendo citar as figuras intervenientes, socorreu-se de tempos passados para a título de exemplo mostrar o que é prejudicial e negativo (8). Teria alterado a história do passado com o intuito de discursar para o seu presente? ou por outro lado, limitou-se a escrever o que eram ditos da época sem cuidar de uma

análise crítica que fontes orais sempre carecem de forma mais rigorosa? (9) A polémica não se encerrará e dificilmente se consensualizará uma ideia sobre quem foi de facto D. Leonor, o que só por si lhe granjeia atributos. Mas regressando à nossa ideia, mesmo admitindo que aquele facto, o da sucessão, fosse originador de crise, não faltavam candidatos, como os filhos legítimos de D. Pedro e da rainha que o foi depois de morta, D. Inês de Castro. Aliás não terá sido por acaso que em Castela, D. João tomava medidas para que esta hipótese não chegasse sequer a sê-lo. Portanto, do ponto de vista da legitimidade tudo estava conforme as normas e preceitos da época. O que não estava nos carris certos era a transferência do centro de poder de Lisboa para Castela e a perda de influência desses mercadores, que ao longo das últimas décadas, tanto tinham esgrimido para alcançar as rédeas da governação, mesmo que para isso tivessem de reforçar o poder real que agora e desta forma sentiam escorrer-lhes por entre as mãos para protecção dos interesses dessa nobreza sempre disponível para negociar fosse com quem fosse, desde que isso salvaguardasse os seus privilégios que, neste momento, funcionavam como entrave ao desenvolvimento do comércio, que podemos chamar nacional. Duas vertentes desse rio caudaloso que desaguava nas ruas de Lisboa eram bem visíveis. Por um lado, a burguesia, esses senhores donos das cidades e dos concelhos, com cabedal próprio e património. Por outro, os mesterais, os artífices, a arraia-miúda (10). Serão eles que desenharão o trajecto da revolução, os momentos e os acontecimentos e disputarão entre si o comando e a direcção da insurreição. A nobreza, mesmo a segunda, a dos bastardos, está de fora, assiste ou tem papel menos relevante. Chegará depois, quando a burguesia precisar de sustentar a acção dos de baixo e temer a perda e o controlo do poder.

Trazida para a rua pela burguesia lisboeta, que incentivou, alarmou, motivou e deu rédea solta, a população (11) cedo iria ver esses mesterais e toda essa esmagadora maioria do povo reclamar o seu quinhão de forma assaz revolucionária. Todos tinham os seus interesses, todos tinham algo a ganhar e pouco a perder; aliás, vistas bem as coisas só a nobreza, a mais nobilitada, os Teles, os Castros, os Sousa e outros, (12) podiam perder e essa vamos encontrá-la enquanto grupo do lado da rainha-regente e com o partido de Castela, não tivesse sido ela a engendrar toda esta legitimidade agora contestada nas ruas.

Estes dias de revolução vão mostrar de facto esse poderio da burguesia nacional. E se ainda tinha necessidade de um nobre de sangue régio para rei é porque a sua hora

histórica não tinha soado e aqueles mercadores e letrados de Lisboa sabiam-no bem, mesmo que de forma inconsciente. Viviam-se um tempo de mudança de poder, melhor dito, dos senhores que o ocupavam, mas não era ainda o tempo da mudança de grupo social no poder. (13) Longe viriam esses tempos. O que se pretendia era participar desse poder, condicionar a governação, dirigi-la no sentido dos seus interesses, sem esquecer que os valores prevaletentes por condicionantes ainda eram os de um feudalismo debilitado mas não moribundo. Havia era que afastar os grandes senhores, essa nobreza digamos “bem nobilitada” do centro de decisão da corte, reduzir o seu campo de actuação, remetê-los para os seus feudos para esse norte e para essas Beiras, escondidos pelas montanhas e pelo isolamento da geografia e tomar posse das cidades, dos campos do sul, do litoral que deixava antever um futuro de negócios. São muitos destes aspectos que vão estar presentes nos primeiros momentos da revolta e que a burguesia, urbana e rural saberá conduzir, controlar e dominar quando pressente que os acontecimentos, pelo menos a sua direcção, lhe escapavam e poderiam degenerar a médio prazo na perda do grande objectivo a que se tinham proposto.

Analizada a estratégia de Álvaro Pais, é legítimo concluir que a primeira acção do Mestre foi concebida como o acto despoletador do movimento que teve como efeito isolar D. Leonor, remetê-la às paredes do Paço, enquanto as ruas da capital eram assaltadas pela plebe em fúria e disponível para extravasar todos os sentimentos escondidos por séculos de humilhação, maus-tratos e de miséria continuada (14). E foi o que veio a acontecer sobre aqueles que eram as cabeças visíveis da arrogância do poder e símbolos de um outro estranho e estrangeiro que é o mesmo que dizer contrário aos interesses nacionais, mesmo que esses fossem quase só os dos ricos senhores da capital ou de outras cidades do reino. Se escapou D. Leonor, tê-lo-á ficado a dever à acção dos animadores da revolta e ainda à autoridade que podia exercer o ceptro real.

Mas se interrogação assalta quem hoje pode olhar seiscentos anos para trás, é a de tentar saber, porquê o Mestre e quem era o Mestre?

Nascido em Lisboa 26 anos antes da revolução, dos amores licenciosos do rei D. Pedro e de Teresa Lourenço, senhora galega de quem pouco ou nada se sabe, aos seis anos o pai tornou-o Mestre da Ordem Militar de Avis e fez dele cavaleiro. Amou pelo Alentejo uma menina de nome Inês Pires que lhe veio a dar dois filhos, vindo um deles a ter papel relevante nessa nobreza segunda ascendida ao poder. Aos vinte anos é rico e prestigiado e goza dos favores do meio-irmão rei. Que motivações se esconderam por

trás deste nobre, podemos dizer, poderoso, pois os domínios da Ordem não eram de somenos? Vingar a prisão a que foi sujeito e na qual sempre suspeitou do Andeiro e da rainha-regente como autores e instigadores, é uma possibilidade não desprezável, prisão essa nunca bem esclarecida e que alguns apontam para o seu então colaboracionismo com Castela, tanto mais que entrou nos calabouços acompanhado daquele que mais tarde haveria de ser o alcaide de Santarém que se colocou ao lado da Regente e de D. João de Castela (15), além de que certamente os conspiradores não lhe terão dado conta da amplitude do seu plano, daí a sua tentativa de recuo e fuga para o exterior; só que os tempos eram de avanço sem alternativa e esse Mestre cavaleiro vai ter de prosseguir aquilo a que, quase sem o saber, tinha dado início com um golpe de espada.

Quando se apercebeu da dimensão dos acontecimentos, já o povo-miúdo dirigido pelos mesteirais, pois a burguesia já não dominava a totalidade da situação, exigia na rua o cumprimento de muitos e antigos pedidos. Que de revolução se tratava, que dúvidas nos podem assaltar face ao desenrolar dos factos por essas madrugadas de Lisboa rapidamente extensivas ao Porto e ao resto do País? Face ao poder legítimo, não hesitaram os revoltosos em legitimar o que não o era e tornar ilegítimo o que legítimo era. Sem poder, D. Leonor está em fuga e contra todas as normas, todos os direitos do costume, o Mestre vai ser nomeado por aclamação revolucionária Regedor e Defensor do Reino. Raramente o mundo havia assistido a algo assim, pese embora Portugal parecer ser, como quase sempre, uma das partes frágeis dessa Europa que se revoltava em unísono nesse século tormentoso.

E se os acontecimentos são demonstrativos de actos fracturantes da sociedade, quer dizer, se provocam alterações sociais na órbita do poder, se reclamam uma outra preponderância na perspectiva económica do desenvolvimento, se exigem uma participação política de camadas, grupos e classes arredadas dos grandes centros de decisão, não podemos deixar de pensar que esses dias e meses tumultuosos que assolaram o País, nada mais significavam do que uma revolução em todos os sentidos e na plenitude do termo.

Poder-se-á dizer que uma revolução implica mudança de poder, destruição das anteriores estruturas e a sua substituição por novas, quer dizer, uma modificação substancial de quem ocupa o aparelho governativo e que estas condições não estiveram presentes em 1383, nem sequer o feudalismo e o poder real estavam em questão. Contudo, não será exactamente assim. O poder régio estava em questão; tanto estava

que mudou de mãos e não dentro do mesmo grupo dominante. Lembremo-nos que a nobreza era composta por vários estratos e um deles, os chamados filhos-segundos e bastardos (16), estava subalternizado, acumulando-se o seu número por falta de actos guerreiros que lhe levassem a vida ou lhe trouxessem proventos, já que as guerras com Castela foram mais de saque do que de combate. Pois foi este estrato que vai aparecer ao lado dos revoltosos e eram os candidatos naturais à sucessão, sendo que alguns deles até a reclamavam como legítima, como era o caso dos Infantes João e Dinis que o monarca castelhano tratou de anular antes que se tornassem um perigo e um obstáculo. Acresce que é a burguesia que ficará à frente do chamado Governo Provisório, e burgueses eram um grupo social, também ele, heterogéneo. Podiam ser cambistas, mercadores de loja e oficina, de loja aberta ao público, mercadores ambulantes ou ainda nas áreas rurais, cavaleiros vilãos, como os caracteriza Baquero Moreno (17), mas os que se assumem à governação de Lisboa são gente poderosa, são já grandes senhores, «homens-bons», «oligarcas locais» e «aristocratas concelhios ou urbanos» (18), gente de dinheiro, de grande riqueza e que se distingue exactamente por ela (19).

“Como se vê, burgueses não são apenas mercadores nem são indivíduos exclusivamente acantonados em cidades e vilas predominantemente mercantis – como Lisboa, Porto, Guimarães, etc. Em suma, burgueses não é grupo profissional determinado. É, antes de tudo, riqueza. Conjunto de abastados ou «manteúdos»; e, logo, os «bons», os «maiores», os «honrados», os «nobres» dos lugares.”(19)

Preferimos esta clareza de expressão: burgueses é riqueza, mas não uma riqueza qualquer, pois rica era também a nobreza, só que esta era de património, de bens, de terras, de pessoas, de títulos. Mas a nova riqueza era mais sonante. Podia não se ver, mas escutava-se o tilintar. Era dinheiro, vivo, real, que podia comprar, emprestar, que se multiplicava e fazia crescer ainda mais a riqueza. Podemos persistir no diálogo em torno da burguesia enquanto classe, como grupo social, mas essa característica distintiva, da posse do dinheiro, não a podemos esconder.

São eles pois que, empurrados pela plebe, nomeadamente os homens de mesteres, assumem o governo da capital (20), o qual saiu de um acto absolutamente revolucionário. E ainda os mestrais que embora não reivindicando o poder não deixam de reclamar o seu quinhão e vêm-se representados na Casa dos Vinte e Quatro (21) e com promessas juradas do Mestre, que as cumprirá até à morte.

Podemos pois questionar se a revolução foi burguesa e popular, ou antes e tão só movimento de ordenamento da nobreza, luta palaciana de posições, convulsões produzidas no interior dessa ordem feudal, transformada cada vez mais em grupo social como o faz, com argumentos válidos e sustentados, João Gouveia Monteiro. Mas, o que

já é menos questionável é o envolvimento popular e da grande burguesia, antes de mais lisboeta, como é também visível o papel que acabam por desempenhar, a influência que vêm a ter, os dividendos que vêm a cobrar, as alterações que impõem, e os lugares que vão passar a ocupar, nos concelhos, nas cortes e no palácio.

Algo semelhante podemos dizer dos mesterais e da sua intervenção ainda no reinado do monarca acabado de falecer, nas convulsões sociais que então se viveram, e agora como dinamizadores dos acontecimentos na capital. Borges Coelho atribui-lhes mesmo a direcção efectiva do movimento nos primeiros dias. Dirá mesmo, citando António José Saraiva, que foi o *povo miúdo* que elegeu o Mestre e empurrou a burguesia hesitante e acobardada (22), a qual procurava situações de compromisso com a rainha. Mesmo autores que sugerem o papel decisivo da nobreza acabam por admitir que existe um clima revolucionário que se torna extensivo a todo o país (23). Na eleição do Mestre na famosa reunião de S. Domingos é o tanoeiro Afonso Anes de Penedo que assume o protagonismo, impele a revolução, confronta os burgueses com as suas responsabilidades e impede os compromissos palacianos (24). Naturalmente que perante estas descrições só podemos estar a falar de actos revolucionários. Os bastardos e os filhos-segundos estão afastados e distantes dos acontecimentos, ou pelo menos, ainda estão longe da sua hora, seguem apenas o cortejo, mas não lhe ditam o ritmo.

Podemos aceitar a ideia de que não foi uma revolução burguesa, na acepção total de mudança de classe no poder, mas foi um acto revolucionário da burguesia com ampla participação popular, nomeadamente de camadas sociais que paulatinamente adquiriam o foro de classe pelo papel que desempenhavam do ponto de vista económico e social (25). Claro que quando falamos de burguesia e de povo, estamos a equacionar um quadro mental bem diferente do actual e mesmo bem distinto de 1820. Estamos a pensar num estrato social bem expressivo, endinheirado, com património de seu, mas sem poder político e com horizontes mentais enquadrados num cenário feudal de senhores e nobres em que as ordens têm um peso elevado, em que o sagrado dispõe do absoluto da vida e da morte, ou seja, num cenário relativizado em que uma certa forma de exercício de poder é inquestionável, mas em que os ventos que trovejam por essa Europa fora são demonstrativos de que o espaço que rege a vida dos homens carece de rápidas e eficazes mudanças (26).

De resto, como falar em mudança de classe no poder e de alterações profundas na estrutura sem termos em conta o que era então o Estado e o seu aparelho governativo num momento em que o poder régio se encontrava ainda longe de ter uma

predominância política, económica e social? O aparelho governativo existia é certo, a nação era então já um facto como assinalámos, mas o exército dependia ainda de terceiros, nomeadamente dos senhores feudais, eles próprios governantes dos seus domínios, donos e senhores das suas gentes e não raras vezes os laços feudais de vassalagem eram subalternizados em nome dos seus interesses pessoais ou familiares. É neste quadro aqui desenhado de forma incipiente que temos de pensar no que foi a revolução e o que podia alterar. Daí que nos atrevamos a falar com alguma segurança em movimento revolucionário fracturante das relações sociais, económicas e políticas que, sem alterarem a substância essencial, mudaram o suficiente para que no cenário do poder passassem a aparecer representados outros figurantes cujos interesses eram bem diversos dos anteriores. Com avanços e recuos, essas modificações, alterações e fracturas estruturais vão ocorrer. Não nos parece aceitável é a tese conclusiva, defendida por Maria José Ferro, de que a revolução alcançou verticalmente todas as classes (27). Uma revolução como aquela que temos vindo a acompanhar só pode atingir horizontalmente os diversos estratos sociais. O que está em causa, o que vai ser colocado em cima do tabuleiro da disputa, está muito para além de uma divisão ocasional e apaixonada. São valores e interesses muito profundos. Estamos a falar do poder e do seu exercício. Não pode haver equívoco de todo, ou de grande parte de, um grupo social. Um ou outro podem enganar-se, podem momentaneamente escolher o lado errado, podem até, como alguns fizeram, seguir o cortejo que mais lhes convém, mas no momento decisivo, no espaço temporal onde tudo se decide, eles estarão do único lado que a história lhes concede e tudo o que vimos escrevendo quase só é válido para a nobreza, pois nem os mesterais, nem a burguesia mercantil tinham qualquer possibilidade de se enganar. De resto, esta insigne historiadora acaba por reconhecer, não só que essa divisão vertical não existiu em muitos locais (28) e todos eles de importância estratégica, como também reconhece que os revolucionários temiam pela fidelidade desses nobres (29). A sua vacilação aqui e ali mostrava como se sentiam inseguros, como procuravam a melhor posição para se ajustarem, tentavam seguir o fluir do rio da história, mas sentiam que o seu lugar não seria exactamente do lado em que estavam. O tempo e o decorrer do movimento vieram mostrar como a passagem de muitos deles pelas hostes insurgentes foi ocasional e interesseira. Mesmo aqueles que acabaram por ficar por razões diversas, algumas delas, como sempre acontece em situações de fractura social, de ordem subjectiva de difícil alcance na percepção da história, muito mais para nós, pequenos viajantes de passado tão rico, muito tempo

depois ainda eram alvo de preocupação dos vencedores, como se pode aferir da leitura dos textos das Cortes de 1385 (30).

“Contra a falta de empenhamento dos fidalgos na causa do Mestre de Avis; reprova-se que não sejam solícitos a levar o seu esforço e o dos seus homens aonde as necessidades militares os chamavam, pois que se diziam partidários da causa nacional.”(30)

Só que provavelmente interpretavam a causa nacional, como sempre o fizeram, olhando para o interior dos seus domínios e não para o território como um todo, no qual se integravam outros grupos e outras vontades, económicas, políticas e sociais. Muitos deles integraram-se na revolta porque lhes pareceu o lugar mais conveniente num momento em que ninguém podia ser neutral, não sendo certamente sua intenção colaborar no triunfo do que parecia ser a sua ruína enquanto senhores de feudos que julgavam eternos. Poucos foram os que participaram com convicção, hoje diríamos idealismo, e mesmo esses buscavam dividendos, mas esta parte, bem podemos dizer, todos procuravam.

Pode ler-se ainda nas conclusões daquela autora que a nobreza de Avis não foi só de «homens novos» (31). Certamente que não. Já dissemos que alguns acompanharam a revolução, outros aderiram a ela quando D. João de Castela prendeu a rainha-regente. Entre uma legitimidade prisioneira e outra revolucionária, preferiram esta por portuguesa, certamente, e este seria um dos aspectos a explorar, a ver, no campo das mentalidades, até onde nos conduziria esse sentimento nacional e patriótico como interesse colectivo. Mas como dizíamos, aquele núcleo fundamental que imprimiu ordem à acção que lhe deu parte substancial do braço armado, era aquela nobreza segunda de que já falámos, filhos-segundos, bastardos, escudeiros e criados. Estes iriam sair beneficiados. Não eram novos? Para efeitos do poder, certamente que eram, além de que muitos outros saídos das fileiras da oligarquia mercantil e urbana iriam alcandorar-se aos corredores do palácio, ou longe dele, ao desempenho de linhagem adquirida e uma outra camada, de que noutro momento falaremos um pouco mais, apareceu quase toda ela de novo, como foram esses homens da administração central, alguns de formação académica recente a que o paço real ainda não tinha dado oportunidade (32). Certo é que houve regressos; ou por constatarem que estavam do lado errado da história, ou porque perceberam que esta já não tinha retorno ou ainda, porque admitindo a derrota, tentaram recuperar os lugares antigos. O Mestre foi clemente, em certas circunstâncias pôde-lo-á ter sido demasiado e talvez por isso nas Cortes que o levaram a rei, os organizadores da revolução não deixaram de lhe lembrar, pedindo para que não os admitisse em cargos públicos (33).

Talvez possa ser útil, para uma melhor compreensão do que estava em causa, tentarmos encontrar “quem era quem” no interior desse processo de transformação social e política

do reino português, mas antes iniciaremos uma breve viagem pelas urbes de Lisboa e Porto onde cresciam essas oligarquias endinheiradas que serão as grandes beneficiárias da revolução em 1383 e nos anos que se haveriam de seguir.

Lisboa já não escuta os gritos dos habitantes de Alusbuna tentando fugir pelo arrabalde da Alfama do assalto impiedoso da horda de cruzados que haviam aportado ao Tejo às portas daquele que era o maior agregado populacional do que é hoje o nosso território e certamente a mais populosa do então Garb al-Ândalus. O tempo calou já os gritos dos mortos e lavou o sangue que escorreu pelas ruelas que desciam para o rio. Despovoada, após o saque ficou na posse dos magníficos servidores da espada de Deus até Fevereiro de 1148. Situada numa posição estratégica, desempenhava um papel de charneira no comércio mediterrânico e a sua riqueza vinha-lhe dos mares, da agricultura do termo, do afluxo do ouro e da liberdade de crenças (34). Tudo isto se transforma em catástrofe após a passagem dos mercenários cristãos. Os mortos irão pesar na curva demográfica, o saque irá devastar a cidade e o corte com o mundo árabe irá privá-la desse fluxo comercial que a enriquecia e engrandecia.

Agora sobre as águas turvas do rio já não sobrevoa o canto do almuedine chamando para a oração, apenas o lamento das gaivotas ondula sobre as águas. Esta conquista, momento decisivo para a extensão do território, espécie de guarda avançada na caminhada cristã para o sul, vai exigir longas décadas até a cidade recuperar a grandeza perdida. O poder régio vai compreender a importância não só política, como económica da cidade e já com D. Afonso III começa ali a instalar-se de forma permanente. Os favores régios vão-lhe dando alento e nos finais do século XIII a comuna de mercadores ocupava, juntamente com o Porto, um lugar de liderança. Em meados do século XIV é já a principal praça marítima do reino e a par do intenso comércio dirigido particularmente para o norte da Europa vê a pesca adquirir uma importância extraordinária na sua vida económica. É neste enérgico ambiente comercial que os homens-bons vão tomando posse dos destinos concelhios e num tempo em que a monetarização das trocas se intensifica, mais o seu poder cresce. Como nos diz Borges Coelho, “se nem todos os homens-bons eram mercadores, em contrapartida os mercadores integravam-se nos homens-bons”. Como acrescenta, a honra não se obtinha para eles no campo de batalha, mas na posse do dinheiro e os acontecimentos mostram que já o manipulavam com destreza e abundância. Será pois nesta Lisboa, centro nevrálgico da nação, que irá ferver e entrar em ebulição esse caldeirão revolucionário

em que as chamas de uma labareda enorme alimentarão o fogo que vai conduzir a Aljubarrota e à eleição de um rei, antes chefe dos revoltosos (35).

Certamente que quando o bispo do Porto recebeu de D. Teresa a doação daquele lugar quase sem história, escondido numa das curvas do rio e nas faldas do outeiro, suspeitou que dois séculos volvidos no interior das suas muralhas reforçadas iria florescer um comércio intenso, e que a cidade iria servir de escoamento de mercadorias até ao norte da Europa, dominar comercialmente toda a região norte envolvente (36) e dar corpo a um dos maiores centros de construção naval do país (37). Os mercadores do Porto irão ver o seu poder financeiro crescer ao longo da centúria de Trezentos e com ele a riqueza da cidade, esse poder irá reclamar o correspondente peso político e o consequente choque com o bispo, senhor do senhorio e muito pouco interessado em abdicar da sua posse. É que, encalhado entre o senhorio do bispo que não singrava e a cobiça dos nobres que o desejavam (38), o Porto vai esconjurar ambos através da sua persistência e tenacidade e o poder régio será a saída que encontrará para os enxotar definitivamente e ficar com as mãos livres para a cidade ser governada pelos seus verdadeiros senhores. Os do dinheiro, naturalmente. A tentativa de centralização real irá também abrir um contencioso com o dono do senhorio e os mercadores da cidade não estarão disponíveis para o papel de espectadores passivos dessa contenda (39). Irão reclamar um papel correspondente à sua riqueza, saudarão com entusiasmo a revolução nascida nas ruas de Lisboa e não regatearão nem esforços nem dinheiro para reforçar os revoltosos; hão-de ser eles a armar e abastecer a frota que tentará romper o cerco castelhano à capital do reino. O poder saído da insurreição, legitimado nas Cortes e nos campos de S. Jorge, saberá recompensá-los de diversas formas, nomeadamente através da passagem do senhorio para a posse da Coroa, corria o ano de 1406. E o poder destes aristocratas, destes homens-bons do Porto era tanto, que aqui os mesterais só muito tardiamente se aproximaram do governo concelhio, pois o seu sistema de exercício governativo era de tal ordem que a escolha dos senhores do mando era realizada dentro do mesmo círculo. Saberão, contudo, levar ao destino a nau dos seus interesses. Primeiro, contra o bispo, segundo não deixando a gente dos mesteres aproximar-se demasiado e mais tarde sabendo dominar um novo assalto da igreja quando pretendeu recuperar o senhorio. Só não se opuseram à coroa, porque a tanto não chegava a sua ousadia.

Estes dois séculos de crescimento, evolução e coesão da nacionalidade irão ser acompanhados pelo florescer dos meios urbanos, em especial, os do Porto e de Lisboa com extensão territorial ao Alentejo, onde a lista de *besteiros do conto* nos demonstra a

existência de um número apreciável de agrupamentos urbanos onde os artífices aparecem com papel destacado. Os concelhos vão ser o espaço onde os mercadores vão criar a sua robustez política (40) baseada na força do dinheiro e, no fim do século XIV, serão eles que permitirão que as suas exigências se transformem em vontades transportadas para a praça pública e daqui para os corredores reais. Seguir o percurso destes homens, vê-los desenvolver a sua actividade comercial, apreciar como manipulam o dinheiro, como este se torna em valor e altera outros valores tão rígidos que pareciam perenes, ver os negócios a alterar o tempo, modificar as etapas do dia, condicionar decisões, modificar o quotidiano, subalternizar o sino da igreja que cadenciava o quotidiano e transformar a organização do trabalho. O tempo já não é apenas e só um dom de Deus, passa a ser, antes de mais, um elemento de negócio que se compra, se pode vender e alugar. Vai cambiando a ideia feudal de sujeição, de vassalagem. Esta, cada vez mais vai recuando para o interior dos campos, para os confins dos vales perdidos em montanhas do interior ou no corpo escondido de senhorios fechados; mas nas cidades, sobretudo marítimas, reina já um outro mundo, outro tempo, outra visão das coisas, o profano começa a aparecer como animador do tempo e o espaço sagrado inicia um recuo lento, mas gradual. Estrebucha, luta, não quer ceder, mas a história vai dando o seu movimento estrutural que acabará de forma violenta por acelerar o que parecia moroso e o tempo do mercador já não consentia (41). Com o pensamento voltado para o ganho, para o crescer do dinheiro, inconscientemente favorecendo essa acumulação que gerará novos dividendos, vai olhar já para o trabalho com a consciência de o fazer rentável, de produzir mais, em menos tempo, vai manipular este conceito a seu favor, favorecer e estimular novos métodos, favorecer novas técnicas, conceber avanços tecnológicos, nomeadamente ao nível da construção naval e da produção artesanal (42). A própria agricultura, como logo de início procurámos mostrar, desde o século XI que vivia convulsões tecnológicas. É o tempo do novo. Fazer uma viagem por Lisboa e Porto medievais na esteira de Iria Gonçalves e Borges Coelho (43), é visitar cidades pululando de vida, de gentes, de trabalho, de uma vivência nova, voltada para o crescimento e não aquela visão medieval romântica dos campos com aldeias vivendo na obscuridade da tradição, do senhor feudal, de regras milenares que só conduziam à estagnação e ao envelhecimento das ideias, como corolário da manutenção de privilégios que se queriam eternos. Não, aquilo que este grupo social crescente oferecia era algo de diferente, vibrante, prenhe de vida. Impunha condições, fazia exigências e ia obtendo do poder régio satisfação às suas vontades e

necessidades impostas pelo comércio. Irão fazer da vida destas cidades aquilo que Jacques Le Goff intitulou de uma festa (44).

Amanhecia um tempo mais luminoso, mais aberto, a obscuridade do românico tendia a esconder-se na incerteza da aldeia entre brumas e florestas. O medo e a intolerância abriam-se para a magia e a liberdade, para a luminosidade do gótico que iria tornar o interior da Igreja mais esplendoroso, mais vasto, mais sereno e mais sensível ao novo que nascia. Até que ponto a luminosidade do sul, dessa Lisboa que contemplava a planície que se estendia a seus pés, em seu redor, a ligava a ocupações passadas, a laços que ainda floresciam nos campos de Andaluzia, nas riquezas de Córdoba e Granada, a tornaram mais aberta e sensível à mudança, foi segredo que não conseguimos aprofundar.

Naturalmente que tanta vida, tanto movimento, tanto crescimento e inovação, tanta necessidade de espaço, tanto tempo para gerir não se compadeciam com interesses feudais, com guerras de senhorios, com disputa de tronos. Havia cidades para gerir, negócios para tratar, produtos para comerciar e tudo isso não podia conciliar-se com os interesses guerreiros dos *bellatores*. D. Fernando não terá compreendido que vivia numa época de mudança e as guerras onde se intrometeu por vontade própria ou imposição alheia, que não soube ou não quis vencer, não conduziam o reino e as comunidades vilãs que nele desabrochavam a destino aconselhável. Não foi capaz de perceber os sinais que o rodeavam, dos valores que se alteravam e ganhavam consistência, principalmente nessa cidade onde tanto tempo viveu e que estava ali, animada e pujante nas ruas adjacentes ao palácio. Apesar das medidas que tomou, de algumas orientações que seguiu, tudo indica que não enxergou com suficiente lucidez que um grupo social frutificava no reino e reclamava papel no interior do paço, e só não sentiu os dissabores dessa falta de percepção porque a morte o arrebatou a tempo de ver a chama saltar que nem faúlha de verão em campo de centeio.

Analisando as cortes de 1385, Armindo de Sousa (45) mostra-nos ou traz-nos à evidência os valores que traduziam o novo, a mudança. É óbvio que um fluir da vida tão diferente do que ainda era lei, tinha de transportar no bojo dessa nau um conjunto de sinais que valorasse de forma distinta o horizonte que a economia apontava. E ao chegarem às cortes revolucionárias os burgueses mercadores deixaram transparecê-las no seu discurso de exigência ao rei que acabavam de eleger. O espaço da tolerância tinha já passado, agora era o de dizer o que pretendiam de facto. E esses sinais são visíveis em todos os aspectos da sociedade. Talvez seja exagerado afirmar que os animava uma sede

de poder, mas impulsionava-os uma vontade de participar dele, de intervir nas decisões, condicionar as que não lhes serviam, secundarizar o papel dessa nobreza de linhagem, socialmente retrógrada, economicamente atrasada e politicamente fora de tempo. Podemos dizer que o Mestre irá ser o seu rei. E nessas diferenças, nessas marcas distintivas, logo salta à vista aquela que será mais significativa em época de tanta turbulência guerreira, exactamente a da guerra, onde se procura subalternizar o papel do cavaleiro, do combate individual, do valor da virtude e da honra, por um combate defensivo, amuralhado, colectivo que visa a segurança da comunidade, a não perturbação das rotas comerciais e não o saque e a conquista. Esta faz-se com a capacidade de negociar e a liberdade de o fazer. Liberdade individual de contratualizar, outra marca de referência que a comuna burguesa vai valorar. Na justiça, no desempenho do poder, no desenvolvimento do conceito de nação, no reforço do Estado e no alvorecer desse sentimento de pátria ainda atado à sua comunidade, à sua cidade e ao colectivo mais geral a que se sente ligado, mas que brevemente irá confundir com um espaço territorial que se misturará com nação e território. Le Goff (46) falar-nos-á de cidade, nação e Estado. Não vemos aqui a pátria, mas como dissemos, 1383 e tudo o que se seguiu, vai mostrar-nos os mercadores e os mesterais e os negócios que traziam no ventre a extravasar esse conceito da cidade para a totalidade do espaço territorial que se confunde com o da Nação. O Estado como corolário da pátria, saberão erguê-lo logo nos alvares da revolta e fortificá-lo na guerra da independência e ao legalizarem a sua monarquia.

Foram pois estes burgueses, empurrados pelos mesterais e arrastados pela arraia-miúda dos campos e das cidades, que construíram 1383 e propulsionaram Portugal para um tempo de maior dinamismo que cem anos depois sulcava os mares atlânticos quase na abertura do Índico e no espanto das Américas. Talvez seja então tempo de espreitarmos um pouco o percurso de três personagens individualmente condicionadoras dos acontecimentos. O burguês conspirador, municador da ideia e da vontade, o nobre descendente de linhagem real, personagem ora obscura, ora brilhante que viria a ser o detonador e o consolidador dos objectivos do movimento e um outro, o nobre militar, dessa nobreza segunda que aspirava a voos mais longínquos que num misto de génio, intrepidez, valor militar e misticismo religioso vai conduzir os destinos guerreiros da revolta, mesmo que mais tarde assuma a ideologia dos vencidos e quase provoque um retorno ao passado.

Álvaro Pais, o conspirador, o grande animador, o que ganha a consciência do Mestre para a acção, aquele que vai mobilizar o povo de Lisboa, é um “abastado burguês lisboeta, padraço de João das Regras” (47) e antigo chanceler-mor dos reis D. Pedro e D. Fernando. Fernão Lopes refere-se a ele como tendo sido “aposentado com muita honra e competente pensão régia” (48). Não era pois um homem qualquer, este burguês de Lisboa, que recebia em sua casa em reunião os vereadores da Câmara. Era, sim, uma figura de respeito e de poder, tal como outros que o acompanharam nessa gesta libertadora, esse Silvestre Esteves, “procurador da cidade, alcaide substituto, homem honrado cidadão” (47) que marchou à frente dos populares no assalto à Sé ou esse outro, Antão Vasques, “cidadão, juiz do crime” (47), que se tornará um dos chefes militares e em nome do Mestre, mas por decisão dos chefes revoltosos, irá sustentar o assalto à judiaria.

João Gouveia Monteiro, socorrendo-se de um trabalho de Carvalho Homem, afirma que Álvaro Pais não se assemelha a esse burguês que agita e organiza as massas populares (48). Também é certo que outros historiadores (49), seguindo o cronista, salientam que abandonou as altas funções que desempenhava por incompatibilidade com a política então desenvolvida. Antagonismos sem dúvida que a revolução veio ajudar a perceber e melhor compreender. Porém, o facto de este “homem honrado e de boa fazenda” (47), como o caracterizou Fernão Lopes, ter sido uma figura proeminente do poder régio anterior não era impeditivo de assumir a direcção dos conspiradores, como na verdade fez, e que foi ele que cavalcou pelas ruas de Lisboa chamando o povo a acudir ao Mestre também parece não ser questionável. Podemos até olhá-lo com algum calculismo, pensando no que e como fazer, jogos de poder e de interesses, manipulando até as conveniências de outros (50). Naturalmente que os actos revolucionários por mais justos e puros que possam ser não colocam só por si os homens que os realizam num pedestal. São momentos de rutura em que tantas vezes a própria vida está em jogo, vida corpórea e material. Um burguês da sua estatura certamente que não apostou apenas o seu prestígio, pelo que não será de estranhar que possa ter agido de acordo com razões mais objectivas e menos idealistas. Isso, porém, em nosso entender, não lhe retira o valor como líder do movimento.

“...sabemos hoje que a figura de Álvaro Pais não corresponde à imagem do burguês genuíno que agita e organiza as massas em Lisboa, mas sim a de um alto funcionário régio, Vedor da Chancelaria da Casa do Cível durante o governo de D. Pedro I e, depois, Vedor da Chancelaria de D. Fernando até 1371 ou 1372, isto é, até uma data em que o casamento do monarca português com uma dama da família Teles de Meneses pode ter ditado o seu afastamento do Paço, empurrando-o para uma participação mais activa nos acontecimentos de finais de 1383, ao lado dos conspiradores da morte do Andeiro...” (48)

Sem dúvida que Álvaro Pais teve um papel destacado na revolução. Segundo Borges Coelho e outros autores, foi a alma da conjura, em sua casa se reuniram os conspiradores e este homem «honrado e de boa fazenda», como o designou Fernão Lopes, foi um dos principais construtores do plano que levaria a revolta à rua. “À revolução desencadeada por Álvaro Pais com o povo, servindo-se do Mestre de Avis”, como nos descreve Magalhães Godinho que acrescenta, “Trata-se de uma séria manobra política urdida por Álvaro Pais, que põe em acção todo o povo de Lisboa” [“Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004, pág. 45]. Sempre podemos questionar quais os motivos que movimentariam este personagem de forma a provocar alterações tão profundas na sociedade portuguesa. Não é fácil colocarmo-nos no quadro mental da Lisboa medieval de finais do século XIV. Apenas podemos pressentir um sussurrar de sentimentos e anseios da burguesia mercantil, analisar e cruzar informações na tentativa de conjecturar o quadro de condicionalismos que fazia agir os homens e os grupos. Certamente que Álvaro Pais tinha interesses próprios. Dificilmente actores da história com este carisma não são impelidos por algo de seu, mas ficamos convictos de que em 1383, o antigo Vedor da Chancelaria movimentou-se antes num cenário de interesses colectivos, de grupo social. A. L. Carvalho Homem diz-nos que desempenhou cargos na administração régia no reinado de D. Pedro e desempenhará “papel de relativo destaque no primeiro ano de D. Fernando” [“Em Torno de Álvaro Pais”, Separata de «Estudos Medievais» n.º 3-4, 1984, pág. 19]. Este historiador demonstra na obra citada que a documentação conhecida mostra o seu desaparecimento da administração no início da década de 70. Será ainda Fernão Lopes, citado por Borges Coelho, a dizer-nos que será “aposentado com muita honra e competente pensão régia” [“A Revolução de 1383”, Seara Nova, 1975, pág. 94]. O porquê dessa aposentação poderá também ser motivo de controvérsia. Terá sido motivada pela idade, por discordâncias com a política real, por oposição ao aparecimento de Leonor Teles no paço real, ou seriam já os interesses de grupo a implicar um afastamento estratégico? Carvalho Homem, de forma cautelosa, prefere não alimentar a polémica, tanto mais que os elementos investigados não ajudam a sua sustentação, mas sempre menciona que “o momento da retirada de Álvaro Pais parece coincidir no tempo com a inclinação de D. Fernando pela sua futura mulher, D. Leonor Teles” [op. cit., pág. 21]. Oliveira Marques, referindo que entre os conjurados figuravam “altos funcionários marginalizados como Álvaro Pais”, também menciona a questão da rainha ao afirmar, “provavelmente inimigo de Leonor Teles” [“Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, Vol. IV da Nova História de Portugal, dirigida pelo autor e Joel Serrão, Editorial Presença, Lisboa, 1987, pág. 524]. Contudo, Vitorino Magalhães Godinho é muito mais afirmativo sobre esta questão, como se pode constar pelas palavras seguintes: “Álvaro Pais, donde promana a organização que do golpe palaciano passa aos motins e à sublevação para afirmar novos poderes, é antigo alto magistrado de D. Pedro e D. Fernando, afastado pelo último porque condenava os seus caminhos, mas vivendo afazendado e escutado; e não é nas altas esferas nobres que urde a sua teia” [Op. cit., pág. 46]. Tudo aponta pois, para que tenha abandonado o quadro da administração régia por discordância. Resta saber se essa discórdia se referia à política escolhida pelo rei, ou ao casamento que realizou e aos interesses que o mesmo motivava. Uma coisa parece-nos ser evidente, Álvaro Pais não sai de forma menor, o que poderá significar que o poder que representava era já elevado. Será

ainda Carvalho Homem a elucidar-nos que terminou esta fase da carreira do maior dos conspiradores de 1383 - “a de funcionário da Administração Central – simultaneamente se iniciando outra, a de funcionário aposentado, mas cujo parecer é normalmente ouvido pelos vereadores de Lisboa”[op. cit., págs. 21 e 22]. No mesmo sentido escreve Borges Coelho, ao dizer que “era tal o prestígio e poder deste político na cidade de Lisboa que, em sua casa, se reuniam os vereadores da Câmara”[op. cit., pág. 94]. Tudo indica, pois, que Álvaro Pais era uma figura proeminente da burguesia lisboeta e que o seu afastamento, marginalização ou saída voluntária da Administração é já um acto político de discordância muito provavelmente com as opções de poder, do benefício visível de algumas famílias e quiçá eventualmente já o desagrado pelo facto de o rei não favorecer interesses que eram já do grupo social em que se inseria, pois parece-nos de salientar que grande parte dos letrados e daqueles que faziam parte da Administração inclinavam-se já muito mais para o mundo novo que se adivinhava, do que para o antigo ainda vigente que mostrava claros sinais de esgotamento, o que se compreende, pois muitos deles eram já oriundos de novas instituições e não tanto de linhagem nobre.

Mas as motivações desses burgueses não iam tão longe quanto as dos mesteirais que agora pululavam pelas ruas da capital do reino, já sem rei, ou pelo menos de rei aceite, pois D. João, o castelhano, e D. Beatriz ainda continuavam legitimados pelo direito, mas sem o poder exercer pela vontade do povo. Na iminência de verem cair por terra os seus objectivos maiores, tentam essa situação de compromisso que seria o casamento do Mestre sublevado com a regente D. Leonor. Não sabemos até que ponto ambos o aceitariam; provavelmente o infante bastardo não diria que não face aos medos que o assaltavam. Contudo certamente que essa *aleivosa*, cujos traços de beleza ainda permaneciam visíveis, diria que não, suportada no poderio do genro que em breve chamaria em seu auxílio.

Parece alimentar-se hoje a ideia de que a Regente, desapossada e enganada pelo marido da filha e quando este a degredava para a longínqua Tordesilhas, terá apelado aos seus para se juntarem ao Mestre ⁽⁵¹⁾. A ser assim, porque não seguiram aqueles o seu conselho ou apelo? Porque os seus interesses se sobrepunham aos da nação, o que bem pensamos que sim, porque a sua influência era já escassa no seio dessa gente, o que não é hipótese a excluir, ou simplesmente esse apelo não existiu?. Contudo, os chefes mesteirais, suportados por essa força que campeava nos ares de Lisboa, bem o recusaram, como já dissemos, na reunião do mosteiro de S. Domingos e será esse tanoeiro Afonso Anes Penedo que imporá a eleição do Mestre como Defensor e Regedor do Reino, primeiro ali, naquele comício popular, e mais tarde na Câmara, perante o Conselho Provisório.

Pensariam ou desejariam esses mesteirais alcançar eles próprios o poder ou mesmo dirigir os acontecimentos? Eles sabiam que não, tal não era possível, o tempo ainda não era o seu, nem a sua força em todos os sentidos o permitiria. Tentarem-no seria antes conduzi-los a revolta a um fim marcado e previsível, enfraquecendo essa burguesia que os comandava e de cujos objectivos também acalentariam resultados. Não estava em causa, nem podia estar, “a legitimidade do poder real como tal”⁽⁵²⁾, mas antes a forma e a favor de quem era exercido. Podiam, e fizeram-no, influenciar os acontecimentos, o seu evoluir, o seu encaminhamento, as suas decisões. Se não tinham representantes no Conselho Régio, onde apenas estava a nata da grande burguesia lisboeta como João das Regras, o mercador prazentim Persifal na qualidade de tesoureiro-mor, Lopo Martins, o rendeiro dos direitos e rendas da portagem de Lisboa, do paço da madeira, da adega, do relego e o alto burguês portuense Martim da Maia, vedor da Fazenda, alcançaram a criação da Casa dos Vinte e Quatro e chegaram mesmo a participar do governo da cidade sobre temas relacionados com o movimento revolucionário.

Se o tempo é dos alfaiates, sapateiros, alfagemes, tanoeiros, almocreves, regateiras, e também dos físicos, cirurgiões, boticários, ourives, mestres dos navios, “principais agentes da revolta”⁽⁵³⁾, como os caracteriza Maria Ângela Beirante, onde podemos localizar o clero, essa Ordem ou estado que tanto peso económico, político e espiritual tinha na sociedade?

Alguns dos seus principais agentes encontramos-los de imediato ao escutar o relato dos acontecimentos: são o objecto da fúria, da vingança, do descarregar de todos os agravos sofridos. Mas a grande massa onde estava? Não só aqueles que comungavam dos interesses do Paço como todos os outros, os arcebispos, bispos, abades, priores, mestres, cónegos, curas, monges e frades, o conjunto desses 7000 ou 8000 homens, como os calculou Oliveira Marques, que detinham “a posse de cerca de 20% do território nacional”⁽⁵⁴⁾? Dos últimos conhecemos pormenores, suficientes para sabermos não só o lado em que se colocaram, como de que forma foram não agentes passivos, mas antes duplamente activos, ao utilizarem o púlpito como meio de propagação da fé, mas sobretudo da valorização moral e divina da revolução, de verdadeiros fazedores das opiniões públicas. Nesta época “tudo trespalava a franciscanismo”⁽⁵⁵⁾, como nos disse Sousa Rebelo; e de facto esses frades menores não só incentivaram o povo, como justificaram do ponto de vista da moral divina o acto rebelde, enquanto lançavam nas chamas de Deus as acções de todos aqueles que acompanhavam a regente pecadora, de

Deus e dos homens e agora dessa pátria que se queria nascente e saída das ânsias dos que nada tinham e algo pretendiam.

Esses frades menores surgidos nem há dois séculos, com modos simples, vida regrada de pobreza, caldeada no meio dessas urbes que cresciam sobre misérias económicas, sociais e ambientais, eram não só *homens do seu tempo*, como souberam cultivar uma religião popular, aproximar-se da desgraça e assim na hora da revolta encarnarem esses sentimentos profundos dos sublevados e assumirem a sua condução espiritual, no fundo ganhando-os para o movimento e absolvendo-os das imprudências.

“Com efeito, todo este trescala a franciscanismo. Frei Pedro é teólogo franciscano, como franciscanos são os outros pregadores que antes dele haviam subido ao púlpito das igrejas para se dirigirem às populações sublevadas.”(55) Parece consensual para a generalidade dos historiadores o papel dos franciscanos na revolução. É de facto um dos aspectos mais interessantes e aliciantes e nem sempre de fácil compreensão sobre as suas motivações. Foram os seus grandes animadores ideológicos, os seus grandes agitadores, aqueles que no púlpito e na confissão minaram as consciências. Hermínia Vasconcelos Vilar diz-nos que “a designação de mendicante é utilizada como sinónimo de frades pregadores e frades menores”[“História Religiosa de Portugal”, Volume I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, pág. 228]. Podemos pensar, portanto, que se encontravam preparados para o papel que desempenharam. Pregar a palavra era um dos seus grandes instrumentos de propagação da fé. Nascidos em pleno século XII no florescimento das cidades, irão absorver as grandes carências das populações urbanas e procurar, através de uma vivência austera, desprovida de quaisquer sinais de riqueza, ganhar as almas desses desprotegidos da sociedade medieval que penavam no interior das muralhas. Oliveira Marques diz-nos que, para além de cidadãos, “gozavam de grande prestígio, pela sua cultura, a sua eloquência, o seu bom conselho, a sua piedade e a sua bondade.” Estando pois melhor preparados para responder a essa época “de aflição, de perturbação e de confusão.”[“Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, Vol. IV da Nova História de Portugal, dirigida pelo autor e Joel Serrão, Editorial Presença, Lisboa, 1987, pág. 380]. Serão uma nova voz da Igreja, não daquela que parecia afundar-se com as estruturas que mostravam fracturas que conduziriam à sua agonia, mas de uma outra que lhe haveria de sobreviver, aparentemente com novas ideias, nova postura, nova filosofia que saberia adaptar-se a esse mundo nascente que comerciava pelas feiras, pelos portos e para além dos territórios feudais. Estes aspectos farão com que o seu papel adquira relevo muito para além das ordens religiosas em que se constituíam, formando por força da sua acção e da sua palavra, aliada a uma cultura que os torna distintos, grupos de influência e de “pressão moral” como lhe chamou Oliveira Marques [op. cit. pág. 382]. Em Portugal crescerão ao ritmo das mudanças. Se no reinado de D. Dinis, os mendicantes pouco passariam de um terço dos religiosos, em 1475 rondavam já os 50%. A sua propaganda não tinha sido em vão. Questão que este trabalho deixa em aberto, como tantas outras, é saber porque razão, no movimento revolucionário, só os franciscanos tiveram papel de relevo, pois quase todos os autores convergem em mencioná-los, raramente aparecendo os

dominicanos como actuates. Esta questão torna-se ainda mais curiosa quando sabemos que os franciscanos foram os grandes protegidos de D. Fernando, aquele cuja acção tanto contribuiu para o eclodir da revolta e D. João I, como os infantes de Avis, apesar do papel desempenhado pelos franciscanos, viriam a favorecer os dominicanos. Será assunto a continuarmos a abordar na nossa investigação, pois uma boa compreensão das razões que motivaram estes mendicantes a tanto se empenharem pelo êxito do movimento revolucionário, poderá ser também um dos aspectos justificativos do novo, da mudança, dos valores que germinavam, que nascendo das pedras das calçadas se estendiam como trepadeiras pelas muralhas das cidades e viajavam nas mercadorias da burguesia mercantil, espalhando pelo reino esses sentimentos nobres, mas não da nobreza, que irão unificar o território no conceito de nação e, por consequência da pátria.

Os sermões de Frei Rodrigo de Sintra no mosteiro da Trindade e ainda o de Frei Pedro, que a propósito de Aljubarrota fará “um autêntico repositório das “maravilhas” e “profecias” prenunciadoras da vitória de D. João I (que compara a Moisés)”⁽⁵⁶⁾, são indiciadores da influência destes homens da Igreja em todo o processo desencadeado a 6 de Dezembro. Toda esta influência, todo este trabalho, toda esta participação activa, não serão fruto do acaso e terão continuidade. Como salientou Sousa Rebelo, “a presença dos franciscanos na Corte de Avis e no círculo de D. João I é muito forte”⁽⁵⁷⁾, o que leva a supor que o Mestre não esqueceu os ideólogos da revolução que se viu forçado a encabeçar, ou continuou a precisar dos seus serviços.

Estabilizados os primeiros momentos da revolta, a regente retirada para Santarém aguardando a chegada do genro e conspirando, procurando reunir o maior número de aderentes, sobretudo entre os nobres e cavaleiros que lhe possam oferecer o poder armado que a legitimidade da lei e do costume não permitiu obter, o Conselho Régio nomeado, o Mestre alçado em Defensor e Regedor do reino, os tempos que se vão seguir serão de lutas acesas, acérrimas por essas vilas e aldeias.

Naturalmente, que num país que se divide por força de interesses contraditórios, e de posições diferentes e desiguais no tecido social, em que se procura ajustar a postura de cada um às forças em confronto, a burguesia rural não deixará de activamente reforçar as suas pretensões, assumindo posse de terras, abandonadas por incúria ou por fuga dos seus anteriores proprietários, ou em nome de uma *Lei das Sesmarias* que se mantinha em vigor. E tal será a sua acção que a burguesia lisboeta, intimidada e com receio de perder influência, não deixará de enviar para o Alentejo (pois era nos campos do sul que tal situação era mais premente, dado que a norte, por força da tradição e do poder senhorial, os efeitos devastadores da revolta chegavam ainda em ondas lentas e frágeis),

uma força interventora que irá efectuar as necessárias correcções, devolvendo, onde tal foi possível, as propriedades sobretudo a uma outra ordem de burgueses que, aderentes à causa do Mestre, interpretaram esta mais segundo os seus interesses, olvidando que o povo, consubstanciado na acção dos mesterais, não estava pelos ajustes. E é interessante debruçarmo-nos sobre a figura que não só comandava essa força interventora como dispunha de amplos poderes conferidos pelo Mestre para agir como se fosse ele próprio a decidir. Em certa medida, podemos dizer que com ele acordará do seu torpor um determinado poder caído e arrastado pelo chão da revolta. Veremos como e até onde esse despertar os conduzirá.

Nuno Álvares Pereira tinha vinte e três anos quando eclodiu o movimento revolucionário e morrerá 48 anos depois, retirado, aparentemente alheio às coisas terrenas e envolto num mito que os tempos iriam espalhar (não sendo certo que correspondesse a factos reais). De ascendência fidalga, filho do prior da Ordem do Hospital, passou a juventude como um “normal cavaleiro medieval”. Quando morre D. Fernando terá compreendido que os interesses nacionais de uma forma globalizante, não só propriamente os dos burgueses, estavam em causa, senão mesmo em perigo, e daí que não hesitará em juntar-se ao Mestre, este doutra Ordem, mas também militar, ou seja, com interesses muito semelhantes aos seus. É bem possível que se tenha apercebido dos ventos de mudança e que, ao optar pelo incerto, tivesse assumido o risco dos vencedores, como na verdade veio a ser, talvez não só com as suas qualidades, mas sobretudo com elas. Até ao fim das guerras com Castela ele será, nas palavras de Borges Coelho, o grande chefe militar da revolução, ao mesmo tempo que era também o reagrupador das forças da nobreza no interior da mesma.

Sem questionarmos o ardor que pôs nas batalhas em defesa da revolta, a coragem que emprestou em momentos decisivos, a audácia e as tácticas militares que utilizou, não foram raras as vezes que as suas posturas não coincidiram com os interesses da burguesia e em algumas delas as suas acções provocaram desconfianças e discordâncias. Aljubarrota consagrá-lo-á e ao enaltece-lo em excesso, fará secundarizar o papel de muitos e a acção colectiva de todos, mas de qualquer forma foi o chefe vencedor das principais batalhas da revolução que o foram também pela independência. D. João I, já rei, não o esquecerá e saberá agraciá-lo, generosamente, diga-se, com a posse de terras que o tempo demonstrará que foram demasiadas, tantas que, já as batalhas terminadas, sentiu que podia afrontar o poder real, criando, fazendo renascer uma nova plêiade de

senhores, seus vassalos, antigos combatentes, cavaleiros que pretendia nobilitar sem a bênção real, gerando desta forma um contra-poder. Era a tática que na paz tinha encontrado para, senão derrubar, pelo menos diminuir a influência da burguesia e a centralização dos destinos da Nação.

Claro que o conflito, surdo, é certo, não tardou. O Condestável não levou os seus intentos até ao confronto e acabou por se retirar para o silêncio dos claustros conventuais. Talvez tenha sido um jovem fidalgo a quem o ardor da juventude e a sede de glória cavaleiresca conduzissem aos caminhos da burguesia revoltosa aliado a um amor pátrio, como nos atrevemos a chamar. Não essa pátria como a entendemos hoje, ou começamos a deixar de entender, mas antes esse sentimento de posse de um conjunto de símbolos de valores de sentimentos comuns. Não era ainda a bandeira, nem o hino, mas seria já Portugal e os portugueses. Como afirmou Borges Coelho, procurou também com a sua acção, de forma objectiva umas vezes e subjectiva noutras, “impedir a todo o custo a ruína do velho mundo feudal”⁽⁵⁸⁾. Para todos os efeitos e em termos práticos será por trás da sua casa, a futura casa de Bragança, e das dos fidalgos da Beira, que a nobreza se reagrupará, até que D. João II lhe dê o golpe fatal de misericórdia e desembarace o caminho final da centralização do poder.

“Este jovem que a ambição do poder e da glória, a amizade ao Mestre e o amor à sua terra levam às fileiras da revolução, procura impedir a todo o custo a ruína do velho mundo feudal.”⁽⁵⁸⁾

É de facto uma personagem das mais interessantes, senão mesmo das mais intrigantes, e das mais importantes da revolução. À priori todos os seus valores o encaminhariam para a defesa da ordem estabelecida, dos princípios e das regras que marcavam o sistema de poder feudal e senhorial. No entanto, segue outro percurso desde o início. O que o motivaria a agir dessa forma? Provavelmente tudo aquilo que aponta Borges Coelho e outros condicionalismos que as fontes não deixam perceber e só as nossas interrogações poderão ajudar-nos a entender. No meio de algum misticismo, coragem e sabedoria militar acompanhará a revolução à vitória, sobretudo, sobre o inimigo externo. Senhor de património imenso, doado por essa mesma revolução, não deixará de desempenhar ainda um outro papel. No último momento, não ousou enfrentar aqueles que ajudara a vencer, mas até ao fim deixou visíveis as contradições da sua personalidade, das suas motivações, que, aliás, estavam também no interior da própria acção revolucionária.

Será ainda este D. Nuno Álvares Pereira a aconselhar o Mestre a realizar a reunião de 2 de Outubro de 1384 no mosteiro de S. Domingos, com todos os fidalgos e gentes da cidade, e na sequência de uma das deliberações dessa sessão reunia-se em Coimbra, na Primavera de 1385, o país em Cortes. Nestas estiveram representados o clero, a nobreza

e muitos dos concelhos e vilas do País. Ausentes estavam aqueles que representavam os interesses de D. Beatriz. D. João das Regras, o mesmo que esteve ao lado do Mestre desde o começo da sua regência, que o desaconselhou a abandonar o reino no início da revolta e que se manifestou contra o envio de Nuno Álvares Pereira para o Alentejo (59), vai agora empenhar-se em legitimar, através do direito e da razão, a ascensão ao trono daquele que aparentemente garantiria a permanência da burguesia nos lugares cimeiros do poder. E ou porque as razões apresentadas o foram de forma convincente, ou porque o eram mesmo, ou ainda e, sobretudo, talvez por isso, pela força das armas que no exterior não admitiriam muitas dúvidas aos participantes, a 6 de Abril era lavrado o auto da aclamação. O Mestre de Avis, Regedor e Defensor do Reino por acção revolucionária, era agora nomeado rei legítimo de Portugal e dos portugueses. As Cortes ainda tiveram tempo para autorizar um pedido de 400 000 libras para financiamento da guerra e apreciar numerosos capítulos especiais e gerais apresentados pelos povos. Sobre o espírito que pairou sobre as decisões destas cortes escreveu Marcelo Caetano que o braço popular não só reivindica com particular energia os seus direitos, como até pretende ditar ao novo rei as normas do governo (60). Sinais dos tempos. É verdade, esta reunião magna irá projectar para o futuro uma nova forma de exercício de poder. Saída de uma revolução, condicionada por essa acção política, pela primeira vez levará a rei um dos seus cabecilhas (61), de sangue real é certo, mas sem a legitimidade feudal de ser um descendente direito na cadeia hierárquica tão fielmente tecida. E se fosse pouco, rei eleito, coroado na rua, pela burguesia opulenta desses mercadores que cresceram à sombra das ameias dos castelos de Lisboa, Porto e mais algumas cidades do reino. Estas Cortes mostrarão à luz do dia quem eram de facto os fazedores da revolta, quem ao longo daquele ano e meia vinha tecendo as malhas de um projecto político que acalentava mais poder para os municípios e o acesso ao mesmo dos senhores que financeiramente neles mandavam (62).

Quem eram eles? Armindo de Sousa dir-nos-á num admirável trabalho que os encontramos nos aristocratas municipais, nos mercadores e proprietários terratenentes (63). O discurso que ali farão e as exigências ou reclamações que levam a essas cortes são dignas do momento (64), caracterizadoras de quem mandava, e de quem, ao longo de todo o período de convulsão iniciado em Dezembro de 1383, dirigiu os acontecimentos, umas vezes à luz do dia, outras na sombra da pequena nobreza ou correndo atrás dos mestrais e do povo, ora parecendo perder o controlo, ora chamando-o de novo; ali estava a burguesia do Porto, Évora, Coimbra e Lisboa, no primeiro banco e dirigida por

esta última. Era o seu momento, o de fazerem entender que deve participar do poder quem na verdade o financia, ainda nas palavras do autor acima citado. O seu peso visível é de tal ordem que quase nos faz esquecer que era necessário um rei, pois agiam como se aquele Defensor e Governador já o fosse. E foi, na verdade, para além de tudo o que se pudesse ainda dizer a favor dos infantes de Inês de Castro, para já nem falar de D. Beatriz e muito menos de Leonor Teles, cartas em absoluto fora do baralho. Armindo de Sousa dir-nos-á que esta burguesia revolucionária estava muito para além do seu tempo, estava projectada noutros horizontes, marca o compasso de uma Europa que ainda não tinha chegado (65). E tinha razão. Um grupo social que movimentou as forças que vimos acompanhando, que impôs a uma monarquia feudal absoluta o seu rei, marginal à linhagem e à descendência, reclama o que reclama, melhor dito, exige, só pode ser precursor de novos valores, novos símbolos, novos desejos e caminhar nas asas de altos voos. Faltava-lhe ainda a bandeira e o hino, mas a pátria estava presente e esse pássaro gigante que ali se esboçava iria principiar a surgir 50 anos mais tarde, quando as primeiras naus mudarem o rumo às velas e se dirigirem para sul.

“Noutra ordem de ideias, essas Cortes são um testemunho insofismável de que a burguesia portuguesa era animada, no último quartel do século XIV, por ambições políticas dificilmente superadas por outra em qualquer parte da Europa.”(65)

Parece-nos que esta afirmação merece um relevo especial, pois sendo Portugal um reino teoricamente menos desenvolvido em muitos aspectos, do que outras regiões europeias, possuía uma camada mercantil muito expansiva que estendia o braço dos seus negócios para o norte da Europa, para o Mediterrâneo e que sonhava, sonhava ir longe. A revolução e a aproximação do poder viriam demonstrar que esses sonhos não eram só uma grande miragem, mas sim uma alvorada que se erguia num amanhecer luminoso. Cem anos depois, estariam às portas do oriente e na iminência de se tornarem senhores do mar. Temos de convir que 1383 foi uma revolução, mas não uma revolução qualquer, foi também um movimento de mudança profundo. Provinda dos corredores montanhosos do norte, saída dos escombros da reconquista, essa camada mercantil, apoiando-se na arraia-miúda, servindo-se das contradições em que caiu a estrutura senhorial, abriu as portas do futuro e lançou-se à conquista do mundo. Estava de facto na vanguarda dos movimentos sociais europeus que visavam apontar a porta de saída ao feudalismo. Como bem afirmou Magalhães Godinho, Portugal era “um dos motores do complexo europeu-atlântico”[Op. cit., pág. 53].

Podemos dizer que quase sem tempo para festejos, D. João I vai sair directo para o campo de batalha para organizar e travar o maior combate daquela revolução até então vitoriosa, tanto no campo das armas como no campo do direito. A provação maior dos que se alçaram em Dezembro de 1383 iria acontecer nos campos de Aljubarrota no

Verão de 1385, por força da acção militar do outro D. João até há pouco legitimado na posse do trono português. Aqui se travará esse confronto decisivo para as hostes dos sublevados, agora definitivamente na posse da coroa, para os interesses dessas gentes de vida mercantil, para esses homens dos mesteres e para a grande maioria dessa população desapossada. Será o combate de uma Nação pela primeira vez a lutar pela Pátria, essa pátria burguesa que já abordámos. Provavelmente pátria misturava-se ainda muito com sagrado, com a ideia religiosa de Deus, mas adquiria já espaço suficiente para se pensar em cidade, que será quase o mesmo que comunidade, núcleo citadino (66), só que aqui pela dinâmica do processo terá extravasado as muralhas dos burgos e alcançou um espírito mais vasto, os olhares alargaram-se em espaços mais abertos e delimitaram outras fronteiras. Esse sentimento de pátria que germinava pela Europa (67) alcançará Aljubarrota talvez de forma inconsciente do ponto de vista formal, mas como a nascente de um rio que goteja entre rochas algures no cume duma montanha e quando reparamos já as suas águas tecem murmúrios de cascata rumando encosta abaixo para se alargar em correntes caudalosas, assim foi nos campos do centro da Estremadura com o exército castelhano prostrado perante a tenacidade desse exército moço e valoroso. Sim, porque face à grandeza do embate e à importância do que se batalhou temos de abordar o valor como uma das causas da vitória. E pátria, se significava uma junção de interesses no interior de um território, de um espaço já claramente assumido no inconsciente de gerações, implicava a defesa da preservação da sua integridade, ou seja, falamos de independência do reino. Poderemos dizer “nacional”? Pensamos que sim. Como nos mostrou Armindo de Sousa, a nação estava formada, o Estado adquiria força e a pátria nascia, afirmamos nós, pelo que a independência só podia ser de um todo, caracterizadamente nacional. Pois se quando foi necessário alçar o Mestre a Regente do Reino (68), um dos poderosos argumentos da burguesia lisboeta, foi a salvaguarda da independência de Portugal, mais o seria aqui, nas terras de S. Jorge. Um patriotismo que ainda não esquecia de todo a existência dos senhores (69). Eles estavam ali, combatiam de ambos os lados, mas as hostes portuguesas mostravam já o horizonte de um mundo novo, diferente, com símbolos e práticas distintos e a decisão da batalha iria acarretar a consolidação desse novo poder (70), em que o feudalismo senhorial não desaparecia, em certa medida mudava apenas de mãos, mas convivía agora com uma burguesia mercantil muito fortalecida e que já não só fazia exigências como as impunha.

“O patriotismo está aqui intimamente ligado com a fidelidade à casa de Portugal. Os portugueses leais são aqueles que usam de lealdade para com a casa de Portugal.

Mas, apesar desta ligação, o reino e o governo dele não são património da família real: não se podem alienar sem o consentimento dos prelados e povos do reino.”(69)

Aceitamos que o patriotismo ainda tinha muito de real, ou seja, o rei era ainda uma figura tutelar, portanto, defender a pátria seria ainda ser fiel à casa de Portugal, só que o Reino era cada vez mais dos cidadãos e menos dos vassallos, a casa real confundia-se cada vez mais com o território nacional, pois não só o poder se centralizava como essa centralização tendia a ser mais abrangente, procurando alcançar cada vez mais um universo mais vasto. De fidelidade à casa real, o conceito de pátria vai transformar-se lentamente num sentimento de lealdade a um território e a um conjunto de valores consubstanciados em nação. Citando Ortega y Gasset e a sua obra *España Invertebrada*, Vitorino Magalhães Godinho realça uma afirmação daquele autor do estado espanhol, «No conviven por estar juntos, sino para hacer juntos algo.» E diz-nos ainda que o essencial no processo nacional é sempre «un proyecto sugestivo de vida en común.» [“Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004, pág. VIII]. O nosso distinto historiador diz-nos ainda que nestes vectores assenta a “trave mestra da nação”. Nação que procura caracterizar nos seguintes termos: Antes de mais implica a existência de um território onde vive uma população ligada por laços de solidariedade e que forma uma sociedade organizada consubstanciada num complexo de poder que se pode definir como o Estado, daqui ressaltando um quarto aspecto que consiste nas relações entre os indivíduos e o Estado a que chama o interesse comum, a prol comum. Deste conjunto de elementos extrai a conclusão de que “um laço afectivo liga os indivíduos à colectividade – a aceitação e o gosto da união, a vontade de permanecer unido e de continuar em comunhão a construir o futuro de todos. É este o sentimento de pátria, porque nele se consubstanciam a memória colectiva, a consciência e o amor pelo património comum e as aspirações em relação ao porvir”[Op. cit., págs. IX e X]. Pensámos também que por esta linha de orientação passa a grande diferença que virá a ser distintiva entre o feudal que iniciava a longa caminhada para o fim e o sentimento burguês que alçado na nova alvorada, se abria para as gentes cidadãs. Os portugueses deixarão de estar juntos para passarem a fazer algo juntos. A revolução será algo já erguido por um conjunto amplo da população, Aljubarrota virá a ser um símbolo dessa vontade cidadã e quando os herdeiros desses homens, servindo-se da mais-valia projectada por eles, se lançam ao mar, estão todos eles a construir em conjunto momentos de grandeza. Por isso, defendemos a tese que esse valor sentimental de pátria, consubstanciado num outro mais vasto e mais palpável de nação, aflorou, desabrochou da sociedade portuguesa nos finais do século XIV, adquirindo grandeza nos momentos revolucionários que transformaram a vida dos portugueses, dando-lhes a possibilidade de começarem a agir mais como cidadãos do que como vassallos de alguém, mesmo que filho de algo. Distantes estariam os direitos que os consagrariam, mas a alvorada tinha chegado.

Quase nos atrevemos a dizer, sem dúvida, que a dignidade nacional (71), no sentido de um todo, do interesse comum, da convergência de proveitos, uniu todos aqueles que se bateram, pese embora as diferenças sociais que os separavam. Através de Ângela

Beirante (72) podemos seguir o roteiro de quem eram essas gentes, quão separadas estavam na hierarquia social e como a revolução primeiro e a defesa da pátria depois os uniram num esforço comum. Pouco importará o número daqueles que se defrontaram, apenas como valor militar e de grandeza do feito se terá em conta a sua expressão, o que contará será o ardor, a motivação, a garra, a paixão que os combatentes portugueses levaram para essa batalha para superar as diferenças do número. Como escreveu Borges Coelho, a superioridade portuguesa estava na justiça da sua causa, na defesa da sua terra e dos seus bens. Se quisermos era o novo a superar o antigo, um mundo que já não respondia às necessidades do tempo e soçobrou naquele entardecer de Agosto.

Para João Gouveia Monteiro a vitória veio resolver do ponto de vista político definitivamente a Crise de 1383-1385, enquanto D. João I consolidava a sua posição de rei e o monarca castelhano, com um exército destroçado, perdia fôlego para novas arremetidas (73). As hostes portuguesas quase sem descanso não abrandariam a pressão sobre o invasor e, apesar de a paz chegar faseadamente em 1401 e 1411 e definitivamente em 1431, a revolução entrou num período de estabilização. E como corolário das mudanças ocorridas, do novo espírito que ocupava agora o interior do paço real e das camadas sociais que pisavam os seus corredores, é que o objectivo das relações com Castela passou a ser a procura da paz e não da guerra (74). Este será sem dúvida um dos aspectos que mais salientarão o Portugal feudal, senhorial, guerreiro, assente numa economia de conquista e de saque, existente até ao fim do reinado de D. Fernando, com o País à procura da paz, da estabilidade, de novos mercados, de segurança nas rotas comerciais, da descoberta de novos espaços que a geração de Avis irá proporcionar.

Ainda antes das cortes e quando os clamores da vitória pela anterior retirada castelhana não se tinham extinguido, já o rei legislava para Lisboa, a cidade que mais tinha sofrido, mais tinha oferecido à revolta, mas que também mais exigia. Desde logo:

1. isentou os lavradores de Lisboa de todo um conjunto de tributos que oneravam a produção;
2. incrementou o comércio, libertando os vizinhos do pagamento de portagem e suspendendo temporariamente as sisas;
3. sujeitou todos os tabeliães do termo ao governo da cidade;
4. concedeu aos mesterais a organização da Casa dos Vinte e Quatro;
5. mandou derrubar os muros do castelo que davam para a cidade;

6. concedeu à cidade alguns paços régios.

Agora consumada em termos definitivos a posição dos revoltosos, D. João I vai voltar-se de forma mais estável e organizada para a governação, dando início a uma dinastia que marcará de forma indelével Portugal. A nobreza, resignada, sem força militar, afastada do centro de decisão política, vai-se remeter à defensiva. A revolução triunfou, a economia iria recuperar lentamente, a paz havia de chegar e a nova dinastia voltar-se-á para África e os mercadores, sem perderem de vista a Europa que os viu crescer, voltarão o seu olhar para o oriente. Passado e esgotado o tempo em que o Mestre deu o que não era seu e prometeu o que não tinha, chegava o momento de gerir os interesses que o cercavam, o condicionavam, o pressionavam, só que agora era legalmente rei e dispunha de um braço armado para o sustentar.

O seu reinado será de consolidação da burguesia, da sua nobilitação. Esta cada vez mais se engrandecerá, sobretudo economicamente, porque do ponto de vista político o rei não os irá esquecer, os homens e sobretudo o que representavam. O poder régio nunca perderá de vista o seu reforço, a sua autoridade e o episódio com o Condestável, se assim lhe podemos chamar, será demonstrativo de que a revolução não tinha sido em vão. Humberto Baquero Moreno demonstrará na sua análise às cortes da centúria de Quatrocentos que estas serão, ao longo dos anos, a tentativa continuada da nobreza para regressar ao passado, reclamando reformas, quando na verdade o que pretendiam era privilégios. Pouco conseguirá, pelo muito que tinha mudado.

D. João I alcançou a paz, dirigiu os objectivos da nação para África, esgotados que estavam na península, os infantes seus filhos adquiriram poder, e longa foi a sua governação, mas como veremos a luta, o conflito de interesses interno não tinham cessado. À sua morte ainda vai ser necessário justificar o que 48 anos antes tinha sido legitimado. Armindo de Sousa mostra-nos num trabalho sobre um pergaminho com que tropeçou o quanto foi divinizada a hora da partida daquele que foi Mestre da Ordem de Avis, nem que para isso tenha havido a necessidade de alterar a data em que expirou de forma a fazer coincidir esse momento com um conjunto de sinais anunciadores do estado de graça da sua vida e da sua obra, de modo a santificar essa dinastia que então começava. Havia que lhe assegurar a autoridade provinda de Deus para que a contestação da nobreza não pudesse regredir na invocação do direito, da legitimidade que a revolução tinha ultrapassado. Cinquenta anos volvidos parece já uma fase tardia

para essa contestação, mas a realidade que os documentos demonstram aponta para que assim não tenha acontecido.

Até porque a nobreza foi apeada de um pedestal mas não perdeu de forma estrondosa capacidade de reagir, nem poder económico. Em muitos casos, trocaram-se ou mudaram apenas as peças no tabuleiro. Daí essa necessidade de santificar o rei e com ele todos aqueles que o rodeavam na esfera do poder. Se para Rui de Pina a morte do rei não passou de “um tema de propaganda dinástica”, não deixa de ser relevante para a compreensão das preocupações que então existiam a descrição da transferência do cadáver para a Sé, num ambiente com um misto de medievalismo e de messianismo, “em procissão de luminárias, à noite, entre círios e tochas, como convinha a um rei, no meio de espantoso pranto e debaixo dos dobres ininterruptos de todos os sinos de Lisboa”⁽⁷⁵⁾.

Deixamos aqui este excerto de prosa, não só pela sua beleza, como também por nos dar uma imagem que julgamos fiel da idade média tal como a imaginamos, construída com base nas fontes, nos textos, nas descrições, mas ainda fruto da nossa imaginação, porventura romanceada pelos idealistas do liberalismo. De qualquer forma, transmite-nos essa vivência mental medieval que envolvia os homens novos, os que procuravam rumos diferentes assentes em ideias inovadoras, ou seja, um quadro novo ainda cercado por fortes valores de uma sociedade essencialmente sagrada. E é esse sagrado que parece glorificar o primeiro rei dessa dinastia que nasceu de uma revolução, ou seja, o chefe rebelde benzido por Deus no seu momento final. A Dinastia de Avis glorifica-se, não sabemos se por arrebatamento ou necessidade. Talvez esta última não estivesse tão ausente como às vezes os anos decorridos e as acções realizadas possam deixar a entender. Daí se compreenda melhor a escrita de Fernão Lopes, e a de Rui de Pina mais tarde, salientada por Armindo de Sousa no trabalho aqui citado. Face aos acontecimentos e às normas e regras que a revolução violou, vacilar na hora da morte, seria fragilizar o poder e no caso de D. João I, haveria que exaltar esse momento final para que também aí aparecesse legitimado o que havia nascido ilegítimo. Ilegítimo foi o nascimento, ilegítimo foi o alcançar do poder, pelo que se impunha impedir a morte de o lançar fora da áurea do divino, nem que para isso resultasse necessário falsear a história e adulterar os factos como o fez Rui de Pina. Mas esta necessidade de construir uma auréola em torno da dinastia nunca se perderá no tempo. Luís Adão da Fonseca num trabalho [“Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Um aspecto de la propaganda política en la península ibérica a mediados del siglo XV”, pág. 458] em que procura mostrar a influência propagandística de D. Afonso V em Castela, acaba por constatar que mais uma vez aparece a exaltação da família de Avis como exemplo de valor, acabando por concluir, “No es esta la primera vez que la familia real portuguesa fomenta una aureola de ejemplaridad alrededor de su imagen; de hecho; lo hizo desde el comienzo mismo de la dinastia, aunque el esfuerzo se acentua a partir de la muerte de Juan I. Todo este esfuerzo se caracteriza, sin embargo, por incidir en miembros aislados de la familia, cada uno (o unos) a su vez, según los objetivos en cuestión.”

É interessante que até D. Afonso V aquele que mais navegou contra a herança da família, enfraquecendo a centralização do poder e dando asas aos interesses da nobreza fundiária e revanchista também utilize o exemplo de valores contrário. Claro, que o interesse não era inocente.

É fácil imaginar-se numa Lisboa medieval, profundamente religiosa, com um rei plenamente divinizado por força das necessidades e da vontade dos homens, esse momento de emoção, de cânticos nocturnos, de lágrimas espalhadas pelas calçadas de Lisboa que viram o povo miúdo erguer-se para levar até ao poder esse que agora era sepultado com honras excepcionais. D. João I já podia repousar em paz, mas os seus sucessores e mesmo os seus feitos ainda vão carecer de mais apologia.

Fernão Lopes nasceu em Lisboa no fragor da insurreição. Foi um dos filhos da revolta, irá viver entre duas revoluções, e irá prestar-lhe homenagem. Ao enaltecer a imagem do Mestre vai prestar-lhe tributos, dignificando os feitos. “Foi um escritor ao serviço do poder, sendo o seu principal objectivo a legitimação da nova dinastia”⁽⁷⁶⁾, no dizer de Ângela Beirante. Serviu os infantes, D. Fernando e D. João e na órbita da corte, influenciado pelos franciscanos, desenvolverá a teoria de uma *sétima idade* como a plenitude um mundo que nascia com a geração que deu início à dinastia de Avis. Divinizando o Mestre, apresentando-o como um enviado, como um Messias, saberá através de uma escrita rica mostrar os sinais providenciais justificadores e legitimadores da sua acção e daqueles que foram os beneficiários da revolução. Para Sousa Rebelo, em Fernão Lopes, a conduta do Mestre de Avis e o destino de Nuno Álvares são encarados à luz de um providencialismo que os marca de forma diferente.

O cronista, crescido com a dinastia, usufruindo dos seus favores com a obra por ela encomendada, certamente que não deixará de a glorificar utilizando argumentos que, baseados na análise dos factos documentados, nas histórias ouvidas e na realidade de que foi testemunha, dará a conhecer, e essa era a sua intenção, transmitir para os vindouros, o que escrevia aos contemporâneos, uma visão dos acontecimentos, um relato histórico onde sobressaíam as fraquezas daqueles que geraram a crise e aparecendo a actuação do Mestre e da burguesia como a correcção do erro e da necessidade de repor o reino nos eixos do bem e da ordem, só que esta era agora imbuída de uma mentalidade nova desses burgueses mercadores. No fundo, como dirá Sousa Rebelo, desenvolverá o princípio de que “os actos explicam os homens e iluminam o sentido dos princípios morais que os regem” ⁽⁷⁷⁾. O tempo dar-lhe-á razão, bem como àqueles que lhe encomendaram a tarefa, a qual desempenhou com mestria,

permitindo-nos hoje chegar ao pormenor de tantos acontecimentos relatados por quem os viveu de forma tão próxima, dando razão e sentido de que os cinquenta anos passados ainda não eram suficientes para consolidação do poder. Em breve, Alfaroqueira demonstraria que essa nobreza entorpecida aproveitava qualquer oportunidade para fazer regredir a sociedade a um tempo que já não existia.

Mas veio a existir em parte, pelo menos até ao golpe fatal e violento de D. João que se seguiu. O filho segundo do rei de Boa Memória, infante D. Pedro, infante culto e viajado que construiu um pensamento para o país (78) em que, sem afastar os laços de linhagem real que detinha, augurava um mundo espacial mais voltado para uma economia de expansão mercantil que propunha a continuidade das viagens de navegação em vez da conquista das praças africanas rodeadas de deserto, sorvedouro de homens e dinheiro, assumiu a regência do reino em 1439 na menoridade do sobrinho e num processo convulso e pouco pacífico, em que de novo uma rainha-regente, uma outra Leonor e a Lisboa dos homens-bons, vão desempenhar papel de relevo. Parecendo reeditar-se a revolta que levou seu pai à cadeira do trono, embora desta vez com o povo, essa arraia-miúda, afastado do palco, a batalha política irá travar-se entre senhores, já não estará em perigo a independência, mas aparecerá em grande relevo o sentimento de regresso ao passado de privilégios perdidos dessa nobreza que não fazia tensões de esquecer. D. Pedro vai pautar a sua actuação pelo incentivo comercial, aprofundando as viagens pela costa de África e salvaguardando o poder real e os interesses da Casa Régia, para grande desgosto e contrariedade da nobreza (79) que não deixará de combater o regente nem de lhe difamar a imagem. A nobreza, com Vasco Fernandes Coutinho e o Conde de Barcelos à cabeça, acolitados pela rainha a quem se juntavam o arcebispo de Lisboa e Sancho de Noronha, estes últimos primos de D. Leonor não deixará de fomentar conflitos, gerar intrigas, abastecer bandos desordeiros e criminosos (80) que se espalhavam pelo país e pelas cidades, de isentar vizinhos destas fazendo recair sobre uns poucos os encargos gerais, tudo com o objectivo declarado e assumido de desestabilizar, semear insegurança e provocar a queda e retirada do tio-regente, o que acabaria por acontecer em 1446. Seguindo embora uma política que chamaríamos recta no que se deve entender como servindo os interesses mais amplos da nação, D. Pedro acabaria por não saber ou não poder conter ao seu lado aqueles que poderiam ser a força opositora à voracidade da nobreza. Legitimado também em Cortes, com o povo miúdo fervilhando pelas praças e de novo por S. Domingos, o infante-regente foi-se perdendo

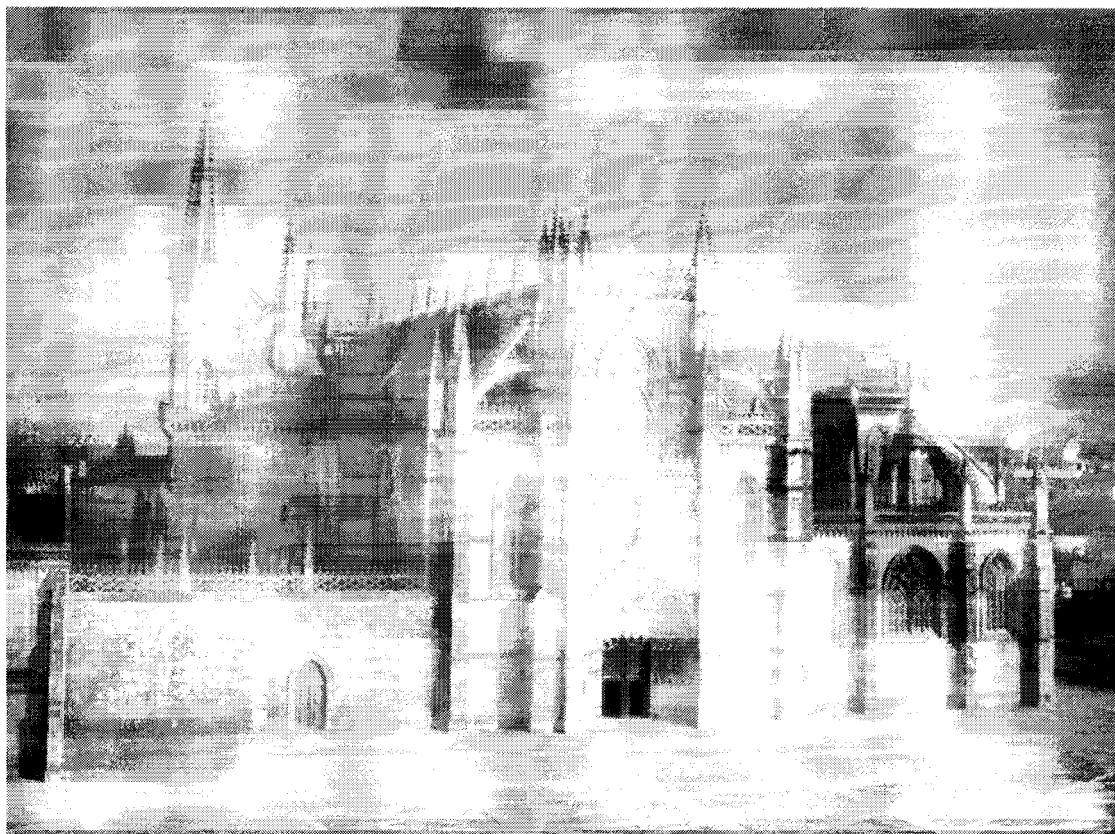
nos meandros da governação e deixando escorrer essas forças que poderiam ser uma mais valia de apoio. Praticamente sozinho, acabou desterrado nas suas terras coimbrãs. Chegado ao poder D. Afonso V, pela juventude, por educação ou por fraqueza, vai dar ouvidos à facção palaciana desafecta a D. Pedro, e deixar pela sua indecisão que o poder central perdesse energia e a realeza levantasse a cabeça o suficiente para acalentar a vontade de levar por diante a recuperação definitiva do que havia perdido nos últimos 70 anos. Um ano depois, por instigação daqueles, irá montar a armadilha que conduzirá à morte do infante. Na aparência tratou-se de uma questão de intrigas, mas na verdade foi mais um dos passos da nobreza na reconquista dos poderes perdidos. O seu irmão, D. Henrique, senhor poderoso e possuidor de vasto património parece ainda querer negociar, servir de intermediário, aconselhar, mas o seu papel não fica totalmente claro. Certamente que devia obediência ao sobrinho rei, mas a sua força, não só moral, seria assim tão pequena que não lhe permitisse alterar os acontecimentos, também ele influenciar o soberano? O seu desempenho deixa pairar mais dúvidas do que certezas e o facto de acabar do lado do rei e não, pelo menos, da neutralidade, deixa supor que no último momento, entre a morte do irmão e os seus interesses, não hesitou em preservar estes. Vitorino Magalhães Godinho, ao demonstrar como D. Henrique abandonou D. Pedro em Alfarrobeira, dirá que este “não interveio decisivamente a favor do irmão e ficou no campo do rei (aliás dos nobres)”⁽⁸¹⁾. E Baquero Moreno concluirá que “com a sua morte assistiu-se a um reforço do poderio dos nobres e a uma crise de autoridade da realeza”⁽⁸²⁾.

Nesta tentativa da nobreza em tentar adquirir o seu poderio de outros tempos, de procurar de novo a influência política que já havia detido, de evitar a centralização da administração no poder régio, será de interesse olharmos um pouco para a cidade do Porto, dez anos depois de Alfarrobeira e vermos como um descendente do antigo senhorio tentou abater o poder da burguesia mercantil que a governava. A cidade, após a revolução, tinha crescido, a sua capacidade comercial mantinha a desenvoltura de outrora e essa oligarquia mercantil fizera-se com o poder. Era de facto uma minoria de quatro ou cinco dezenas de pessoas, dos quais se contavam cerca de dez mercadores que se movimentavam nos paços do concelho ⁽⁸³⁾ e exerciam a seu modo a governação da cidade, da qual, prudentemente e ao contrário de Lisboa, afastaram os mesteirais, com excepção dos mestres ourives. Com a fidalguia proibida de pousar no termo e os mesteres submetidos, a cidade era sua. Numa aparência de eleições escolhiam os

sucessores dentro do próprio grupo e neste não entrava quem quera, mas quem eles deixavam.

Burguesia endinheirada, deles dirá Armindo de Sousa que eram “os melhores do burgo. E os mais ricos também”. Estes burgueses, pragmáticos, que procurarão enaltecer a sua riqueza com títulos, não para serem nobres, mas antes para ganharem estatuto - afinal ainda vivíamos num tempo em que as insígnias faziam a distinção social - vão manter-se na esfera de Deus o suficiente e necessário. Religiosos sim, desde que Deus não perturbe o negócio nem lhes penalize os lucros. Como o historiador atrás citado os definiu, o que os movia não era o desejo do céu, mas antes o medo de cair no inferno. Digamos que na sua vivência comercial, Deus ficava-se mais ou menos por aqui. Pois é contra estes burgueses que no fim da década de cinquenta, um tal D. Luís Pires, bispo da diocese, senhor de grandes dotes, com obra feita nos corredores do poder, acalentado pela fraqueza do rei e pelo ascender da nobreza, vai assestar as baterias da intriga com o intuito claro de recuperar o senhorio perdido cinquenta anos antes. Claro está que aquela burguesia vivia isolada na urbe e, em certa medida, senhor por senhor, à grande massa era-lhe um pouco indiferente quem mandava, se a sua vida em nada mudava. Esta luta política, em que a artilharia pesada de ambos os contendores vai ser utilizada, não vai opor a cidade ao bispo, mas antes os senhores da cidade ao bispo e aos seus homens, não sendo estes de menosprezar; afinal eram os senhores do cabido e o escol de intelectuais com enorme poder de influência. Por duas vezes perderam, por tantas outras ganharam. No fim, sentiram-se decepcionados com o rei, pela fragilidade das suas decisões favorecendo mesmo o enfraquecimento do seu próprio poder (84), mas acabaram por sair fortalecidos, salvaguardar as liberdades e direitos anteriormente alcançados pela cidade. Também aqui, a nobreza, mesmo que eclesiástica, saiu mais uma vez derrotada. O bispo procurou outras paragens e o que não conseguiu no Porto, veio mais tarde a consegui-lo em Braga, recuperando o senhorio da cidade no ano de 1473. Já senhor da cidade do Minho, D. Luís Pires pedirá autorização para vir e ficar na cidade, e esta, mostrando a grandeza dos seus valores e a generosidade das suas gentes, sem dúvida sintoma do novo criado pela mentalidade que gerou 1383, apesar dos agravos que sofreu, tanto mais que em 1461, o eclesiástico confundindo os negócios do céu com os da terra, ou dito de outro modo, com os seus, lançou um interdito sobre a cidade, deu-lhe autorização para ficar sem quaisquer condicionalismos.

Em Alverca deu-se o último encontro entre dois exércitos feudais, sintoma de que apesar de vencedores, os nobres não deixavam de protagonizar também o seu último estertor de Ordem socialmente decadente, enquanto portadora de poderes senhoriais que lhe permitiam privilégios excepcionais incompatíveis com a nova mentalidade da burguesia comercial, a qual já não podia conviver com poderes diversificados, locais e entorpecedores da sua acção. Esse ritmo comercial que não parava de aumentar, ampliado pelas recentes viagens ao longo da costa africana, carecia de uma liberdade que já não se continha com os limites do senhorio. D. Afonso V ainda lhe vai dar ânimo e desviar as atenções do País para as conquistas do norte de África, que servirão para desgastar o erário sem grande valia que não fosse o exercício da guerra. Baquero Moreno admite que o seu poder alcançou tal dimensão que só uma mão de ferro os deteria (85). D. João II percebeu o cerne da questão e com violência, há quem diga com injustiça, cortou o mal pela raiz e colocou definitivamente essa nobreza ultrapassada, cavaleiresca, guerreira e devoradora de bens no seu devido lugar, atrás da história que os personagens principais há muito que já eram outros. Alfarrobeira foi assim sol de pouca dura, mas justificará o enaltecimento que Fernão Lopes teve de imprimir às suas crónicas. Afinal não era tão tarde como poderia parecer num primeiro momento.



O Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Honra a vitória, honra os mortos, honra a pátria nascente e a nação que se afirmou. Lembrança de uma época de homens ilustres e heróis anónimos que asseguraram a independência de um território, símbolo colectivo de interesses.

Monumento de textura fina, de beleza delicada é também a arte do novo, dos homens voltados para um mundo que se abria, que rompia pelas paredes da Idade Média e se afirmava nos patamares do futuro.

FOTO : NUNO CALVET

Os efeitos

O século XIV encontrou Portugal e a Europa, onde já nos integrávamos pelo dinamismo de um comércio marítimo cada vez mais expansivo, à beira da ruptura social, por força de alterações económicas que exigiam mudanças políticas. No interior da sociedade medieval forjava-se um estrato social mais dinâmico, mais pujante, mais rico na verdadeira acepção do termo porque beijava o aroma do dinheiro. No âmago das cidades mercantis crescia um polvo que estendia os tentáculos até às portas dos palácios, membranas poderosas que não tardaram a reclamar com vigor o acesso aos mecanismos que podiam destruir os escolhos que impediam o seu crescimento. Desabrochava um mundo novo cuja expansão iria prosseguir pelos séculos seguintes. Um mundo mais profano, mais aberto, mais dono de si e economicamente poderoso que de assalto em assalto vai desenhar o embrião da entrada na era moderna. Contornando a ordem estabelecida, cercando o mundo rural, fazendo da cidade o centro de onde irradiava a luz que iluminava agora os homens, rasgando janelas e fundindo vitrais, os novos senhores do mercado económico vão conquistar posições, condicionar as decisões até poderem exigir o suficiente para que os seus negócios não conheçam barreiras. Muitas serão as batalhas, imensas serão as derrotas, mas a persistência há-de levá-los ao destino.

Como dissemos, Portugal não escapou a essa trovada que assolava sobretudo o ocidente continental. Erguido de um Condado e da luta contra o domínio árabe, separado, marchou para sul atraído pela luminosidade do espaço e da imensidão das terras. Com ajuda exterior ou com a pujança dos seus nobres cavaleiros e necessariamente guerreiros, foi absorvendo, ao longo de um canal aparentemente pré-definido, o território que entendiam como seu de direito e de religião. Miscigenando-se onde foi possível, expulsando onde a violência falou mais alto ou absorvendo onde temeu pela sua presença, cem anos após ter nascido, o Condado Portucalense era já o Reino de Portugal e dos Algarves e um salto na história iria levar a nação e a pátria para Aquém e Além Mar. Formou-se a nação, esboçou-se o Estado e os cavaleiros que descendo do norte beberam os ares abertos do suão foram construindo e alargando os seus feudos através de laços de vassalagem que encontrava o rei no topo.

Terminada a guerra de conquista, sem combates, sem saque e sem rapina, foi engordando esse estrato social nobre e em seu redor uma imensidão de filhos-segundos

sem herança, sem guerra e sem futuro. Bastardos de nascimento e de sorte, vão germinar em redor do poder real e das Ordens Militares. Mas também aqui, o mundo rural via reluzir, no litoral marítimo e num ou noutro local interior, cidades no seio de cujas muralhas espreitava um novo estrato social que de atalaia aguardava a sua entrada em palco. Mercadores-burgueses ou o contrário, dedicados ao comércio essencialmente marítimo vão endinheirar-se, avolumar património até ao momento em que os seus cabedais vão extravasar para cima do domínio da ordem feudal.

Mas essas cidades transpiravam de energia e lentamente viam nascer officios, artes e mesteres e com elas novos actores que, num degrau inferior aos restantes, não deixarão de marcar presença. No meio de toda esta fermentação social e económica, o poder régio tentava sobreviver, adquirir espaço próprio, por forma a que, a sua autoridade, não dependesse em exclusivo de laços de vassalagem tantas vezes ténues que qualquer fervor mais ambicioso de um dos seus vassalos podia a qualquer momento colocar em questão. Essa tentativa de chamar a si ou aos domínios do palácio, o poder tão necessário ao exercício da soberania real também não vai facilitar o que já era em si complexo. Na sombra um outro conjunto, uma outra camada vai surgindo da obscuridade e aproximando-se dos corredores do paço. O desenvolvimento das urbes, a cada vez maior centralização do exercício do mando real, o crescimento do comércio, fez surgir homens de saber, da ciência possível, os novos senhores das letras. Em breve, num amanhecer tranquilo iremos encontrá-los a caminho das ocupações régias.

A segunda metade de Trezentos vai encontrar um Portugal à procura de novos rumos, convulsionado, desagregando-se, combatendo, forjando o novo no interior do que se desintegrava por força do tempo e da evolução natural. Não havia forma de evitar o que a natureza social impunha. O passado tinha cumprido o seu papel e a sociedade enquanto conjunto agregador de grupos humanos exigia novas respostas face aos novos desafios. Como já dissemos, forjada a nação, com território definido, espaço humano homogéneo ocupado, identificado o elemento de direcção e em seu redor aperfeiçoando-se o instrumento de governação, o novo que surgia em breve lhe acrescentaria os símbolos e valores que lhe dariam consistência espiritual aglutinadora e identificativa como pátria. A revolução de 1383 que se prolongou até 1385 foi o resultado de uma crise estrutural da sociedade medieval que exigiu novas formas de poder. Se é verdade que as condições da agricultura ajudaram a alimentar a crise, se os efeitos violentos de uma peste tornaram difícil a vivência humana dessa sociedade, dúvidas não restam de que era um novo modelo económico que se reclamava por força do desenvolvimento de

uma estrutura social que exigia espaço no seio do mando político. Nascerá do alimentar constante e lento de um conjunto de acontecimentos que aguardarão o amadurecimento necessário e a carga detonadora que colocará em marcha esse movimento que provocará temor, que modificará comportamentos e decisões. Nascerá desse parto uma geração de poder que impulsionará Portugal para outros horizontes, para outras dimensões, outros destinos. Burgueses-mercadores e cavaleiros-vilãos, senhores opulentos da riqueza instalada nas cidades com Lisboa à cabeça, vão ser a direcção dessa vontade de mudança, impelidos e arrastados por toda uma massa do mesmo terceiro estado donde provinham e que também reclamava a sua parte na partilha.

Revolução ou revolta, talvez não seja o essencial do conhecimento histórico. Certo foi que o movimento nasceu no seio da burguesia mercantil, foi por ela dirigido e financiado e veio a ser ela que lucrou quando a calma pousou sobre as ruas e os campos devastados da nação, agora também já pátria.

E os outros, os restantes onde os encontramos? Os mesteirais, esses artífices que podiam ter-se alcandorado a outros voos por força do domínio que atingiram na luta, mas cujas asas não permitiam atravessar o Tejo. Não alcançaram os domínios do Paço é certo, mas por tudo o que fizeram, pela forma como se bateram, pelos êxitos que obtiveram, bem podemos dizer que arranharam o céu.

Essa revolução, que teve tanto de violento como de generosidade, certamente que não teve até hoje, não pelos estudos que lhe foram dedicados, mas antes pela importância com que deveria ser retratada, o legítimo lugar que deveria ocupar na alma, na memória e no conhecimento dos portugueses, pelos feitos, pelas transformações provocadas, pela gesta desses homens e pela onda de efeitos que gerou nos séculos seguintes. Seguindo o roteiro de Armindo de Sousa, dizemos que “os avanços e direcções foram no sentido da «nação» e da «pátria»” (1). A grandeza bela e imponente desse mosteiro de Santa Maria da Vitória tarda em adquirir a importância e a magnitude que os homens de então exigem. Tal como está, é parco consolo para a gesta do passado, tanto mais que se a pátria, como já afirmámos começou a alvorecer nas revoltas da capital, viria a adquirir consistência e visibilidade nos campos de S. Jorge. Pode ter sido o génio militar do Condestável, pode ter sido, a participação inglesa com as suas novas tácticas guerreiras, pode até ter sido um conjunto de circunstâncias fortuitas, mas certamente que o essencial esteve na alma dos homens que combatiam, nesses burgueses que se juntaram ao exército, nesses mesteirais que lutavam pela independência e pela sua terra, não já a dos nobres, deste ou daquele senhor feudal, não só a do rei, mas a sua terra, de um

colectivo mais vasto que os passou a incluir, daí que os incentivassem em nome de uma causa justa. Ora só a pátria podia justificar uma causa, pois até então, lutava-se apenas pelos interesses deste ou daquele senhor, mesmo que rei. Uma das grandes diferenças é que mesmo aqueles que provinham de uma estirpe nobre ou próxima dos valores da nobreza, nomeadamente muitos dos seus bastardos (2), jogaram ali o seu futuro e compreenderam que este só poderia ser solidificado se envolvessem no seu entorno os interesses de outras camadas sociais que tão visivelmente apareciam e floresciam no clamor revolucionário que antecedeu a batalha e as cortes tinham dado voz. Voz e poder.

“O Condestável bradava: “A portugueses! Pellejar, filhos e senhores, por vosso rey e por vossa terra!” (2)

Como atrás já expressámos, combatia-se não só pelo rei e pela sua casa, mas também pela terra. Ora, a arraia-miúda não possuía terra, nem a burguesia mercantil tão pouco. Na verdade, só a nobreza e não toda, detinha a posse desse património que incluía até as próprias gentes, pelo que terra tem de significar obrigatoriamente um conceito mais vasto que abarcasse algo que pudesse ser um interesse comum, que entendemos como a nação e, por arrastamento, a pátria. Quando se diz que em Aljubarrota esteve em causa a independência nacional, temos de concluir que quem a defendeu foram os patriotas, o que nos conduz de novo ao conceito de pátria. Sem dúvida que esta esteve presente na mente dos homens que combateram ao entardecer no morro de S. Jorge.

Naquele entardecer de Agosto, com o cair do crepúsculo caiu também a nata do exército feudal castelhano e um mundo de senhores portugueses e o amanhecer do dia dezasseis trouxe a visão devastadora do campo de batalha, mas sobrevoando a morte surgia um novo mundo, de interesses e vontades diferentes. Em breve olhariam para um horizonte longínquo, e quando as caravelas se fizeram ao oceano levavam no coração dos homens a ideia e o sentimento da pátria que floresceu na insurreição de 1383 e ganhou dimensão na vitória de 1385. Por tudo isto, Aljubarrota, como momento épico desse nosso passado, merece respeito e um olhar sereno e lúcido da nossa história (3). Na sua análise, podemos encontrar sempre respostas para o futuro. Quando olhamos para trás, pressentimos os ecos de uma epopeia e nós apenas fomos capazes de tentar fazer história (4), quer dizer a análise dos factos passados tal como hoje os interpretamos. Mas diga-se, agora que o fim deste texto se aproxima, que tão altos valores, diríamos até, tão nobres objectivos, olhados hoje à distância, mereciam de facto ser contados pela pena de um poeta (5), talvez mais do que a de um historiador ou, ainda melhor, pela pena de um poeta que soubesse fazer história, fazer no sentido alargado de interpretar os factos analisados, pois a poesia sempre eleva a parte mais bela do sentimento humano. Não

diremos que nos faltou o gosto e a paixão, sobrou-nos até prazer, esse sentimento que nos ajuda a criar, que incentiva a imaginação, a percorrer rios desconhecidos, a encontrar o que não supunhamos ser capazes e fizemo-lo com paixão, com essa que arrebatava os homens, que os impulsiona, que os leva para diante, que por vezes, subalterniza a razão, mas torna as palavras, as vontades e os desejos mais simples, mais puros e mais nobres. Que faltou então? Certamente o conhecimento suficiente, esse saber que advém dos livros, das fontes, do estudo sistemático, da reflexão criteriosa e da conclusão sustentada (6). Lamentavelmente, como atrás escrevemos, não conseguimos ir além de tentar escrever história.

No momento em que redigimos as últimas linhas deste trabalho, ocorre-nos uma brisa de dúvida ao admitirmos que podemos não ter sido suficientemente incisivos na apresentação do desenho da pátria a alvorecer. Esta incerteza advém do facto de, agora que nos aproximámos do fim, reconhecermos que esta tarefa não é uma conclusão, mas antes o início de uma investigação mais vasta, mais exaustiva e mais sustentada. Na verdade, a cada obra e estudo que acedíamos na procura de resposta às interrogações que colocávamos, descobríamos novos estudos, outras interrogações, mais razões para prolongar a nossa intenção e levar mais longe o nosso estudo. Deixamos pois aqui, essa vontade de prosseguir onde poderia parecer que chegámos.

É assim que ao findarmos, aparece ainda o intuito de voltar a olhar para o início, para o momento em que os cavaleiros oriundos do Condado Portucalense foram estendendo a nação como um longo tapete entre o mar e a meseta, aproximando-a do Mediterrâneo, cosida a fio de espada, cintada de rios e abotoada de cidades como escreveu Borges Coelho. [“Questionar a História”, 2ª edição, Caminho, Lisboa, 1983, págs. 207/8]. Encontrado a sul esse mar aquecido pela aragem vinda do deserto, distribuídas as terras pelos que as mereceram e pelos que as reclamaram, definida a centralidade com irradiação nas margens do Tejo, foi surgindo das brumas o embrião do Estado, primeiro como administração régia, depois como instituição mais abrangente de poder. Será a cada vez maior consolidação desse Estado que irá abrir passagem ao conceito maior, pela abrangência, de nação, compreendida como comunidade humana e das condições materiais de vida, entendidas como território e vida económica, de idioma além de outros traços, nomeadamente culturais. [“Dicionário Filosófico”, 2ª edição, dirigido por M. M. Rosental e P. F. Iudin, Editorial Estampa, Lisboa, 1972, pág. 91]. Podemos ainda ler na mesma página desta obra que a base económica donde surgiu a nação resulta do nexos económico entre as diferentes regiões do país e pela união dos mercados num mercado nacional único. Borges Coelho aprofunda um pouco mais esta ideia e considera que é a consolidação do Estado que vai permitir a formação da nação, a qual surge de forma lenta, pela unidade política e linguística conjugada com a unidade de mercado impulsionada pela burguesia comercial [ob. cit., pág. 221]. Partindo desta premissa admite que os laços de mercado são factor determinante no aparecimento da nação portuguesa.

Temos pois, a Nação a nascer no interior do Estado, este como entidade cada vez mais centralizada. Processo de amadurecimento lento, tal co-

mo foi o parto da burguesia comercial enquanto grupo social de relevo. É ainda Borges Coelho a insistir e a definir os marcos da sua edificação: a força centrípeta que uniu Portugal foi o Estado, o centralismo político, a língua, a estrada litoral, o mercado interno, a história, isto é, a burguesia portuguesa [ob. cit., pág. 224]. Se nos debruçarmos um pouco sobre esta afirmação, encontraremos todos estes factores no Portugal do século XIV. Tal como concluiu este historiador, 1383 veio dar-lhe o impulso decisivo.

Resta a pátria e esta vai germinar no âmago da nação. É que se a unidade nacional é alheia aos senhores de homens, já não o será aos cidadãos e estes cresciam com a nacionalidade, enquanto interesse territorial colectivo. Vitorino Magalhães Godinho falará desse valor unificador sentimental como o laço afectivo que liga os indivíduos à colectividade [“Portugal a emergência de uma Nação”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004, pág. X]. Com a vitória da revolução, o ascenso da burguesia mercantil a difusão de novos valores, o triunfo em Aljubarrota numa áurea de patriotismo e nacionalidade, o reinado de D. João I maior consistência dará a essa estrutura simbólica de caminhar num futuro comum. Como nos diz ainda Magalhães Godinho: o Rei e as gentes do Reino formam uma só substância, são o coração e o corpo respectivamente; integrados num todo, que é a república de Portugal; no dizer perfeito do Doutor João Docem em 1439, em nome do Rei; é república porque o senhorio pertence a todos conjuntamente [ob. cit., pág. 73]. Que distante parece nos encontrarmos da sociedade feudal que se encontrava ainda longe da sua caminhava final, apesar de fortemente atingida no fundamento das suas estruturas.

Deixamos aqui esta última reflexão no intuito de demonstrar que na verdade, estamos ainda no início de uma caminhada que nos conduzirá certamente ao aprofundamento desta temática, sempre com o intuito inicialmente apresentado de contribuição modesta para o esclarecimento deste momento da história pátria.

À guisa de encerramento, diremos como Armindo de Sousa que “para além da inteligência das coisas está a alegria de senti-las” (7). Foi pois com esse sentimento de alegria que procurámos demonstrar que os burgueses de então, secundados por esses mesteiros das cidades, foram os heróis dessa gesta libertadora. Provavelmente não o fizemos com a inteligência que eles mereciam e que os seus actos justificavam, mas não finalizamos este trabalho sem lhe deixar estas singelas palavras de *vergiss mein nicht***.

“O leitor há-de ter reparado que a partir do momento em que nos metemos na arte este ensaio virou apelo. Apelo à fruição. Deixamos de lado análises eruditas e elencos exaustivos e preferimos apelar. Provavelmente cometemos um abuso, ou, no mínimo, um atropelo à inteligência. Seja. Porque é bom concluirmos assim: para além da inteligência das coisas está a alegria de senti-las.” (7)

Falta-nos provavelmente a erudição deste distinto historiador para expressarmos a nobreza das nossas intenções, a generosidade de tentarmos servir com a escassez do nosso saber e o limite das nossas capacidades, mas resta-nos, pelo menos, a convicção de o termos tentado, de nos termos esforçado por chegar o mais longe possível na procura da pátria, seguindo o caminho daqueles que traçaram uma gesta de glória e de engrandecimento da nação que nascia. Fizemo-lo com a humildade de quem está a explorar caminhos e a sugerir hipóteses. Pese embora a timidez das conclusões, fica, contudo, a certeza de ter fruído a alegria da visita a tão glorioso momento da nossa história.

Notas

Abertura...

(1) – COELHO, António Borges, “Questionar a História, Ensaio sobre a História de Portugal”, 2ª edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1983, pág. 27:

“...no terreno concreto da investigação, (...). Por onde começar? Pela geografia, pelo económico, pelo político, pelo cultural? (...) dentro do terreno escolhido, que ideias-ferramenta utilizar? Civilização? Complexo histórico-geográfico? Forças produtivas? Relações de produção? Classes e luta de classes? Ordens? Família?”

Difícil se afigurava ao presente trabalho o por onde começar, pois tantos começos já tiveram em tantos outros trabalhos realizados e de muito maior fôlego. Fugimos a essa tentação de começar pelo princípio que é como quem diz, por onde todos começam. Não sei se o conseguimos, mas a intenção foi ir um pouco atrás para que fosse visível com maior nitidez o que pretendíamos demonstrar, ou seja, o tal alvorecer da pátria, o aperceber-nos desse brotar da terra, da nascente das ideias, esse sentimento que se forja nas consciências e em determinado momento, jorra como um rio solto de uma garganta.

(2) – SALMON, Pierre, “História e Crítica” Livraria Almedina, Coimbra, 1979, pág. 56:

“Trata-se duma selecção fundada sobre interrogações que o presente dirige ao passado”.

Interrogações ao passado. Deixámo-nos seduzir pela ideia e mais do que afirmações conclusivas, procurámos a versão polémica para provocar diálogo e quiçá uma maior possibilidade de nos aproximarmos da verdade histórica. Seguimos a ideia de Armando de Castro [“A Revolução de 1383-1385: alguns aspectos centrais de uma interpretação teórico-histórica”, Publicado na revista História & Crítica, «1383-1385 e a crise dos séculos XIV-XV», nº 12, 1985, pp. 39-46 e editado na obra “Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal, Editorial Caminho, Lisboa, 1987, pág. 96] de que “desejar-se-ia além disso que abrisse o caminho para a elaboração de novos pontos fulcrais desta interpretação histórica.”

(3) – AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 13:

“E Heródoto foi o primeiro a declarar que escrevia história, isto é, *investigação* das acções humanas e das razões que levaram à sua execução.”

(4) – AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 15:

“Mattoso encontrou uma fórmula feliz: a História é «um saber e não propriamente uma ciência».”

Seguindo o pensamento de Mattoso, aqui desde já nos penitenciamos se não nos chegou saber para boa intenção.

(5) – COELHO, António Borges, *op. cit.*, pág. 121:

“Em 1383-1385 triunfa a burguesia comercial-marítima, os proprietários dos concelhos que utilizam trabalho assalariado, os pequenos produtores independentes”.

(6) – KANTOROWICZ, E., “Morrer pela Pátria”, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999, pág. 9:

“Tal como acontece com outras grandes mudanças na história, que levaram à civilização moderna, temos que remontar até aos séculos XII e XIII para acompanhar a evolução do conceito de *pátria*.”

(7) – COELHO, António Borges, *op. cit.*, pág. 25:

“Estamos unidos pela língua – laços biológico-mentais-sociais. Pela estrutura socioeconómica. Unidos pela ideologia – uma bandeira, um hino, uma mística”.

Borges Coelho sintetiza aqui de forma quase perfeita o que expressamos nas várias linhas do ponto anterior. Talvez faltasse a ideologia no seu todo, ou seja, a bandeira ainda não seria única e o hino não existia, mas o pendão real nas mãos dos homens do rei que chefiava a revolução era a bandeira da nação e a mística, essa paixão que arrebatava também aparece inúmeras vezes, quando o ânimo daqueles que foram a alma da revolta, mais se empenhou para o seu triunfo, ou seja, nos dias primeiros, na defesa ao cerco e em Aljubarrota, a batalha maior.

(8) – MATTOSO, José, “Cultura Medieval : os limites da síntese”, obras completas, Círculo de Leitores, pág. 292.

(9) – SALMON, Pierre, *op. cit.*, pág. 56 :

“À medida que o tempo passa, os materiais históricos enriquecem e os critérios de selecção dos factos históricos transformam-se, o que provoca a variabilidade da visão histórica e a constante reinterpretação da história”.

Talvez esta ideia expressa por Salmon nos tivesse ajudado a decidir o que escolher. Em cada época, um olhar diferente pode auxiliar a ver também de forma diferente o que tantas vezes foi olhado da mesma feição.

(10) – MONTEIRO, João Gouveia: “Fernão Lopes Texto e Contexto”, Minerva - história I, 1988, pág. 13: “As narrativas de Fernão Lopes acerca dos acontecimentos que abalaram a sociedade portuguesa nos finais da Idade Média, são ainda hoje, e continuarão provavelmente a sê-lo por muito tempo, uma fonte decisiva para o conhecimento e o estudo da nossa história naquele período”.

Com todas as críticas que possamos apontar-lhe e como afirma Maria José Ferro não há que temer em fazê-las, em nome da verdade histórica e da liberdade do pensamento, certo é que outra seria a nossa visão dos acontecimentos de toda a época que nos narrou, caso as suas crónicas não tivessem sido escritas. E fê-lo com beleza, com tanta, que ainda hoje, pese embora, tudo o que já sabemos, já interpretámos e já concluímos, se tal é possível, continuamos encantados com as suas descrições e as suas interpretações mesmo quando polémicas são também fonte de melhor chegarmos à verdade, se tal nos é permitido dizer.

(11) – REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, pág. 17: “Ora se da obra de Fernão Lopes excluirmos a *Crónica de Portugal de 1419*, cuja compilação lhe é atribuída, as crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I (Primeira e Segunda Parte), que são seguramente da sua autoria, constituem o *corpus* historial, onde se narra a crise de 1383-1385”

(12) – SALMON, Pierre, *op. cit.*, pág. 198 :

“As crónicas medievais calam assim um certo número de factos notáveis que caracterizariam a sociedade civil de então mas que a óptica dos que escreviam não julgou útil reter”.

Atrevemo-nos a dizer que assim é em qualquer época. Quem escreve retém o que dá força à ideia que deseja expressar, pelo menos valoriza mais o que vai de encontro à ideia que formou e, com mais ou menos rigor sempre formamos uma ideia sobre o acontecimento que investigamos, tratamos ou relatamos. Dificuldade que mais se avoluma quando os factos sobre que escrevemos ocorreram num passado que ainda foi presente para nós como era o caso de Fernão Lopes.

(13) – HESPANHA, António Manuel, “História das Instituições” Almedina, 1982, pág. 7:

(14) – SALMON, Pierre, *op. cit.*, pág. 200 :

“Há casos em que, por falta de marcos seguros, a hipótese histórica se torna ilegítima e gratuita, e então cai-se no romance”.

(15) – SALMON, Pierre, *op. cit.*, pág. 222 :

“Todo aquele que parte dum postulado, que quer submeter os factos aos caprichos do seu pensamento, que quer provar o fundamento certo duma tese preconcebida, que não procura outra coisa senão fazer triunfar as suas concepções morais ou filosóficas – não é um historiador. Todos os que assim procedem são, sim, doutrinários”.

(16) – COELHO, António Borges, *op. cit.*, pág. 18:

“Que viva a paixão! Não a que cega mas a que incita a razão e a sustenta na sua chama”.

Pois foi com paixão que escrevemos. Aliás, para abordarmos uma temática como a dos novos valores saídos de uma revolução, nomeadamente aquele consagrado em algo como pátria, só com paixão poderiam ser encontrados. Desejamos, isso sim, que não nos tenha toldado a razão.

(17) – COELHO, António Borges, *op. cit.*, pág. 15:

“Um rio subterrâneo percorre a nossa cultura. Ouçamos o seu murmúrio trazendo as suas águas para a luz do dia”.

A frase é bela e levou-nos a reflectir, a parar diversas vezes para pensar, dito de outro modo, a tentar escutar esse murmúrio. De quando em vez, cremos tê-lo ouvido.

(18) - MONTEIRO, João Gouveia: “Fernão Lopes Texto e Contexto”, Minerva - história I, 1988, pág. 24:

“Entre as transformações mais decisivas (...), é habitual destacarem-se duas novidades centrais: o caminho da centralização política, (...), e a afirmação de uma nova linguagem de poder – a do dinheiro -, que a implantação do “capitalismo comercial” naturalmente trouxe consigo.”

Duas questões essenciais e motivadoras. Tentamos valorizá-las o suficiente no nosso trabalho para se compreender o quanto foram relevantes. A centralização, por um lado, ajudava a diminuir o peso feudal, o dinheiro, apresentado como nova linguagem de poder, será de facto um elemento de peso que ajudará os seus detentores a exigências que de outro modo não seriam possíveis.

(19) - SOUSA, Armindo de, “História de Portugal – A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 546.

(20) - SOUSA, Armindo de, “História de Portugal – A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 409:

“Burguês implica estatuto, mas não estatuto vinculado a uma profissão ou ofício específico. É um estatuto que advém da posição no campo social. (...) Por isso, burgueses são uma «classe». No sentido rigoroso que a sociologia valoriza. Uma «classe social».”

Encontramos ao longo das leituras que fizemos algum receio de classificar como classe a burguesia, ou porque não tinha suficiente coesão social, ou porque se dividia em diversos estratos hierarquicamente diferentes, ora porque estava mais próximo da nobreza, ora porque se aproximava demasiado do estrato inferior. Não cabe no âmbito do nosso trabalho encontrar uma definição de classe, para extrairmos ideias que nos levassem a aproximar de uma conclusão. Seguimos a orientação de Armindo Sousa. Pareceu-nos clara e suficiente para o objectivo que nos propusemos.

(21) - BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, págs. 44 e 46.:

“...grupo profissional essencialmente urbano, que se dedica às transacções comerciais de âmbito local, regional ou até «internacional». Trata-se do termo *mercadores*. Pouco frequente na crónica de D. Pedro, aparece, não muito insistentemente, nas crónicas seguintes, talvez porque, em seu lugar, se prefere *homens-bons* e *cidadãos*, áreas conceituais por onde se distribui o conceito de *mercadores*, pois todos se incluem na categoria de *homens-bons* e alguns na de *cidadãos*.

Alguns *mercadores*, os mais ricos, seriam efectivamente *cidadãos*, por vezes honrados. São estes que exercem cargos de destaque na cidade ou até na corte.

Conteúdo idêntico deve possuir a expressão *burgueses* que surge uma só vez, nas crónicas, aplicado aos habitantes do Porto que participam na boda de D. João, ao lado de fidalgos e de donas e donzelas do paço. (...)

O termo *homens-bons*, distinto de *bons*, (...), aplica-se à aristocracia dos concelhos (cidades, vilas, freguesias e lugares), mas é mais frequente no caso das cidades.”

Oliveira Marques escreveu [op. cit., pág. 266] que “*mercador* entendia-se, não um vendedor qualquer, mas um comerciante por grosso – podendo também possuir a sua loja de retalhista – e sobretudo de artigos têxteis.” No essencial os diversos autores coincidem nas diferentes actividades que podiam ser exercidas pelos *mercadores*, resultando das mesmas o seu maior poder económico e por, consequência, um melhor ou pior estatuto social. Naturalmente que aqueles que se dedicavam ao comércio marítimo, por grosso ou de longa distância, encontravam-se em melhor situação de que os pequenos comerciantes ou *mercadores* locais. Aqueles eram de facto os senhores das cidades, os seus oligarcas, os que mais pressionavam o poder régio, os que mais exigiam dele, os que vão fomentar a revolução.

(22) – MORENO, Humberto Baquero, “As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal”, Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1994, pág. 111:

“Considero igualmente não ser possível aplicar o conceito de classe ao burguês-mercador da Idade Média, o que apenas se torna viável a partir da Idade Moderna. No caso em apreço estamos em presença de importantes grupos humanos que se dedicam essencialmente ao comércio ou em alternativa a uma actividade mista que se relaciona directamente com o fabrico e a comercialização dos artefactos produzidos.”

(23) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 104:

“Antes de a batalha começar, houve ainda lugar aos habituais discursos de incitamento e emulação das tropas por parte de D. João I e de Nun’Álvares, com o objectivo de reforçar a convicção de todos em que “justa” era a sua “querela” e grandes seriam as “honras” de que todos se cobririam, em caso de vitória.”

Gouveia Monteiro foi um dos que mais nos auxiliou a desenvolver a ideia de pátria, nomeadamente no cenário de Aljubarrota. Queremo-nos convencidos de que esta batalha grandiosa poderia ter tido outro desfecho ou outras consequências, não fora o ânimo com que os combatentes a abordaram, nela participaram e a ela se entregaram, sobretudo, esta é a nossa convicção, as camadas mais baixas desse exército revolucionário – permitimo-nos esta expressão porque na verdade era fruto de uma revolução -, pois só assim se compreenderá a sua abnegação, não apenas na luta, mas também na preparação da mesma.

(24) – REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, 1983, pág. 24.

(25) – COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 92.

As causas

(1) COELHO, António Borges, “Política, Dinheiro e Fé”, Questionar a História – V, Editorial Caminho, Lisboa, 2001, pág. 24:

“...o Islão era um corpo imenso pontuado por uma constelação de cidades, escalas ou pontos de chegada das rotas comerciais que, como dissemos, iam de Sevilha a Tombuctu, a Tunes e ao Cairo e daí às grandes cidades da Ásia.”

(2) TORRES, CLÁUDIO, “A civilização islâmica é a última grande civilização mediterrânica”, “Para compreender o Islão”, número especial de “História”, Outubro de 2003, pág. 10:

“Quais areias do deserto, qual civilização do deserto? Os deuses, esses sim, vamos sempre buscá-los aos sítios primordiais, às lonjuras não habitadas pelo homem, às montanhas inóspitas e às orlas do deserto.

Isso é o mito. A realidade é completamente diferente. A civilização muçulmana, além dos símbolos originais de Meca e Medina, surgiu e prosperou em Alexandria, no Cairo, nas grandes cidades. É uma civilização profundamente urbana que se difundiu dentro do Mediterrâneo, no interior das comunidades mercadoras e, de certa forma, sobrepondo-se e competindo com êxito com a religião judaica e com as várias hereses cristãs que se degladiavam.”

São cada vez mais os trabalhos de investigação histórica que nos vão revelando com maior nitidez a presença árabe na península, nomeadamente no sul do território português e o que se suspeitava e começou a tornar-se visível nos primeiros estudos é já uma realidade incontornável. Essa presença corresponde a uma sociedade desenvolvida, intensamente comercial, mais urbana que rural, com elevados valores ao nível da cultura, nomeadamente escrita, e tolerante em termos religiosos, tanto quanto se pode entender a tolerância nestes tempos de intolerância. Vitorino Magalhães Godinho escreverá que foi uma “Civilização constelada por cidades industriais-comerciais, círculos de alta cultura, interligadas por rotas marítimas e pistas caravaneiras que atingem o longínquo Cathay” e referindo-se especificamente à Península Ibérica, às terras que a sul incorporarão o Reino de Portugal, acrescentará à ideia já expressa “esse mundo mais urbanizado e mercantilizado que pertenceu ao Islam, mundo moçárabe e muladi”[“Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004, págs 8 e 12].

(3) – GIMPEL, Jean, “A Revolução Industrial da Idade Média”, Publicações Europa-América, Coleção Saber, 2ª edição, 1986, págs. 13 e 14:

“Assim, houve uma forte explosão demográfica. Populações em movimento emigraram, desbravaram e colonizaram territórios novos e construíram novas cidades. As condições gerais da economia favoreceram o livre empreendimento e suscitaram o aparecimento dum novo tipo de homem: o self-made man. Foram criadas companhias capitalistas. As suas acções eram negociáveis. Os promotores não recuaram diante de nenhum método para abafarem a concorrência. Organizaram a divisão do trabalho, para aumentarem a produtividade, e criaram voluntariamente um proletariado explorável. A réplica dos trabalhadores tomou formas diversas que são bem nossas conhecidas: reivindicações, absentismo, greves...”

O fim do Império Romano deixara a Europa quase órfã, à deriva, entregue ao sabor dos reinos de tribos e clãs guerreiros que possuíam uma organização social num estágio primário se comparada com a do Estado imperial. Os séculos que se seguiram foram pois de instabilidade, com desordem e caos à mistura, em que tudo o que se parecesse com administração central desapareceu nos escombros do império. Até se regressar a uma estrutura social, digamos ordenada e regrada, decorrerão séculos, em que o poder individual se vai sobrepor ao interesse colectivo. Vencido o ano mil, conjugaram-se uma série de factores que permitiram que este estado de coisas se fosse alterando e a sociedade voltou a adquirir robustez, as cidades medraram de novo e com elas vieram novos grupos sociais com outras e novas necessidades e o esquema mental principia a modificar-se. Um dos retratos que melhor documentam esta época é-nos mostrado pelas inovações tecnológicas, que brotam como cogumelos da criação humana, num misto de carência das estruturas económicas e da capacidade humana que se torna imensamente criadora, projectada por condições excepcionais que se geraram na Europa de então. O autor traça-nos na obra citada um quadro geral das transformações técnicas e até científicas que então se operaram. Elas ajudarão também a compreender essa mentalidade nova que vai aparecer com o fim da Idade Média aliás, vai ser ela própria geradora desse fim, mais ainda, vai ser a mentalidade que vai ocupar o quadro mental que lentamente se vai esvaindo por esgotamento das relações económicas que se esvaziavam e por um tecido social que não tem condições de subsistência por não representar, nem o todo, nem o essencial das forças sociais.

(4) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pág. 359:

“O meu estudo irá incidir sobre aquilo que considero uma revolta dos homens dos mesteres pela tomada do poder nos concelhos, a qual tem antecedentes próximos na instabilidade social do reinado de D. Fernando e viveu com anos de atraso, a luta que os artífices europeus, o «populo minuto» levava a cargo contra a oligarquia das cidades o «populo grasso».”

Maria José Ferro, com a pena do saber que se lhe reconhece, traça um desenho vivo e vibrante do reinado de D. Fernando que não só nos mostra algumas das causas que geraram o movimento revolucionário que vimos tratando, como também nos ajuda a compreender que no interior da revolução havia uma outra revolta, a qual, se vingasse – o que não era possível, por não possuir nem organização, nem força e por ter chegado com antecipação ao tempo que lhe estava destinado -, teria sem dúvida aprofundado as consequências e alterado de forma ainda mais profunda a estrutura social e mental. De qualquer forma, foram os mesterais os grandes impulsionadores da acção, estiveram presentes nos seus momentos mais decisivos, adquiriram importância social e prestígio e, no caso de Lisboa, viram direitos garantidos pelos tempos vindouros. Oliveira Marques dirá desta época que “a crise geral do século XIV atingiu durante os anos de governo fernandino, o seu ponto mais agudo.” (op. cit., pág. 514). Isto pode significar que razão tinha Borges Coelho quando escreveu: “mal caiu a tampa do caixão...”. Deste conturbado século XIV, diz-nos Magalhães Godinho: “está-se num processo de mercantilização da nobreza, do clero e da própria coroa, voltando-se sobretudo para o comércio externo; transformação que resultava em boa parte da crise da agricultura e diminuição das rendas fundiárias, que as quebras de moeda acentuavam. Estas condições moviam os grandes e poderosos a exorbitarem de seus poderes sobre as populações, extorquindo-lhes dinheiro por todos os meios”[Op. cit., pág. 32]. Nesta afirmação o autor mostra-nos as contradições sociais resultantes das alterações na estrutura económica que conduzem a uma maior exploração por parte dos que detêm o poder económico e, por consequência, o político, com o geral das consequentes revoltas dos que já não se dispõem a suportar tanta exorbitância.

(5) LE GOFF, Jacques, “Os Intelectuais na Idade Média”, Gradiva, Lisboa, 1990, pág. 80:

“A estes artesãos do espírito, arrastados pelo surto urbano do século XII, faltava organizarem-se no interior de um grande movimento corporativo, coroado pelo movimento comunal. Essas corporações de mestres e de estudantes serão, em sentido estrito, as *universidades*.”

(6) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 32:

“Ao que se sabe hoje, a Peste Negra, partiu da zona das estepes do lago Balkach, na Ásia Central.”

(7) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 32:

“É neste contexto que devemos situar o aparecimento da Peste Negra (Demurger: 1995), um cataclismo surgido entre os anos de 1347/48 e 1350 e que dizimaria perto de um terço da população europeia.”

(8) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 15:

(9) - SOUSA, Armindo de, “História de Portugal – A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 490:

(10) - SOUSA, Armindo de, “História de Portugal – A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 492:

“Tudo isso foram medidas extremamente simpáticas e indiciadoras de um monarca idóneo e atento aos desafios da história. Demagógicas? Não. De interesse nacional e o do Estado.”

(11) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pág. 360:

“Porém, a nível interno, esta mutação cifrava-se no descalabro económico, na inflação e no alto custo dos géneros, de modo algum acompanhado pelo aumento de salários.”

(12) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Colecção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 14:

“Tendo em conta que a indicação de Trás-os-Montes, como local do nascimento de Leonor Teles, tem origem, exclusivamente, na carta régia de 3 de Janeiro de 1375, na qual D. Fernando doa a sua mulher a vila de Vila Real, “por ser natural da província de Tralasmontes” e que não há, nessa província, qualquer tradição local de ligação com essa rainha ou a sua família, Montalvão Machado pôs em dúvida que Leonor tivesse nascido aí. Este autor opina que esse pretendo local de nascimento tem apenas o intuito de atribuir à nova rainha a nacionalidade portuguesa e que, tendo seus pais vivido em Castela entre 1340 e 1356, foi aí que devem ter nascido os quatro filhos do casal.”

(13) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 41:

“Após o casamento, Leonor Teles procurou criar uma base de apoio numa parte da nobreza e com esse intuito, desenvolveu uma política de doações e casamentos, na qual incluiu, prioritariamente, os seus parentes.”

Parece resultar claro das diversas leituras que assim foi. Por iniciativa própria e certamente influenciando o rei seu marido, nutriu os bens daqueles que lhe estavam próximos, alguns até demasiado. Daqui pensarmos que o seu casamento com o rei não terá navegado nas águas da inocência de um soberano apaixonado que se deixou prender na beleza da senhora transmontana. Outras razões, outras vontades, outros elementos mais fortes devem ter empurrado a dama para a alcova real. D. Fernando, depois, colaborou, ou por vontade própria ou porque se enredou demasiado em laços de que já não se pôde soltar. Dele e a propósito desta questão, dirá Oliveira Marques que “D. Fernando acarinhou os grandes vassalos, favorecendo a criação de opulentos senhorios e multiplicando a concessão de títulos nobiliárquicos.” [Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV”, Vol. IV, pág. 510].

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, págs. 59, 60 e 61:

“Uma das famílias poderosas era, sem dúvida a da rainha, que contava com um titular, no início do reinado, D. João Afonso Telo, conde de Barcelos, e, mais tarde, de Ourém, e três, após o casamento,”

“Além destas doações, D. Fernando fazia de seu cunhado almirante, alcaide do castelo da Feira, em substituição de Diogo Gonçalves, em Junho de 1382, e alcaide do castelo de Lisboa, em lugar de Martim Afonso Valente, em 16 de Janeiro de 1383.”

“Outro familiar da rainha, neste caso seu tio materno, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, usufruía igualmente dos poderes reais.”

(14) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 52:

(15) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 53:

“O casamento português é preferido pelo rei de Castela, mas, apesar dos riscos que envolve para o futuro, representa uma imediata segurança para Portugal. Por isso, parece existir no país uma aceitação geral desta situação.”

Em reforço da nossa opinião inserida em comentário ao ponto 14, o autor vem aqui nesta citação dizer-nos que o acordo envolvia riscos. Claro que envolvia, e que riscos! A morte de D. Fernando haveria de trazê-los à tona, só que antes que tal acontecesse, os marginalizados do poder compreenderam-no antecipadamente e desencadearam o movimento que atalhou os riscos. E não compreendemos que esses riscos fossem uma segurança em relação ao presente do acordo. Como poderia a previsível perda da independência a médio prazo resultar em segurança no imediato? A não ser que o monarca, ou quem falava em nome dele, já estivesse a pensar em não cumprir o acordo, como já acontecera noutras ocasiões em relação a outros. Tudo indica que não, pois a filha acabou por viajar para Castela e o casamento real consumou-se. Quanto à aceitação geral que terá havido na nação, 1383 haveria de responder a isso.

(16) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 55:

“Correspondendo a um pedido do genro, mandou que a filha fosse aclamada rainha “como nos trautos era comtheudo”. Ao ouvir “Arrayal, arrayal, por a Rainha D. Beatriz de Portugal, nossa Senhora”, o povo reagiu violentamente, em Lisboa, Santarém e Elvas. Aparecem, publicamente apoiantes do infante D. João, que contestam a realeza de D. Beatriz.”

Naturalmente que as gentes que povoavam o reino e se situavam no exterior daquele 1% da grande nobreza, perceberam o alcance de ser aclamada rainha de Portugal a consorte do rei de Castela. A conspiração que estaria na forja e em desenvolvimento deve ter ganho outra dinâmica, outra consistência, outros prazos.

(17) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 364/5:

“...a aversão popular ao casamento real e às relações Rainha-Andeiro, (...) é insuficiente para explicar toda a instabilidade social que reina de norte a sul de Portugal, durante o governo de D. Fernando. O assassinio de homens da nobreza, de oficiais régios, a existência de bandos armados, a deserção de escudeiros e besteiros do almirante no Algarve, a não contribuição com remeiros para as galés reais que iam partir para a guerra,(...) são algumas provas da desagregação do poder político e da sociedade medieval portuguesa, que fatalmente teriam de desembocar em 1383 e num novo rei.”

Se tal afirmação nos é permitida, diremos que Maria José Ferro nos vem dar razão na tese que vimos construindo e que Borges Coelho sintetizou no “fechar da tampa do caixão”. Bem, dizendo de outra forma, subscrevemos a tese da autora de que todas as circunstâncias que se foram construindo no interior do reinado de D. Fernando tinham que encontrar uma solução, digamos, fora do regime, no exterior das estruturas existentes. Encontrar outra forma de governar implicava outras pessoas, novos interesses, um quadro mental diferente, outros protagonistas. Para isso havia necessidade de retirar os que estavam. A aclamação de D. Beatriz era um bom momento para a saída do palco da rainha-regente, de forma a impedir que a filha chegasse a sê-lo.

(18) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, págs. 8 e 9:

(19) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 13:

“O certo é que, no final do reinado de D. Fernando, todos os títulos pertencem, em Portugal, a membros das famílias de exilados Castelhana e Galegos”

(20) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 13:

“Pelo contrário, a iniciativa do processo que habitualmente designamos por Crise de 1383-85 está completamente nas mãos da nobreza, tendo o assassinato do conde de Ourém muito mais o carácter de um golpe palaciano (...) do que o de uma verdadeira revolução popular.”

Já manifestámos a nossa incompreensão por este desenvolvimento do pensamento do autor. Concordamos com o golpe palaciano. É verdade, teve todo esse cunho, mas a mobilização popular que se segue é obra de quê? Da espontaneidade popular? E como souberam as gentes da rua que o Andeiro estava a ser morto? Não foi Álvaro Pais que os mobilizou e os arrastou até às portas do palácio e lhes disse que o Mestre estava em perigo? E quem continuou a mobilizar nos dias seguintes e foi participante dos actos que se seguiram? Onde estava a nobreza durante todo este período? Como devemos interpretar verdadeira revolução popular? Parece-nos que o autor não responde nas suas conclusões a estas perguntas aqui formuladas.

(21) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, págs. 52, 53 e 57.

(22) - FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesteirais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 365:

“De chefes da reacção ao casamento real a cabeças da oposição à regência de D. Leonor, os «pequenos» surgem-nos aqui como o motor que vai fazer nascer «outro mundo novo muito contrário ao primeiro», no dizer de Fernão Lopes.”

O Cronista medieval aqui citado e lembrado ajuda-nos a reforçar a tese da participação do «populo minuto», aparecendo-nos como o motor, que arranca, acelera, dá movimento e avança com a revolta, e leva ainda mais além a sustentação da nossa tese, são eles que impulsionam um novo mundo e não um qualquer, mas muito contrário ao primeiro. Esta afirmação vem trazer um grande alento ao que temos vindo a querer demonstrar, ou seja, que uma crise social, económica e política, gerou um movimento insurreccional que face às circunstâncias, de imediato se transformou em revolução, em fractura das estruturas. Num outro comentário, mais à frente, e seguindo de novo Armando de Castro procuraremos reforçar a ideia de revolução. Aqui deixamos para já realçado que de facto estávamos num momento de construção de estruturas diferentes, novas pelo que de distinto trouxeram.

COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 36:

“Quem dirige a revolução é a burguesia – rural, comercial, armadora ou dos misteres – e as outras classes cedem-lhe ou *obrigam-na* a tomar a direcção política dos acontecimentos.”

(23) - FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesteirais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 364:

“A instabilidade social permanece e disso são exemplo as «uniões» de Portel, de Montemor-o-Velho, (...) Em 1379, novo levantamento em Tomar (...) Sousel levanta-se contra Gonçalo Eanes d’Alter. Juiz em Estremoz, (...) Em Valença, Afonso Esteves e Martim Rigueira, seu sobrinho, chefiaram uma «volta», contra os alcaides da vila. Também Guimarães, em 1383, é cenário de uma luta que opõe entre si, o arcebispo de Braga e os seus homens contra o abade de Santa Maria de Guimarães, (...) o arcebispo de Braga foi um dos homens do Mestre de Avis, desde o início da luta.”

(24) - FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesteirais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 364:

“É um facto que ao agruparmos por profissões os 31 indivíduos cujos bens foram confiscados por participarem nos levantamentos, teremos: 14 mesterais, 1 mercador, 1 escrivão, 1 tabelião, 1 estalajadeiro e 12 sem profissão referida, o que dá uma percentagem de 46,6%, (...) para os homens dos mesteres.”

Os estudos da autora não deixam muito lugar a dúvidas sobre quem era quem neste movimento que se insurgiu ainda no reinado do Formoso. A revolução iria herdar esse descontentamento em chama viva, nem fogo foi preciso atear, apenas continuou agora com mais intensidade que antes.

(25) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, págs. 17 e 18:

“Apenas sugiro que se ‘ calibre’ a importância dos diversos aspectos em apreço, tendo como referência a ideia base de que não foi a movimentação popular, nem a intervenção da burguesia, mas sim a conflitualidade interna no seio da nobreza portuguesa e a sua luta pelo poder que *abriu* e que *fechou* um dossier chamado Crise de 1383-1385.”

Já explicitamos a nossa impossibilidade de concordar com esta opinião.

(26) – SOUSA, Armindo de, “História de Portugal – A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 417:

“Em conclusão: para os burgueses «homens-bons», ao menos os das cidades e vilas mercantis, os mesterais foram classe social. Porque, segundo eles, detinham capital económico e capital social e lutavam por obter capital político. Atrás viria o simbólico. Ora, é precisamente para evitar que isso suceda – que o capital político deles cresça e se institucionalize e que o capital simbólico se distinga e enalteça – que os burgueses multiplicam os discursos junto do rei depois da morte de D. João I. Isto é, depois da morte desse monarca que, grato aos mesterais de Lisboa, havia prometido sob juramento protegê-los. O que fez (Cortes de 1389, cap. 2; de 1391, cap. 2).”

(27) DUARTE, Luís Miguel, “Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medievo”, “Ler História”, nº 5, 1985, pág. 16:

“Ou ainda como as cortes de Évora (no ano seguinte [1481]) quando os burgueses - «*boons e antigos cidadaaos*», diziam-se ao tempo – se insurgem veementemente contra a presença dos mesterais nas reuniões da vereação. E concluem com um apelo ao Rei: «*que nom estem os mesteres em câmaras das cidades*». A reclamação é aceite, porque os ofícios «*...nom estam pera dar voz* – diz o monarca – *senom em Lisboa.*»”

Cem anos depois, os burgueses, neste caso do Porto, travavam ainda outra batalha, visível desde a revolução, a qual consistia em impedir os homens de mesteres de chegar a um poder que apenas era abraçado por uma elite e, como era visível, essa elite fazia escolhas, mas no interior de si mesma. Era um ciclo fechado de que a aristocracia burguesa do burgo portuense não se encontrava disponível para abrir mão.

(28) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, págs. 52, 53 e 57:

“Internamente a situação era igualmente confusa e instável. A instabilidade sentida era sobretudo social; provocada por causas económicas e políticas.”

“Por estes acontecimentos – a primeira guerra (1369-1371), a desvalorização e consequentes revalorizações monetárias (1369-1371 e 1371-1372), a almotaxaria de 1372 – se poderiam explicar as «uniões» populares se a elas não se viessem juntar o casamento com Leonor Teles,”

“A situação do reino era grave e o empobrecimento era geral, não poupando ordens religiosas nem fidalgos,”

(29) – SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 494:

(30) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 359:

“A Europa que, desde meados do século XIII, vinha a ser barrida pelos ventos das revoltas populares urbanas e rurais, sofre um abalo nas estruturas sociais e políticas provocado pela expansão económica que atravessa. É a luta dos «pequenos» contra os «grandes», é a luta contra a miséria e os privilégios.”

Le Goff dirá deste tempo que “o fim da Idade Média é um período de agitação. A quebra do surto demográfico, depois o seu refluxo agravado pelas fomes e pestes, das quais a de 1348 foi catastrófica, as perturbações na alimentação da economia ocidental em metais preciosos que provocam fome de prata e depois de ouro, fome agudizada pelas guerras – guerra dos Cem Anos, guerra das Duas Rosas, guerras ibéricas, guerras italianas –, tudo concorre para acelerar a transformação das estruturas económicas e sociais do Ocidente.” [“Os Intelectuais na Idade Média”, Gradiva, Lisboa, 1990, pág. 139]. João Gouveia Monteiro escreverá no mesmo sentido e constatando as mesmas ocorrências diz que “...as

grandes novidades (designadamente políticas) de que o mundo ocidental é palco nos finais da Idade Média, só encontram plena compreensão face às convulsões que violentamente o agitam, muito especialmente ao longo do século XIV.” [“Fernão Lopes Texto e Contexto”, Minerva - história I, 1988, pág. 25].

(31) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 361:

“De facto, D. Fernando não foi de modo algum um rei estimado pelos seus súbditos.”

Não. Não foi. Sabemos que não. Os conflitos nasceram independentemente da sua vontade, mas como já escrevemos, atçou-os, lançou achas para uma fogueira que grassava em mata seca. Oliveira Marques dirá do seu governo que “as medidas controladoras de D. Afonso IV e de D. Pedro I, embora prosseguidas e reforçadas por D. Fernando, foram praticamente inutilizadas pela guerra, pela política monetária sua consequente e pelos desmandos da Nobreza, a quem o rei parece ter dado rédea solta.” [“Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, Vol. IV da Nova História de Portugal, dirigida pelo autor e Joel Serrão, Editorial Presença, Lisboa, 1987, pág. 514].

Morreu só e infeliz e, ao que parece, tuberculoso, como bem salientou Armindo de Sousa e não poderia aguardar outra coisa quem semeou tempestades por todo o reino. Compare-se a sua morte à de D. João I, nomeadamente à descrição da trasladação do corpo daquele que foi O de Boa Memória, como nos aparece bordada pela pena deste último historiador e por aí se poderá também aquilatar a diferença entre ambos os reinados e o que de facto mudou.

Consequências

(1) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 364.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, pág. 57:

(2) - MONTEIRO, João Gouveia: “Fernão Lopes - Texto e Contexto, Minerva - história 1, Coimbra, 1988, pág. 40:

“...a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, para mais ocorrida nas circunstâncias políticas que se conhecem, funcionou como o detonador esperado e necessário, que abriu imediatamente o caminho à deflagração de importantes movimentações e incidentes políticos.”

(3) – SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 494:

“Logo que os reis legítimos. D. João de Castela e D. Beatriz, são aclamados pelas cidades e vilas, como era costume e o Tratado de Salvaterra estipulava, as pessoas foram-se manifestando contrárias e deram-se mesmo tumultos em várias localidades.”

(4) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, págs. 52, 53 e 57:

“Em Lisboa, recebeu os homens bons do concelho e acedeu às suas exigências, algumas das quais iam contra os desejos expressos do falecido rei.”

“Em Lisboa, concederia doações a homens seus, entre 18 de Novembro e 9 de Dezembro, pelo menos,”

(5) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Colecção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 50:

“Lembramo-nos, também, que, como assim assinalou Ferreira Alves, se não tivesse chegado até nós o *Sumario de los reyes de España*, nunca saberíamos que os contemporâneos de Leonor lhe deram o encantador nome de “Flor de Altura”.”

(6) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Colecção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 18:

“Como tal, Leonor Teles, apareceu desde sempre, como um símbolo da mulher perversa, completamente destituída de valores morais, que casou por mera ambição e que, para conseguir os seus sinistros objectivos, entre outros crimes, cometeu adultério e instigou o cunhado a assassinar a irmã.”

BEIRANTE, Maria Ângela, “Introdução à 1ª parte da Crónica de D. João I de Fernão Lopes”, pág. 56:

“Enquanto as personagens acima analisadas militam nas fileiras do Bem, Leonor Teles, a rainha adúltera, personifica as forças do Mal. Símbolo da perversidade e da aleivosia, esta personagem é a grande criação literária de Fernão Lopes.”

A pena do cronista não se ficou por Leonor Teles, mas por todo o reinado d’O Formoso, pois havia que marcar a diferença entre o passado que fora e o futuro que chegara em 1383. Podemos interrogar-nos do porquê Leonor Teles e de forma tão acintosa? Provavelmente por

que era a Regente, seria a ela que a revolução iria desapossar do poder e, sendo mulher, o imaginário medieval poderia castigar com mais dureza.

(7) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, págs. 19 e 20:

“Perante estes factos, põe-se uma interrogação: a Leonor Teles de Fernão Lopes é autêntica? E, se não é, porque motivo o cronista a mostra assim? Para tentarmos responder a esta dúvida, temos que debruçar-nos sobre dois problemas: 1) porque motivo foram escritas as crónicas; 2) quais foram as fontes do cronista.”

(8) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 21:

“Ainda é problema não resolvido, a medida em que os acontecimentos posteriores a 1439 influenciaram a imagem que ele nos dá do que sucedeu entre 1383 e 1385.”

(9) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 81:

“E não cremos que Lopes tenha inventado nada sobre a Leonor: limitou-se a veicular as críticas dos seus inimigos.”

(10) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 367:

“...não podemos excluir dois campos na luta pelo poder político, que caminham a par e, momentaneamente, saem vitoriosos:

1) uma linha burguesa (...) sairá vitoriosa em 1385,

2) a outra, originada nos mesterais, (...) e cuja ascensão podemos considerar em duas etapas: uma com D. João I e a outra com D. Afonso V.”

É interessante esta linha divisória, pois Borges Coelho salienta a grande intervenção dos mesterais, tanto no movimento insurreccional como no revolucionário, mas de facto, como salienta este autor, apenas empurravam os acontecimentos, pois, por compreensão ou instinto, sabiam que a sua hora não era ainda chegada. A autora aqui anotada vem dizer-nos que são dois os momentos da sua ascensão. Um chegou de imediato e já vimos como o Mestre foi generoso para com eles em Lisboa, e outro já numa fase em que a nobreza antiga recuperava o leme do palácio, ou nele voltava a ter influência.

(11) - BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, pág. 51:

“A arraia-miúda é composta por jornaleiros («arraia-miúda das vinhas», «ganha dinheiros»), serviçais, assalariados dos mesteres, em suma, gente de fracos recursos económicos, que têm como único elemento de ligação, a pobreza comum.”

(12) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 13:

“No seu seio, Teles e Castros desempenham um papel absolutamente dominante, ainda que não impeditivo de que outras famílias, como os Silvas ou, mais modestamente, os Melos e os Azevedos, (...) vão também eles garantindo alguma influência política. (...) os titulares dos condados de Barcelos, de Neiva e de Viana são da família Teles de Meneses (a que pertence a própria rainha); Henrique Manuel de Vilhena é o conde de Seia; Álvaro Peres de Castro é conde de Arraiolos; e o condado de Ourém acabará por ser atribuído a João Fernandes Andeiro.”

(13) – FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 366:

Inicialmente a legalidade e a ideia de mudança aparecem a par, até que esta, bem vinculada na vontade popular, irá destruir aquela, declarando em 1385, nas cortes de Coimbra, pela voz de João das Regras, o trono vago.”

Naturalmente. Esse hesitar é característico da burguesia ou de todos os grupos que pretendem o poder ou participar dele, mas sem alterar a estrutura em que o mesmo assenta. Atente-se como inicialmente os burgueses lisboetas tentaram um acordo com a Regente e só a força e a vontade dos que estavam mais abaixo e que os acontecimentos tinham empurrado para a rua irá impedir que essa tentativa dê fruto.

(14) – SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, pág. 11:

“Recorde-se apenas que se tratou dum contexto caracterizado pela emoção e a dúvida, pela insegurança individual e colectiva, pelo fluir dum tempo opaco e sôfrego – o tempo das paixões dos homens e não o da tranquila cadência da ordem natural do mundo.”

Esta bonita prosa do Prof. Armindo Sousa vem também ela demonstrar-nos como o tempo era de revolução. De mudança, de transformação, pois só esse é o das paixões dos homens e não da ordem natural das coisas, sendo que estas aqui, significavam o exercício do poder.

(15) – DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Colecção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 51:

“Entre os capítulos CXXXIX e CXLVI, a crónica descreve-nos, de forma confusa, um facto ainda hoje por esclarecer, nos seus reais pormenores: a prisão do mestre de Avis e de Gonçalo Vasques de Azevedo, acusados de entendimento com Castela. O comendador da Ordem de Avis, Vasco Porcalho, acusara o mestre, a D. Fernando, de querer fugir para Castela, para junto do Infante D. João e, por causa disso, vendera duas coudelarias de Avis. Mas, apesar de dizer “que nam podemos saber as cousas como som”. Lopes não deixa de aventar uma possível culpabilidade de Leonor, nesta nebulosa história. Ora, Gonçalo Vasques é o futuro alcaide de Santarém que, no início de 1384 receberá como amigo, Leonor, então regente, que vinha fugida de Alenquer.”

(16) - MONTEIRO, João Gouveia: “Fernão Lopes Texto e Contexto”, Minerva - história I, 1988, pág. 40: “Finalmente, um terceiro e último bloco acabou por polarizar-se em torno da candidatura do Mestre de Avis, tornada triunfante em 1385. Ora, é fundamental notar que esta nobreza que conduziu o Mestre de Avis ao trono era, como já tem sido observado, basicamente constituída por pequenos cavaleiros e escudeiros, muitos deles filhos segundos e bastardos, membros de Ordens Militares e, em grande medida, jovens,”

(17) – MORENO, Humberto Baquero, “As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal”, Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1994, pág. 112:

“Entre os mercadores mais importantes existentes nas Ordenações Afonsinas aparece-nos o cambiador, o qual empresta dinheiro a um armador para compra de mercadoria. (...) o mercador de loja e oficina que fabrica e vende produtos artesanais. (...) o mercador de loja aberta ao público, (...), dedicando-se preferencialmente à comercialização de cerâmica e peixe. (...) o mercador ambulante, o qual não raras vezes tende a confundir-se com o almocreve, (...) Equiparável à burguesia urbana temos a classe média das áreas rurais, a qual era formada pela cavalaria vilã.”

Podemos dizer, um grupo profissionalmente diversificado, mas socialmente com interesses comuns que germinava no interior essencialmente nas urbes, mas que se estendia pelo campo. Será em nome desses interesses comuns que a história vai ter um dos seus movimentos de fractura política.

(18) – SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, Segundo Volume, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 408:

“A palavra «burgueses» - que costumamos preferir às expressões «homens-bons», «oligarcas locais» e «aristocratas concelhios» ou «aristocratas urbanos» - é raríssima nas fontes que temos estudado. Rigorosamente só aparece uma vez: em Fernão Lopes, na Crónica de D. João I, 2ª parte, cap. 96, significativamente atribuída a cidadãos do Porto. No contexto, a palavra refere habitantes do burgo representativos e notáveis, elite local distinguida pela riqueza, prestígio e exercício do poder municipal.”

É certo que a burguesia tal como hoje a concebemos, não existia. Esta formar-se-á mais tarde e terá o seu momento de exercício do poder quinhentos anos depois, daí que nas fontes, a de 1383, não apareça como grupo social assim denominado com a saliência que o presente lhe confere, mas isso não deve retirar realidade ao facto quando nos é permitido olhar para o presente e o futuro que foi desses burgueses e perceber as suas conveniências no caldeirão da história.

(19) – SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 408:

(20) – COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 98: “...o «Governo Provisório», é constituído unicamente por elementos da alta burguesia: o enteado de Álvaro Pais, João das Regras; o mercador prazentim Persifal, tesoureiro-mor; Lopo Martins, o tal rendeiro dos direitos e rendas da portagem, do paço da madeira, da adega, do relego; o alto burguês portuense Martim da Maia, vedor da Fazenda.”

Como se vê por esta descrição, a nobreza, mesmo aquela segunda que participou dos acontecimentos de Lisboa, não aparecia nas rédeas do mando. Este facto é para nós um dos elementos distintivos da característica burguesa da revolução.

(21) – COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 98: “Finalmente, os mesterais e o povo miúdo alcançam, é verdade, a criação da Casa dos Vinte e Quatro e até participam no governo da cidade,”

FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 368:

“Julgamos que este documento só por si define um acto verdadeiramente revolucionário na vida política do concelho de Lisboa, o qual foi transposto, embora parcialmente e com duração mais limitada, para outros lugares do reino. É nele, segundo a nossa opinião, que está patente a grande vitória que o povo miúdo dos mesteres obteve com a sua acção em 1383-85:

- uma participação activa na vida do município:

- uma colaboração, por intermédio de representantes seus, no conselho régio;

- e a inversão dos privilegiados no pagamento dos impostos, o qual seria distribuído em função da riqueza de cada um, donde a isenção dos menos ricos.”

A autora tem, entre muitos outros e na nossa modestíssima opinião, o mérito de demonstrar o quanto a revolução foi popular, naquele sentido da participação, da reclamação e dos interesses de uma camada social que se encontrava de todo arredada do poder e que durante e após o triunfo da mesma, vai ver satisfeitas muitas das suas exigências, e esse poder de decisão que tão longe estava da sua vivência quotidiana, vai-se aproximar tanto que, como bem disse Borges Coelho, não farão parte dele, mas vão arranhar o céu.

REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, 1983, pág. 95:

“A revolução logra corrigir precisamente a questão da representatividade da classe mercantil no Conselho Régio e o tradicional governo oligárquico do conselho de Lisboa passa a ser «temperado pelo acesso dos mesteres aos órgãos municipais.”

(22) – COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 97:

“Como é possível sustentar a afirmação de que o movimento de 1383 foi inicialmente dirigido pela burguesia, se é o povo miúdo que elege o Mestre de Avis Regedor e Defensor do Reino? Não são os miúdos que empurram a burguesia «hesitante e acobardada?»”

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004, págs. 45 e 46.

“Os mesteres antes de mais, a arraia miúda; mas que além de ser apoiada por sectores dos cavaleiros e escudeiros, alicia ou força mercadores e gente mais afazendada, alguns nobres segundos e clérigos.”

(23) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 23:

“Contrariamente à expectativa dos conspiradores, que depressa se apressaram a dar explicações e a propor compromissos a Leonor Teles, o clima revolucionário alimentado em Lisboa acabou por alastrar para fora da capital, numa descarga de ódios e de medos bem típica da situação social dos finais do século XIV.”

(24) – COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 98:

“Mas o que pretendem Afonso Anes Penedo e os seus amigos? Assumir a chefia dos acontecimentos? Não! O que o povo de Lisboa quer e obtém é que a burguesia assuma aberta e legalmente a responsabilidade dos acontecimentos que vinha dirigindo à boca calada.”

(25) – COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 98:

“...os mesteirais e povo miúdo alcançam é verdade, a criação da Casa dos Vinte e Quatro e até participam no governo da cidade,”

(26) - MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, págs. 34 e 35:

“Entre as causas destas insurreições encontramos, curiosamente, motivações muito variadas: revoltas da nobreza contra as mudanças políticas empreendidas pelos reis; revoltas urbanas desencadeadas pela média burguesia contra o patriciado urbano, para obter a partilha do poder; revoltas, enfim, de miseráveis, tanto no campo como nas cidades. Certas insurreições tiveram um carácter nitidamente político (visando a criação de novas instituições), outras, um carácter social (pretendendo novos critérios de repartição da riqueza), outras ainda assumiram um carácter religioso, ou mesmo místico.”

(27) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, pág. 82:

“Em conclusão, podemos dizer que nobreza, povo e clero estiveram ao lado do Mestre. A cisão deu-se na verticalidade, abarcando elementos das três condições sociais, e não na horizontalidade.”

É evidente que a autora suporta as suas conclusões em estudos documentados que nos mostram indivíduos que deveriam estar de um lado e aparecem no outro, mas parece-nos que o número não será suficiente para extrair o acto isolado para um conceito generalizado. Mesmo assim, era importante seguir o percurso desses homens, se mudaram de campo e onde terminaram de facto. Em 1385, a nobreza vai estar representada nas Cortes e nos anos que se seguiram vão tentar recuperar poder e o Mestre já rei vai continuar a distribuir património e algum dele será ainda por nobres de linhagem. O que afirmamos é que não pode haver equívoco sobre o lado que convinha à nobreza reinante, à de linhagem antiga e à que floresceu na sombra do *Formoso* ou da *aleivosa* como lhe chamou o povo, ou Fernão Lopes, em nome dele.

(28) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, pág. 83:

“Além da nobreza de linhagem não podemos esquecer a pequena nobreza, constituída pelos vassallos destes nobres e a média e pequena nobreza urbana de escudeiros e cavaleiros que apoiaria o Mestre, como a de Lisboa, onde a lei da solidariedade vertical não seria respeitada nos vassallos do conde de Barcelos, a de Évora, Beja, Estremoz, Elvas, etc..”

(29) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, pág. 79:

“Mas os fiéis partidários do Mestre, sobretudo Nuno Álvares não estavam seguros da fidelidade da nobreza que o servia.”

(30) – SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, notas à pág. 31:

(31) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, págs. 82 e 83:

“A nobreza da dinastia de Avis não foi só uma nobreza de «homens novos».”

(32) HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Uma crise que sai d’«a crise», ou o desembargo régio na década de 1380”, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1984, pág. 28:

“Ora de tudo isto resulta que a grande maioria dos homens que assegura o funcionamento da Administração Central durante o Interregno e os primeiros anos do novo reinado são efectivamente «gente nova», sem experiência anterior na Casa Real, embora aumente, como teremos oportunidade de ver, o número dos possuidores de uma preparação jurídica universitária.”

Já abordámos um pouco esta questão num comentário a Le Goff, mas mais uma vez vem ao de cima a mudança, os homens da administração são gente nova, saída da revolução e com um dado novo, mais letrados, mais possuidores de saber, mais conhecedores do elemento teórico e se quisermos estirar o olhar para mais longe, diremos de um saber mais profano, pois que já vêm das universidades, essas escolas erguidas à sombra das muralhas citadinas e já não do interior dos conventos. Naturalmente que alguns dos “velhos” senhores da administração voltarão um pouco aos seus lugares, mas essa é já outra história que tem a ver com o facto de não existirem convulsões revolucionárias que marchem só no sentido ascendente. Nos seus recuos, acabam, por fraqueza ou necessidade, por recuperar algo do passado, do que derrubaram, do que mudaram.

COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, pág. 38:

Com D. João I é espantosa a penetração de mercadores nos cargos económicos e nos cargos políticos do Estado: mercadores-almoxarifes, escrivães, tesoureiros, feitores, administradores de naus do rei sem ter de prestar contas, tesoureiro-mores, vedores da fazenda, criados, escudeiros e cavaleiros.”

O autor é pródigo em exemplos que demonstram o triunfo dessa camada mercantil que temos vindo a denominar globalmente como burguesia e que na verdade tomou o poder em 1383. Vimo-lo há pouco na composição do Governo Provisório, vemo-lo agora nos cargos do Estado. Podemos dizer que era um exercício do poder tutelado, pelo rei e por muitos grandes senhores, mas não deixava de ser um exercício de poder e isso, só por si, era já uma alteração e profunda, pois antes não se imaginava que acontecesse como agora, e sempre dava influência e, sobretudo, influenciava. Magalhães Godinho dirá da Dinastia de Avis que foi “a afirmação do Portugal gótico que triunfara com a Revolução e a guerra da independência, sobre o Norte românico”[Op. cit., pág. 53].

(33) – SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, notas à pág. 16:

“15 – Pedido para que os conselheiros e oficiais de D. Fernando não sejam admitidos em cargos públicos.”

(34) COELHO, António Borges, “Cristão-Novos, Judeus e os Novos Argonautas” – Questionar a história – IV, Editorial Caminho, Lisboa, 1998, pág. 21:

“...a sua riqueza e desenvolvimento só pode compreender-se pela riqueza piscícola dos seus mares e a fertilidade do termo, pela excelência do porto, pelo comércio rico com os portos do Mediterrâneo muçulmano e também com os portos dos cristãos, pelo afluxo do ouro africano dos almorávidas e pela autonomia e a liberdade de crença das religiões do Livro.”

COELHO, António Borges, “Cristãos-Novos, Judeus e os Novos Argonautas” – Questionar a história – IV, Editorial Caminho, Lisboa, 1998, pág. 14:

“Lisboa brilhava, como sempre fantástica, ao sol do final de Junho. Descia do morro do castelo, envolta numa moldura verde, cortada pela superfície das águas do esteiro e das duas ribeiras que desembocavam

no Rossio. As casas brancas com as suas açoteias, enquadradas pela pedra escura das muralhas mouriscas, desciam em socos. No alto do morro, os muros circulares da alcáçova envolviam um espaço de 5 hectares, quase uma outra cidade dentro da cidade. E dominando o casario, sensivelmente no espaço hoje ocupado pela Sé, destacava-se a massa da mesquita maior ou aljama.”

Achamos por bem deixar aqui esta imagem da Lisboa mourisca, porque um pouco de poesia, mesmo que em prosa, só poderia engrandecer a intenção do texto e dar frescura a essa Lisboa que se pretende salientar como berço de uma das revoluções mais nobres da nossa história. Iria Gonçalves (“Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”, 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV, Jornadas de História Medieval) descreverá as suas gentes e o seu quotidiano já duzentos anos depois, e veremos de novo uma cidade fervilhante de poder, de riqueza e de gentes, “E a Ribeira, ponto de apoio às actividades portuárias, era o espaço onde essa vida palpitava com maior intensidade, onde começava a organizar-se e a diferenciar-se, de onde irradiava para todos os lados. Mas era também à Ribeira que tudo afluía, onde mais se concentravam pessoas e bens, actividades profissionais e até lúdicas.”

(35) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 37:

“Lisboa, que era já na época o centro político, económico, social e cultural do país, cobiçado pelo rei de Castela e defendido estrategicamente na batalha de Aljubarrota, foi também o lugar onde nasceram a ideia, a vontade e a acção de rejeição da rainha, de escolha do Mestre, de defesa da independência e de adopção de novas medidas governativas.”

COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, pág. 27:

“Em 1383 o concelho de Lisboa onde os mercadores tinham uma força capital ergueu-se como a cabeça social, política e militar da insurreição que colocou no trono o Messias de Lisboa, D. João, mestre de Avis.”

(36) COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, pág. 26:

“Os mercadores do Porto dominavam a região norte e animavam o maior centro de construção naval no século XIV e boa parte do século XV.”

(37) COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, pág. 35:

“Quanto aos mercadores do Porto, a cidade que mais navios construía, em 1324 ainda reuniam por pregão atrás das «obras da sé».”

Embora sem grande base de sustentação, ocorre-nos pensar que poderá ter sido esta realidade com a dimensão económica descrita, a estar na origem de a única menção à burguesia, nos escritos da época, provir de Fernão Lopes e referindo-se ao Porto.

(38) SOUSA, Armindo, “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, Câmara Municipal do Porto, 1983, pág. 10:

“O Porto aborrecia o bispo por ele ser o *dono* e simbolizar a exacção; e enxotava o fidalgo para esconjurar servidões. Dessa feita, buscava a dependência directa da Coroa ciente de que por ela passava uma definição mais genuína das liberdades e uma mais sólida garantia dos seus interesses: uma cidade comercial sujeita a mero e misto império episcopal só a muito custo podia singrar.”

(39) DUARTE, Luís Miguel, “Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medievo”, “Ler História”, nº 5, 1985, pág. 9:

“A vitória final pende mais uma vez para a Igreja. No entanto há sinais inquietantes para os senhores do burgo: o poderio económico e social dos mercadores e dos homens-bons não cessa de aumentar, e estes cada vez aceitam com maior relutância o papel de figurantes de segundo plano no duelo Igreja/Coroa.”

(40) COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, pág. 56:

“Havia mais de dois séculos que os concelhos urbanos se assumiam como a organização política armada dos homens-bons, dos proprietários mercadores.”

(41) LE GOFF, Jacques, “Para um novo conceito de Idade Média”, Editorial Estampa, Lisboa, 1980, pág. 45:

“Sem dúvida, a Igreja faz um grande esforço para salvar uma situação comprometida. Primeiro aceita, cedo favorece a evolução histórica das estruturas económicas e profissionais. Mas a elaboração teórica a nível canónico ou teológico desta adaptação faz-se lentamente, dificilmente.

O conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores afirma-se pois em plena Idade Média, como um dos acontecimentos maiores da história mental destes séculos, durante os quais se elabora a ideologia do mundo moderno, sob a pressão da alteração das estruturas e das práticas económicas.”

- (42) LE GOFF, Jacques, “Para um novo conceito de Idade Média”, Editorial Estampa, Lisboa, 1980, pág. 53:
- “Mudança também importante: o mercador descobre o preço do tempo na mesma altura em que explora o espaço, pois para ele a duração essencial é a de um trajecto.”
- (43) COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994, págs. 25 e 26:
- “Ao longo destas duas centúrias, em Lisboa, no Porto e nas cidades e vilas principais manteve-se um poderoso núcleo de vizinhos que se intitulavam e exerciam o ofício de mercador, ofício que cobria a actividade de comprar para vender; a produção de mercadorias, agrícolas ou artesanais, para vender; os câmbios ou empréstimos a juros; o investimento na terra, nas mercadorias e nos navios.”
- GONÇALVES, Iria, “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”, 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV, Jornadas de História Medieval, pág. 59:
- “E o porto de Lisboa, pulsando continuamente no movimento ritmado e alternante da chegada das mercadorias, da partida das mercadorias, era o motor que fazia circular aqueles capitais, que insuflava vida -, uma vida intensa e variada a toda a cidade.”
- (44) LE GOFF, Jacques, “Para um novo conceito de Idade Média”, Editorial Estampa, Lisboa, 1980, pág. 30:
- “A festa medieval é a súpula destes impulsos. O ideal da festa que Michelet tanto exaltou – especialmente no *Estudante* – em época alguma a encontrou tão bem realizada como na Idade Média. É a longa festa da Idade Média. A Idade Média é uma festa.”
- (45) SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, pág. 34:
- “Esse núcleo de valores típicos é composto pelos seguintes: escrituração e publicidade dos actos administrativos; poupança e racionalização dos gastos; parcimónia legislativa e respeito político da *pátria potestas*; gente, muralhas e dinheiro como meios defensivos mais valorados; liberdade individual como pré-requisito moral da validade de contratos e resignação à própria sorte como virtude temperadora da ambição material da gente miúda; empenhamento político nos negócios públicos, justiça distributiva em proveito das cidades e vilas e pessoas benéficas à república, tranquilidade na ordem e transparência de intenções e processos políticos; finalmente, valorização das elites – dos *homens bons* – enquanto bem social a proteger e fomentar.
- A marca burguesa destes valores parece clara.”
- Temos de concordar com a marca burguesa dos valores como bem salienta o autor, como o sinal característico do novo, da mudança, da expansão para longe dos arquétipos feudais e atente-se como lá aparece a pátria, esse sentimento que procuramos aqui e ali e nos aparece um pouco escondido, um pouco na sombra, mas a nascer, a florescer num longo campo de flores primaveris. A burguesia transportava-o não no dorso, mas na mente, no interior da consciência, agarrado como parte intrínseca dos seus interesses.
- (46) LE GOFF, Jacques, “Para um novo conceito de Idade Média”, Editorial Estampa, Lisboa, 1980, pág. 12:
- “É o momento da criação da sociedade moderna, de uma civilização moribunda ou morta sob as formas camponesas tradicionais, no entanto viva pelo que criou de essencial nas nossas estruturas sociais e mentais. Criou a cidade, a nação, o Estado, a universidade, o moinho, a máquina, a hora e o relógio, o livro, o garfo, o vestuário, a pessoa, a consciência e, finalmente, a revolução.”
- (47) COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, págs. 94 e 95.
- (48) MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 17:
- (49) RODRIGUES, Maria Teresa Campos, “Álvaro Pais”, Dicionário da História de Portugal, dir. de Joel Serrão, Vol. IV, Porto, 1981, pág. 515:
- “Segundo Fernão Lopes, ter-se-ia, porém, afastado da corte devido ao «gram nojo que por aazo da desomrra del Rei, segundo há maa fama que a Rainha avia, se geerava em seu coração».”
- (50) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 24:
- “Álvaro Pais sabia manejar o povo de Lisboa e gozava de bom ascendente sobre a sua burguesia, mas parecia manejar a política como um campo para manhas demagógicas, jogadas oportunas, estratégias às vezes dum simplismo inadequado às circunstâncias (como a desastrada proposta de casamento a Leonor Teles, que aliás dá que pensar a respeito da hipotética sintonia de interesses e desejos dos “honrados” com os da arraia miúda) e essa história de antecâmaras e bastidores seria provavelmente a sua.”
- (51) DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002, pág. 58:

“O encontro foi cordial e Leonor disse-lhe que esperava que a pusessem de novo em Lisboa e vingassem a morte de Andeiro. O rei concorda mas, na mesma noite, desmascara-se. Diz que, para a vingar, é preciso que ela abdique do seu poder de regente. Esta acede, mas, em breve, mostra o seu arrependimento, perante a perfídia com que foi tratada, e aconselha os seus apoiantes a defenderem o Mestre de Avis.”

(52) FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, págs. 366:

“Não está em causa a legitimidade do poder real como tal, o que se contesta é toda uma orientação política anterior, assente nos favores à nobreza, na criação de novos grupos ou indivíduos privilegiados, numa guerra injusta e numa série de exacções fiscais para o pagamento desta.”

(53) BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, págs. 48 e 49:

“A palavra mesterais corresponde a mestres dos ofícios e não propriamente ao conjunto daqueles que trabalham nos mesteres, (...) alfaiate, sapateiro, alfageme, tanoeiro, etc.. Na crónica de D. Fernando, o autor apresenta-nos, respectivamente um carnicheiro, um alfaiate e um peliteiro. (...) Devemos considerar como gente dos mesteres outros elementos sociais não transformadores de matérias-primas, como é o caso dos almocreves e das regateiras. A meio caminho entre os homens dos mesteres e os homens-bons estão aqueles que, na expressão de D. Duarte, «usam de algumas artes aprovadas e mesteres», como é o caso de físicos, cirurgiões e boticários (espécie de profissões liberais), e ainda os ourives e os mestres dos navios, (...) Os mesterais são, por todo o reino, e especialmente em Lisboa, altamente favoráveis à causa do Mestre, cujo êxito preparam de longe. São eles os cabecilhas da reacção contra o casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles e são eles, no primeiro momento, os principais agentes de revolta e agitação local contra o domínio de Castela.”

(54) SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 429:

“Recordemos: tirando os minoristas e meros tonsurados, não teriam atingido 1% da população global, coisa como 7000 ou 8000 homens nos meados do século XV (Oliveira Marques, 1986, p. 226). Uma minoria, portanto. Mas uma minoria que detinha a posse de cerca de 20% do território nacional.”

(55) REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, 1983, pág. 80:

BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, pág. 62:

“Estes eram principalmente franciscanos e alguns deles destacam-se do conjunto, como letrados e pregadores, arrebatando as multidões, exortando-as à união e resistência contra os invasores e incitando o povo a servir o Mestre como verdadeiros portugueses”.

(56) MONTEIRO, João Gouveia: “Fernão Lopes Texto e Contexto”, Minerva - história I, 1988, pág. 138:

“A propósito da vitória de Aljubarrota (que então se comemorava ali, na Sé de Lisboa) Frei Pedro, cujo sermão é um autêntico repositório das “maravilhas” e “profecias” prenunciadoras da vitória de D. João I (que compara a Moisés) registadas em Portugal.”

(57) REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, 1983, pág. 109:

“Convém acrescentar que a presença dos franciscanos na Corte de Avis e no círculo de D. João I é muito forte, provavelmente como reconhecimento da acção por eles desenvolvida para o triunfo da causa do Mestre e da revolução que ele encabeçou.”

(58) COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975, pág. 116:

(59) HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régios (1384-1404)”, Separata de Estudos de História de Portugal, Vol. I – sécs. X-XV, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, págs. 245/6:

“Assim, logo no início da regência, é um dos conselheiros que se manifestam contra uma eventual partida do Mestre para Inglaterra. É também um dos membros do Conselho a manifestar-se contra a nomeação de Nun’Álvares Pereira como fronteiro Entre Tejo e Odiana.”

(60) – REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, 1983, pág. 95:

“Grande foi também a pressão do baço popular nas cortes de 1385, que chega ao ponto de «ditar ao novo rei as normas do governo». (Marcelo Caetano, As Cortes de 1385, in Revista Portuguesa de História, t. 5 (Coimbra, 1951), pp. 5-65 (p. 63).”

(61) TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social - I Volume, 1984, pág. 46:

“Sem pretendermos pôr em causa o seu valor [de Fernão Lopes], pois não é dito que se trata, não nos podemos esquecer que ele foi o único cronista que teve como objecto da sua narrativa movimentos

populares vitoriosos e um rei, iniciador de uma nova dinastia, mas de origem bastarda e cabecilha desses revoltosos.”

(62) – SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, pág. 14:

“Parece-nos que os delegados concelhios às Cortes de 1385 foram portadores dum projecto político em sentido próprio: inovador, virado para o futuro e dimensionado segundo um plano que ambicionava mais poder para os municípios e o acesso dos oligarcas locais a instituições responsáveis pelo bom comportamento da monarquia.”

(63) – SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, pág. 18:

“Embora constantemente se identifiquem com o povo reclamando-se de sua voz autorizada, realmente pensam e agem como um grupo limitado – o dos detentores do poder autárquico concelhio. São eles os aristocratas municipais, hostis aos fidalgos que lhes cerceavam bens e prestígio e desconfiados do povo miúdo bem como da sua revolução caótica; são os mercadores e proprietários terratenentes, defensores da descentralização política – ou inimigos duma centralização indiscriminada.”

(64) MATTOSO, José, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, Estudos Medievais, 5/6, pág. 40:

“A verdade é que nas cortes, só fala, ou só se regista a fala de quem tem algum poder. De quem consegue obrigar os interlocutores a calarem-se para não lhe abafarem a voz.”

Não terá sido por acaso que os mercadores, essa burguesia mercantil, pretendia aproximar-se do poder, para, pelo menos, poder passar a ter voz, não só para que constasse dos registos, mas para que constasse também da realidade. Quer dizer, ter voz e alterar a realidade, motivos, só por si, mais que suficientes para fazer agir aqueles cujos interesses Álvaro Pais incarnou.

(65) SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985, pág. 40:

(66) KANTOROWICZ, E., “Morrer pela Pátria”, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999, pág. 22:

“Para Remigio, a *pátria*, a comunidade cidadina, deve ter preferência sobre a família e o indivíduo. O homem está obrigado a amar a sua *pátria* mais que a si mesmo; no seu amor, ela deve vir logo a seguir a Deus.”

(67) KANTOROWICZ, E., “Morrer pela Pátria”, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999, pág. 11:

“Nessa altura [Em 1302, após a derrota francesa de Courtrai] a palavra crucial *pátria* surge aqui num sentido totalmente moderno, referindo-se a um Estado territorial nacional.”

(68) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 27:

“Mas voltemos ao período de regência do Mestre. O motivo mais objectivável que Fernão Lopes atribui aos protagonistas da movimentação que então se desenvolveu, é a preservação da independência de Portugal.”

É interessante que o cronista realce a independência do Reino, mas não de um qualquer, antes do Reino de Portugal. Sim do rei, mas como se gritará em Aljubarrota, de Portugal e dos Portugueses. O rei já não está só, partilha o território, não só com vassallos, mas também com cidadãos. Cidadania essa alcançada na rua, pela força das armas e, claro, da riqueza da burguesia. Estas duas vertentes serão um dos segredos do triunfo da revolução.

(69) BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, págs. 22 e 23:

(70) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 133:

“Se o resultado de qualquer batalha revela um desígnio divino (todas as crónicas, depois da Bíblia e da poesia épica, o dizem), o desta é esperado como o veredicto final de Deus acerca do conflito entre os dois reinos”.

(71) KANTOROWICZ, E., “Morrer pela Pátria”, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999, pág. 3:

“«Quem não sente que o patriotismo é ‘abençoado’ e que uma agressão contra a dignidade nacional é uma espécie de profanação sacrílega?».”

(72) BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, págs. 35, 44, 46, 47, 48, 49, 51 e 98.

(73) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 220:

“Aljubarrota representa a viragem crucial para a instalação definitiva de D. João I no trono, perante o reconhecimento interno e externo. O cronista lança mão de vários dispositivos para enquadrar condignamente o grande acontecimento, a começar consideravelmente antes do momento do combate e a continuar por vários capítulos depois. O sermão do padre franciscano é um deles.”

É deveras interessante o papel dos frades mendicantes, nomeadamente dos franciscanos, na revolução, não só como ideólogos, como, sobretudo, os grandes incentivadores, os grandes animadores, os agitadores da plebe, insuflando-lhes ânimo na alma e lançando-os à rua para alcançarem os objectivos do movimento insurreccional. Com alguma pena, não pudemos averiguar das razões deste apoio dos franciscanos, objectivo que não deixaremos de prosseguir, tal é a importância que damos a este factor, pelo que de novo contém nas relações sociais e nas de poder e pela importância ideológica que representaram ao longo de todo o período de transformação do país.

(74) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 27:

“Do que não há dúvida é de que, para além da estabilidade e da soberania de que naturalmente a sua autoridade se revestiu a partir da eleição, o reinado de D. João I beneficiou da circunstância de o principal objectivo político nas relações entre Portugal e Castela passar a ser, a poucos anos do seu início, a paz e não já a guerra.”

(75) SOUSA, Armindo de, “A Morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)”, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984, pág. 478.

(76) – BEIRANTE, Maria Ângela, “Introdução à 1ª parte da Crónica de D. João I de Fernão Lopes”, pág. 39.

(77) – REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, 1983, pág. 124.

(78) COELHO, António Borges, “Cristão-Novos, Judeus e os Novos Argonautas” – Questionar a história – IV, Editorial Caminho, Lisboa, 1998, pág. 126:

“Preso embora a uma concepção feudalizante do mundo, a modernidade aflora a par e passo no seu discurso e também na meditação em torno do político e na confiança que ingenuamente demonstra em o determinar.”

(79) MORENO, Humberto Baquero, “O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira”, Biblos, Vol. LXIX, pág. 13:

“11.º Nunca a nobreza, em função dos seus interesses corporativos, poderia aceitar um projecto que contrariava os seus objectivos de poder e posse dos bens patrimoniais pertencentes à coroa, que ele em boa medida recusou alienar alegando que não tinha legitimidade para o fazer.”

(80) MORENO, Humberto Baquero, “Os conflitos entre a nobreza e os concelhos medievais, no século XV”, Actas dos 2ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1995, Vol. 2, pág. 47:

“Quem eram os mentores das arruaças nos concelhos medievos? Embora nem sempre os autores apareçam claramente identificados, sabemos que por detrás dos grupos organizados aparecem poderosos fidalgos.”

(81) – MORENO, Humberto Baquero, “O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira”, Biblos, Vol. LXIX, 1993, pág. 11:

«Nos conflitos que se seguiram à morte de D. Duarte, o infante D. Pedro foi o chefe do partido Regente, com viva resistência dos nobres; D. Henrique nunca agiu ao lado do irmão, procurou sempre (por exemplo no seu projecto de constituição) favorecer a nobreza, em detrimento da classe burguesa. Nos conflitos que terminaram com Alfarrobeira, D. Henrique não interveio decisivamente a favor do irmão e ficou no campo do rei (aliás dos nobres)».

(82) – MORENO, Humberto Baquero, “O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira”, Biblos, Vol. LXIX, 1993, pág. 13:

“Naturalmente com a sua morte assistiu-se a um reforço do poderio dos nobres e a uma crise de autoridade da realeza, devido sobretudo à fraca personalidade de D. Afonso V.”

(83) SOUSA, Armindo, “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, Câmara Municipal do Porto, 1983, pág. 11:

“Ou não serão, antes e só, os mercadores, proprietários de navios, ourives-cambistas e agentes superiores do fisco? Parece que são estes, com efeito, as personalidades do burgo, aqueles que se identificam como honrados-cidadãos, cavaleiros e escudeiros de alguém, vassalos do rei – minoria opulenta que detém ciosamente o poder autárquico e anualmente, pelo S. João, o distribui pelos seus membros.”

(84) SOUSA, Armindo, “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, Câmara Municipal do Porto, 1983, pág. 65:

“Homens isolados, os da Câmara do Porto. Sozinhos. E, importa dizê-lo, homens profundamente decepcionados com o seu rei – um rei que condenava afinal aqueles que lutava a seu favor, pela defesa das suas jurisdições, pela supremacia do poder central contra as ambições temporais da classe eclesiástica.”

(85) MORENO, Humberto Baquero, “Os conflitos entre a nobreza e os concelhos medievais, no século XV”, Actas dos 2ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1995, Vol. 2, pág. 55:

“Apesar das boas e rectas intenções manifestadas pelo regente do reino não foi possível inverter a marcha dos acontecimentos. O poderio dos nobres era enorme e apenas uma fortíssima mão de ferro poderia alterar o statu quo.”

Os efeitos

(1) SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 546:

“Procuramos responder à pergunta «Que avanços e que direcções em Portugal entre 1325 e 1484?» Pois, os avanços e direcções foram no sentido da «nação» e da «pátria». Se em 1325 é permitido afirmar que há território e passado, mas não ainda consciência de nação colectivamente advertida pela população global, em 1484 há território, passado, nação e pátria, tudo fortemente «com-sentido» e condensado em «Portugal» e «Portugueses».”

Vitorino Magalhães Godinho diz-nos que Portugal se afirma como entidade colectiva no século XII [“Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004, pág. 3] e que se formará num quadro de “vassalagens aceites ou recusadas, de alianças contra terceiros e de conflitos armados”. [ob. cit. pág. 13]

(2) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 137:

(3) MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003, pág. 121:

“Uma memória, acrescentaria eu, que nos obriga a evocar o planalto de S. Jorge com respeito e contenção, enquanto lugar particularmente digno de educação cívica e espaço de fruição cultural de qualidade.”

(4) AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 12:

Primeira distinção absoluta: a História diz as coisas que sucederam, a epopeia, as coisas que poderiam suceder.”

(5) – AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pág. 12:

Num plano já não analítico, mas teórico, situa-se uma outra distinção fundamental: a História é o particular, e a poesia o universal; enquanto esta se ocupa do que é próprio da natureza humana, aquela limita-se a narrar o que aconteceu com determinada personagem.”

(6) LE GOFF, Jacques, “Para um novo conceito de Idade Média”, Editorial Estampa, Lisboa, 1980, pág. 9:

“Alimentar a memória dos homens requer tanto gosto, tanto estilo, tanta paixão, como requer rigor e método.

A história faz-se com documentos e ideias, com fontes e com imaginação.”

(7) – SOUSA, Armindo de, “História de Portugal - A Monarquia Feudal”, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993, pág. 546:

* Escritor japonês

** Nome alemão para miosótis, que significa literalmente «não me esqueças» citado em “Memórias” por Marguerite Yourcenar

Bibliografia

Fontes narrativas

- LOPES, Fernão, “Crónica de D. Fernando, Livraria Civilização, 1979
“Crónica de D. João I – I Volume, Livraria Civilização, 1983

Estudos

1. AMADO, Teresa, “Fernão Lopes Contador de História-sobre a crónica de d. João I”, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.
2. BEIRANTE, Maria Ângela, “As Estruturas Sociais em Fernão Lopes”, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
3. BEIRANTE, Maria Ângela, “Introdução à 1ª parte da Crónica de D. João I de Fernão Lopes”.
4. CASTRO, Armando, “A Revolução de 1383-1385: alguns aspectos centrais de uma interpretação teórico-histórica”, Publicado na revista História & Crítica, «1383-1385 e a crise dos séculos XIV-XV», nº 12, 1985, pp. 39-46 e editado na obra “Teoria do Sistema Feudal e Transição para o Capitalismo em Portugal, Editorial Caminho, Lisboa, 1987.
5. COELHO, António Borges, “Questionar a História, Ensaios sobre a História de Portugal”, 2ª edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1983.
6. COELHO, António Borges, “Clérigos, mercadores, «judeus» e fidalgos” – Questionar a história – II, Editorial Caminho, Lisboa, 1994.
7. COELHO, António Borges, “Cristão-Novos, Judeus e os Novos Argonautas” – Questionar a história – IV, Editorial Caminho, Lisboa, 1998.
8. COELHO, António Borges, “Política, Dinheiro e Fé”, Questionar a História – V, Editorial Caminho, Lisboa, 2001.
9. COELHO, António Borges, “A Revolução de 1383”, 2ª edição, Seara Nova, Lisboa, 1975.
10. DUARTE, Luís Miguel, “Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medievo”, “Ler História”, nº 5, 1985.
11. DUARTE, Manuel Marques, “Leonor Teles”, Coleção Campo da História, Campo das Letras, Porto, 2002.
12. FERRO, Maria José Pimenta, “A Revolta dos Mesterais”, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978.
13. FONSECA, Luís Adão da, “Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la península ibérica a mediados del siglo XV”, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Estudios dedicados a la memoria de Don Claudio Sanchez-Albornoz, Barcelona, 1986.
14. GIMPEL, Jean, “A Revolução Industrial da Idade Média”, Publicações Europa-América, Coleção Saber, 2ª edição, 1986.
15. GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal A Emergência de Uma Nação (das raízes a 1480)”, Edições Colibri, Lisboa, Fevereiro de 2004.
16. GONÇALVES, Iria, “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”, 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV, Jornadas de História Medieval.
17. HESPANHA, António Manuel, “História das Instituições” Almedina, 1982.

18. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Uma crise que sai d’«a crise», ou o desembargo régio na década de 1380”, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1984.
19. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “O Doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régios (1384-1404)”, Separata de Estudos de História de Portugal, Vol. I – sécs. X-XV, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.
20. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Em Torno de Álvaro Pais”, Separata de «Estudos Medievais» n.º 3-4, 1984.
21. KANTOROWICZ, E., “Morrer pela Pátria”, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1999.
22. LE GOFF, Jacques, “Para um novo conceito de Idade Média”, Editorial Estampa, Lisboa, 1980.
23. LE GOFF, Jacques, “Os Intelectuais na Idade Média”, Gradiva, Lisboa, 1990.
24. MARQUES, A.H. Oliveira, “Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, Vol. IV da Nova História de Portugal, dirigida pelo autor e Joel Serrão, Editorial Presença, Lisboa, 1987.
25. MATTOSO, José, “Cultura Medieval : os limites da síntese”, obras completas, Círculo de Leitores.
26. MATTOSO, José, “Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, Estudos Medievais, 5/6.
27. MONTEIRO, João Gouveia : “Fernão Lopes Texto e Contexto”, Minerva - história I, 1988.
28. MONTEIRO, João Gouveia: “Aljubarrota-1385-A Batalha Real”, Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Lisboa, 2003.
29. MORENO, Humberto Baquero, “As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal”, Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1994.
30. MORENO, Humberto Baquero, “Os conflitos entre a nobreza e os concelhos medievais, no século XV”, Actas dos 2ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1995, Vol. 2.
31. MORENO, Humberto Baquero, “O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira”, Biblos, Vol. LXIX, 1993
32. REBELO, Luís de Sousa, “A Concepção do Poder em Fernão Lopes”, Livros Horizonte.
33. RODRIGUES, Maria Teresa Campos, “Álvaro Pais”, Dicionário da História de Portugal, dir. de Joel Serrão, Vol. IV, Porto, 1981.
34. SALMON, Pierre, “História e Crítica” Livraria Almedina, Coimbra, 1979.
35. SOUSA, Armindo de, “História de Portugal – A Monarquia Feudal” Segundo Volume, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Março de 1993.
36. SOUSA, Armindo, “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, Câmara Municipal do Porto.
37. SOUSA, Armindo de, “Discurso Político dos Concelhos nas Cortes de 1385”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1985.
38. SOUSA, Armindo de, “A Morte de D. João I (Um tema de propaganda dinástica)”, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984.
39. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385”, “Revista de História Económica e Social” - I Volume, 1984.

40. TORRES, Cláudio, in “A civilização islâmica é a última grande civilização mediterrânica”, “Para compreender o Islão”, número especial de “História”, Outubro de 2003.
41. VILAR, Hermínia Vasconcelos, “História Religiosa de Portugal”, Volume I, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000

*Como?! Da gente ilustre Portuguesa
Há-de haver quem refuse o pátrio Marte?
Como?! Desta província, que princesa
Foi das gentes na guerra em toda parte,
Há-de sair quem negue ter defesa?
Quem negue a Fé, o amor, o esforço e arte
De Português, e por nenhum respeito,
O próprio Reino queira ver sujeito?*

Luis de Camões, "Os Lusíadas", Canto IV, 15